UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: DE 1945 A 1985

Iliane Jesuína da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por ***Iliane Jesuína da Silva*** *em* ***04/12/2001*** *e orientada pelo* ***Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera.***

CPG, 04/12/2001

Campinas, 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
Si38a
V ____ EX ____
TOMBO BCI 51014
PROC 16.837/02
C ____ DX ____
PREÇO R$ 11,00
DATA 27/09/02
Nº CPD ____

CM00174319-6

BIB ID 259190

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Silva, Iliane Jesuina da.
Si38a Análise da evolução das relações de trabalho na região de Ribeirão Preto : de 1945 a 1985 / Iliane Jesuina da Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Rui Guilherme Granziera.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Relações trabalhistas – Ribeirão Preto (SP). 2. Trabalhadores rurais - Brasil. I. Granziera, Rui Guilherme. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

DEDICATÓRIA

À Gilda que, apesar das preocupações comuns a todas as mães, sempre procurou transmitir confiança e segurança.

Para Marcelo, pela paciência, apoio e incentivo durante toda a pesquisa.

000715834

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

Ao Rui, orientador desta dissertação, por ter concordado em orientar uma pesquisa já em andamento, sempre dando liberdade de trabalho à sua orientanda.

À Prof. Maria Christina Souza Siqueira Campos, pelas sugestões feitas ao trabalho e pelo apoio nos momentos em que a realização da pesquisa tornou-se mais difícil.

Aos funcionários do Instituto de Economia da UNICAMP, pela atenção e carinho que sempre me foi dispensada.

Aos colegas da pós-graduação, que sempre incentivaram a realização deste estudo.

À FAPESP, pelo auxílio financeiro através da concessão de bolsa de pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Justificativa 001

Objetivos e Procedimentos Metodológicos 005

I – AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA DO PAÍS DE 1930 A 1985

Brasil e a Superação da Crise 011

Região de Ribeirão Preto 016
1 – Formação e Ocupação da Região 016
2 - Café e Desenvolvimento 018
3 - A Crise 020
4 – A Cana na Região 024
4.1 - As Primeiras Usinas 024
4.2 – Desenvolvimento da Agroindústria na Região – Década de 70 e Primeira Metade da Década de 80 026

II – RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Formação da Força de Trabalho 029

O Colonato 032

O Trabalho Temporário 042

III – A FORÇA DE TRABALHO NO SETOR AGRÍCOLA

Industrialização e Modernização da Agricultura 045

Os Trabalhadores Rurais na Região de Ribeirão Preto 044

Estatuto do Trabalhador Rural – Alguns Direitos e Limitações 055

Processos Trabalhistas 056

IV – AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS DE ACORDO COM OS PROCESSOS TRABALHISTAS

A Atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais 067

As Reclamações Trabalhistas 068

As Principais Reivindicações 071

A Greve de Guariba 076

VI - CONCLUSÃO 083

BIBLIOGRAFIA CITADA 091

ANEXOS

1 – Municípios Pertencentes à Micro-região de Ribeirão Preto – Por Ordem Cronológica de Criação 097

2 – Produção de Café – Micro-região de Ribeirão Preto e Estado 098

3 – Resumo dos Principais Dados Coletados nos Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto 099

4 - Processos Trabalhistas 1958 – Trabalhadores Rurais Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto 100

LISTA DE GRÁFICOS

1 – Área Cultivada com as principais Culturas no Estado de São Paulo 015

2 – Quantidade de Café Produzida na Micro-Região de Ribeirão Preto 019

3 – Cafeeiros em Produção e Novos (Estado de São Paulo) 023

4 – Cafeeiros em Produção e Novos (Micro-região de Ribeirão Preto) 023

5 – Total de Trabalhadores Empregados na Agricultura na Micro-região de Ribeirão Preto 047

6 – Empregados Permanentes e Temporários na Agricultura na Micro-região de Ribeirão Preto 050

7 – Formas de Remuneração 057

8 – Tipo de Agenciador de Mão-de-obra 064

9 – Percentual de Processos Trabalhistas Movidos por Trabalhadores Agrícolas em Relação ao Total de Processos 070

10 – Número de Processos Trabalhistas Movidos por Trabalhadores Agrícolas em Relação ao Total de Processos 070

11 – Salários Mínimos Garantidos por Lei e Salários Médios dos Processos (convertidos em dólar) 073

LISTA DE QUADROS

1 – Área Cultivada com as Principais Culturas no Estado de São Paulo 014

2 – Área Utilizada para Produção de Cana no Estado de São Paulo 026

3 - Principais Produtos e suas Respectivas Áreas de Cultivo - Micro-região de Ribeirão Preto-1970 a 1980 027

4 – Distribuição da Força de Trabalho Ocupada nas Culturas de Algodão, Milho, Soja, e Cana-de-açúcar, Cultivo Motomecanizado, Estado de São Paulo, 1978/1979 049

5 – Empregados Permanentes e Temporários na Agricultura na micro-região de Ribeirão Preto 050

6 - Máquinas (Tratores) Recenseados nos Estabelecimentos Agropecuários da Micro-região de Ribeirão Preto 052

7 – Trabalhadores Empregados em Atividades Agrícolas na Micro-região de Ribeirão Preto – Com Exclusão dos Parceiros 054

8 - Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto – 1957 a 1985 057

9 – Local de Residência dos Trabalhadores Agrícolas - % 059

10 – População Urbana e Rural dos Municípios Pertencentes à Micro-região de Ribeirão Preto 061

11 – Tipo de Agenciador de Mão-de-obra - % 064

12 – Tempo Médio de Serviço dos Trabalhadores Agrícolas que Moveram Ações Trabalhistas em Ribeirão Preto 065

13 – Principais Reclamações dos Trabalhadores Agrícolas - % 076

14 – Cronograma para o Preparo do Solo, Plantio, Tratos Culturais e Colheita de Cana-de-açúcar 076

15 – Empregados Temporários por meses de Emprego do Pessoal da Categoria para a Micro- região de Ribeirão Preto 072

RESUMO

O estudo refere-se a análise dos trabalhadores agrícolas na micro-região de Ribeirão Preto no período de 1945 a 1985. Foram coletados dados como: forma de remuneração, tipo de agenciador de mão-de-obra (proprietário, arrendatário, empreiteiro), salário, local de residência dos trabalhadores, principais reclamações de trabalhadores agrícolas.

Para se desenvolver a pesquisa foram coletados dados dos censos agrícolas e agropecuários do IBGE e dos processos trabalhistas movidos por empregados agrícolas na Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto no período de 1957 a 1985.

Verificou-se a ampliação do número de empregados assalariados, especialmente os assalariados temporários, em conseqüência do grande crescimento da área cultivada com a cana, que provocou a valorização das terras, tornando antieconômica a concessão de terras para os colonos. Além disso, a utilização de máquinas agrícolas diminuía a necessidade de trabalhadores e impossibilitava o cultivo nas entrelinhas da cultura principal. Associado a isso havia disponibilidade de mão-de-obra, uma vez que os ex-colonos normalmente se estabeleciam nas periferias das cidades, e, sem instrução e qualificação, empregavam-se temporariamente em empregos urbanos, ou ficavam a espera da colheita, época de maior absorção de mão-de-obra pela lavoura canavieira.

Os processos trabalhistas demonstraram que, ao longo do tempo, as reivindicações dos trabalhadores da área agrícola foram praticamente as mesmas, com algumas oscilações entre os períodos. Os dados coletados demonstraram perfeitamente os reflexos da instituição do Estatuto do Trabalhador Rural sobre o trabalho agrícola.

Apesar de ser um marco histórico para os trabalhadores volantes, devido às grandes conquistas realizadas por estes, a greve Guariba e as negociações e greves que ocorreram após esta, não foram suficientes para eliminar definitivamente da região a exploração destes empregados agrícolas. As modificações que ocorreram nas relações de trabalho agrícola e os direitos conquistados pelos trabalhadores da agricultura no período estudado não fizeram com que as condições de vida e de trabalho destes empregados melhorassem substantivamente, seja devido ao não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, seja devido às precárias situações social e financeira destes trabalhadores, que se viam obrigados a se submeter às condições de trabalho impostas pelos empregadores.

INTRODUÇÃO

Justificativa

A província, depois o Estado de São Paulo, e mais especificamente a região de Ribeirão Preto foram conhecidos principalmente por sua produção de café durante o século XIX até a crise de 1929, conseqüência da quebra da bolsa de Nova Iorque. A partir dessa situação crítica da economia mundial, os cafeicultores foram obrigados a procurar uma outra cultura rentável que substituísse o café. Nesse período, a economia mundial passava por transformações importantes e conseqüentemente houve uma reordenação da economia brasileira.

Com a crise do café em 1930, o número de trabalhadores começou a se reduzir principalmente porque não havia, em curto prazo, uma outra cultura substituta que pudesse ocupar tantas pessoas que se encontravam disponíveis no mercado de trabalho. O número de trabalhadores contratados somente estabilizou-se nos anos 40 com a cultura de cana-de-açúcar já se firmando como cultura alternativa ao café. O açúcar teve sua produção ampliada a partir da década de vinte devido a alguns sintomas da crise cafeeira que já se mostravam evidentes.

Inicialmente, no período de crise, os agricultores da região viveram da plantação de uma cultura alternativa - o algodão -, que não demandava tantos trabalhadores. Durante o período em que a economia brasileira foi reordenada, a agricultura da região de Ribeirão Preto também diversificou a produção. Esta diversificação foi propiciada pelo crescimento dos centros urbanos que ampliaram a demanda pelos produtos agrícolas, dando origem às culturas comerciais de produtos diversos, como arroz e milho, por exemplo. Na região, o algodão e o café foram aos poucos sendo suplantados pela cana, que assumiu a hegemonia da produção agrícola na década de 60.

O desenvolvimento do setor açucareiro na área de Ribeirão Preto não foi difícil visto que a zona possuía plantações de cana mesmo durante a hegemonia do café. Estas eram utilizadas primeiramente para a fabricação da aguardente e, com a crise do café, deu-se a mudança de parte do cultivo do café para o cultivo da cana, utilizando-se para isso o capital proveniente da cafeicultura.

Neste período, a principal forma de trabalho utilizada na região era o colonato, sistema em que o colono trabalhava nas lavouras de café, podia plantar gêneros de subsistência e tinha direito à moradia nas terras da fazenda. Segundo Gnaccarini, os fazendeiros possuíam um problema que era:

> *(...) encontrar um regime de trabalho livre pelo qual as fazendas pudessem valer-se de uma modalidade de relação de produção que os liberasse de dispender o capital-dinheiro que de outro modo teria que ser invertido num fundo de salários extremamente vultuoso (...). Consistia essa solução em uma combinação de parceria com o trabalho salariado - o denominado colonato. Com esse expediente, deixava-se ao trabalhador a atividade de prover autonomamente a sua subsistência* (1980, p. 101).

Aguiar (1988) faz uma análise do colonato, destacando aspectos como a preferência dos fazendeiros por famílias com muitos membros, uma vez que, sendo os colonos normalmente remunerados por produção estes se empenhavam em empregar toda a família na colheita do café, visando melhor remuneração. Durante o restante do ano estes trabalhadores cultivavam alimentos para o sustento familiar num pequeno pedaço de terra.

No regime do colonato, o relacionamento empregado-empregador foi muito próximo, o fazendeiro tornava-se responsável pela vida do trabalhador e de seus familiares na colônia. O colono, freqüentemente, contraía dívidas no armazém da fazenda ou com o próprio fazendeiro e na maioria das vezes não conseguia pagá-las, o que fazia com que o colono se mantivesse atrelado ao fazendeiro.

Apesar de a utilização do trabalho temporário ocorrer desde o século XIX na colheita do café, o trabalho volante em regime de empreitada tornou-se mais freqüente na região na década 1940, sendo utilizado nas lavouras de café e cana, e somente a partir de 1960 este tipo de trabalho começou a disseminar-se pelas demais regiões do Estado de São Paulo por todas as culturas, assumindo grandes proporções.

Com o desenvolvimento do capitalismo na área agrícola, as formas de trabalho modificaram-se, passando a predominar na cultura canavieira as relações de trabalho assalariadas. Gnaccarini (1980), salienta que uma das conseqüências da entrada do capital na agricultura foi a mudança do plantio do café para o plantio da cana-de-açúcar e a expropriação do colono, que era também um pequeno produtor.

Segundo Singer, "a proletarização do trabalhador rural, no Brasil, não redunda na multiplicação dos assalariados permanentes nas fazendas, mas na transformação da maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou volantes, como são comumente conhecidos" (1979, p. 2).

O surgimento da relação de trabalho assalariado temporário na agricultura pode ser considerado como conseqüência do desenvolvimento e intensificação das relações capitalistas. Esta evolução capitalista fez com que as terras tornassem-se ainda mais importantes para os fazendeiros, que passaram a não querer mais as colônias de trabalhadores, visto que os colonos utilizavam parte das terras para cultivo de produtos de subsistência.

Ainda segundo Gnaccarini:

> *Nas terras das grandes usinas, cuja expansão ocupou terras antes alocadas à cultura cafeeira, o caráter temporário (praticamente anual) da nova cultura tornou mais interessante a despedida em massa dos antigos colonos e camaradas residentes e a contratação de diaristas "volantes" por intermédio de empreiteiros locais. Ao lado da expansão canavieira ocorreu uma valorização da pecuária e a substituição de cafezais também por pastagens. Nestes casos, a transformação dos trabalhadores residentes em "volantes" ou "tarefeiros" foi ainda mais acentuada* (1980, p. 93).

À medida que o empresário aumentava o volume de capital em suas mãos juntamente com a disponibilidade da força de trabalho, cada vez mais o trabalhador se via submetido às arbitrariedades do proprietário do capital, uma vez que as novas necessidades de mão-de-obra passaram a ser definidas a partir do ciclo de produção de novas culturas, como o do algodão a partir da década de 30 e o da cana-de-açúcar e de cereais como milho, arroz e feijão, na década de 40, quando estes produtos passaram a ser cultivados em larga escala para atender à demanda do mercado interno. Verificou-se que, com a expulsão do trabalhador colono de suas terras, o fazendeiro pôde aumentar sensivelmente seu lucro porque diminuíram os gastos com esses trabalhadores em sua terra, além de exonerá-lo dos custos gerados pelos benefícios sociais que teria que pagar a esses mesmos trabalhadores, já que a grande maioria se sujeitava a trabalhar sem registro na carteira, sendo esta a única forma de trabalho que lhes restava.

Assim, o trabalho temporário generalizou-se como forma de utilização da força de trabalho no decorrer de toda a década de 50, intensificando-se no final desta. Nessa época

também se deu o início da mecanização na agricultura, principalmente na lavoura canavieira, com a utilização de tratores e acessórios mecânicos poupadores de mão-de-obra liberando um número ainda maior de trabalhadores agrícolas no mercado, fazendo com que estes trabalhadores aceitassem com mais facilidade a nova relação de trabalho imposta, o trabalho volante.

Não se pode esquecer, também, a influência exercida pelo Estatuto do Trabalhador Rural, instituído em 1964. Após a instituição deste, os fazendeiros e usineiros passaram a utilizar-se de vários artifícios para burlar os direitos adquiridos pelos trabalhadores agrícolas através deste estatuto, utilizando-se mais intensamente do assalariado temporário.

Para definir o trabalho volante será utilizado o conceito apresentado por Mello, que é o seguinte:

> *(...) pode-se dizer que o trabalhador volante, contratado para desempenhar tarefas em pequenos intervalos de tempo, não pode se fixar no local onde trabalha. Via de regra viaja diariamente para aquele local, levando uma pequena marmita ou caldeirão com o alimento que lhe servirá de almoço e, devido `a falta de instalações apropriadas, a comida é ingerida fria. Daí a denominação de bóia-fria* (1976, p. 109).

As relações de trabalho no campo foram temas de vários estudos, entre eles um da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho do Campus de Botucatu, *A Mão-de-obra Volante na Agricultura*, o qual reúne textos de vários autores, que falam sobre o surgimento das relações capitalistas no campo e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalhador rural e da relação assalariada que predomina no meio rural. Existem ainda várias pesquisas realizadas especificamente sobre a região de Ribeirão Preto, os quais abordam diferentes aspectos do trabalho agrícola, como, por exemplo, a pesquisa de Pessoa (1994), *Determinantes de Diferenciais de Salário e Produtividade no Corte de Cana-de-açúcar na Região de Ribeirão Preto,* que analisa o mercado de trabalho agrícola identificando a influência das características da demanda e oferta por mão-de-obra sobre os trabalhadores permanentes e temporários utilizando-se de dados como, salários, produtividade e duração da jornada de trabalho. Toyama (1982), em seu estudo: *Crescimento Agrícola e Emprego: Caso da Região de Ribeirão Preto nos anos 70,* faz uma análise do emprego na agricultura regional na década de 70, através da qual conclui que as mudanças ocorridas na força de trabalho agrícola ocorreram como conseqüências das

alterações na composição das culturas e no seu perfil tecnológico. Alves (1991), em sua pesquisa: *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Lutas dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto*, salienta as lutas dos trabalhadores frente à modernização da agricultura, verificando também a mudança da prática do movimento sindical na Região.

Durante as décadas de 60 e 70 as novas relações de trabalho se consolidaram, expandindo-se muito o trabalho temporário. A partir da década de 70, a agroindústria da cana modernizou-se mais rapidamente, beneficiada pelos incentivos governamentais e pelo aumento da demanda pelo álcool como combustível, principalmente com o incentivo do Programa Nacional do Álcool, criado em 1975. Nos anos 70, apesar da mecanização agrícola, o número de trabalhadores que o setor açucareiro e alcooleiro empregava foi ampliado, havendo um grande deslocamento de trabalhadores de outros estados à procura de emprego.

Objetivos e Procedimentos Metodológicos

As modificações das relações de trabalho na economia agrícola de Ribeirão Preto geraram e continuam gerando problemas econômicos e sociais para os trabalhadores e para as cidades nas quais eles vivem, de forma que o objetivo deste trabalho foi estudar historicamente o impacto dessas transformações na estrutura de trabalho da região.

Apesar da grande importância econômica da região, são escassos os estudos sobre a mesma, surgindo assim a necessidade de novas pesquisas. O corte cronológico adotado para este projeto abarca o período compreendido entre 1945 e 1985, isto porque a região, tendo que se adaptar ao período de depressão (pós 1929) partiu para o mercado interno, diversificando a agricultura, aparecendo como culturas alternativas principais as de algodão e cana. A partir da década de 40 o cultivo da cana começou a ser ampliado, – a região apresentava clima e solo favoráveis, além de capital para se investir - até que nas décadas de 70 e 80, com o Pró-Álcool, a região atingiu posição de destaque na produção nacional.

Esta pesquisa apresenta uma análise histórica das relações contratuais entre trabalhadores e empregadores, focalizando especialmente o período entre o pós-guerra -

decadência do cultivo do café - e o desenvolvimento e apogeu do cultivo da cana, mais especificamente fins da década de setenta e início de oitenta.

Durante o período estudado as relações de trabalho agrícola alteraram-se profundamente, mas somente em 1984 ocorreu a primeira negociação direta entre os empregados agrícolas e os empregadores, conseqüência da greve de Guariba, a qual tornou-se um marco no que diz respeito às relações trabalhistas da agricultura. O ano de 1985 foi escolhido para finalizar a análise com o intuito de se verificar as alterações imediatas, pós-greve de Guariba, além do fato de que os processos trabalhistas utilizados como fonte básica de pesquisa arquivados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto correspondiam ao período de 1957 a 1986.

O objetivo do estudo foi analisar as modificações nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores empregados na agricultura desde a época do colonato até o desenvolvimento do trabalho volante, analisando, em âmbito regional, como e em que ritmo ocorreram estas mudanças, utilizando para isso variáveis como: salário do trabalhador, forma de pagamento, moradia, número de menores em atividade, além da realocação desta mão-de-obra dadas as modificações econômicas e também as exigências do mercado.

Para se realizar o estudo, inicialmente, foram coletados dados dos censos agropecuários e agrícolas do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, referentes à produção agrícola nacional e regional e aos trabalhadores empregados nesta produção.

A micro-região de Ribeirão Preto é composta por quinze municípios[1]: Barrinha, Cravinhos, Dumont, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.

O objetivo inicial do estudo era realizar a pesquisa baseada somente nestes dados, porém notou-se que as informações obtidas não eram suficientes para se atingirem os objetivos propostos, assim foi incorporada nova fonte de dados, os Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, criada em 1957.

---

[1] De acordo com a divisão espacial do IBGE divulgada entre os anos de 1965 e 1985.

Devido ao volume altíssimo de processos, optou-se por realizar a coleta de dados dos processos a cada quatro anos. Em alguns casos estes períodos foram alterados, uma vez que o arquivo se apresentava incompleto para o ano selecionado, sendo assim foram analisados os processos referentes aos anos: 1957, 1958, 1963, 1966, 1971, 1974, 1978, 1982 e 1985. Os principais dados coletados foram: categoria do reclamado (que se entende: arrendatário, empreiteiro ou proprietário), local de moradia do reclamante, número de menores de dezoito anos, tipo de vínculo empregatício, e principais motivos das reclamações trabalhistas.

Além destes dados, foram coletados os períodos em que os trabalhadores estiveram empregados. Para a análise foi utilizado o tempo médio de permanência no emprego destes trabalhadores calculados em meses. Foram coletados ainda os salários mensais. Estes foram convertidos em dólar (cotação referente ao período, ou seja, cotação da época) com o intuito de facilitar a análise. Como exemplo, consultar os dados coletados para o ano de 1958, na tabela IV do anexo.

A Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto abrangia vários municípios da região. Dentre os processos coletados foram encontrados trabalhadores de todas as cidades estudadas na pesquisa, em maior ou menor número, dependendo da criação de novas Juntas e de sua área de atuação.

Mesmo durante a leitura dos processos, antes de uma análise mais profunda dos dados coletados, já eram facilmente percebidas as alterações nas relações de trabalho no campo. Após o início da análise do material coletado, foi realizada entrevista com advogado que atuava em Ribeirão Preto à época da criação da Junta na cidade, que abordou as limitações das leis trabalhistas no período e as dificuldades enfrentadas pelos primeiros advogados que se empenharam na defesa dos trabalhadores agrícolas da região.

A pesquisa enfatizou, simultaneamente, a agricultura na região, com a especialização na produção de cana e as alterações nas relações de trabalho com o conseqüente aumento do assalariado temporário.

O primeiro capítulo deste estudo trata das transformações na agricultura do país, fazendo um relato da produção agrícola desde a crise de 1929 até a primeira metade da década de 80. A formação e ocupação da região de Ribeirão Preto foram analisadas levando em conta a importância da lavoura cafeeira e a substituição desta pela

agroindústria canavieira. O capítulo apresenta ainda a origem de algumas das principais usinas de açúcar e álcool da região.

O segundo capítulo refere-se às relações de trabalho na agricultura. Por meio de um traçado histórico das formas de trabalho utilizadas no país, foram descritas as principais alterações na contratação da mão-de-obra agrícola desde o trabalho escravo até o assalariado temporário, forma de trabalho amplamente utilizada na região.

Os dois primeiros capítulos são introdutórios, uma vez que, para que se entendam as modificações nas relações de trabalho agrícola, é necessário que se saiba inicialmente como se apresentava o setor agrícola nacional e principalmente regional e como ocorreram as alterações nas formas de trabalho utilizadas na agricultura do país ao longo do tempo.

O terceiro capítulo apresenta dados sobre a modernização da agricultura e seus reflexos sobre os trabalhadores rurais. Neste capítulo procurou-se analisar as causas das alterações no número de empregados, assim como nas formas de remuneração do trabalho rural durante o período estudado. A partir dos dados coletados pôde-se demonstrar em que ritmo ocorreram as alterações de trabalho e vida dos empregados agrícolas e quais fatores ocasionaram estas mudanças.

O quarto capítulo trata dos processos trabalhistas e da atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais. Foram analisadas as principais reclamações dos trabalhadores agrícolas, discutindo-se novamente o trabalho temporário. Finalizando o capítulo, foi apresentado um histórico da greve dos trabalhadores agrícolas de Guariba em 1984, a qual tornou-se um marco das reivindicações dos trabalhadores da área agrícola por melhores condições de trabalho e de vida.

A conclusão apresenta uma síntese do estudo. Verificou-se que na região as exigências de um volume crescente de capital provocaram o afastamento de alguns proprietários de terras, permanecendo como produtores agrícolas somente aqueles que possuíam uma quantidade mínima de capital para investir. Concluiu-se também que as modificações nas relações de trabalho na região não foram ocasionadas por um único fator, mas por um conjunto de fatores, entre os quais a especialização da região na produção de cana-de-açúcar e o crescimento das lavouras, a valorização das terras e a modernização da agricultura.

Apesar dos direitos conquistados pelos assalariados agrícolas, através do Estatuto do Trabalhador Rural, não se pode dizer que estes elevaram suas condições de vida e de trabalho, pois as modificações que ocorreram nas relações de trabalho fizeram com que surgissem para os trabalhadores necessidades até então inexistentes.

O anexo apresenta tabelas e dados estatísticos necessários para a compreensão de algumas análises que foram apresentadas no texto de forma mais sucinta. A tabela IV é um exemplo sobre o tipo de dados que foram coletados e a forma como foi realizada a coleta de dados nos processos trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, apresentando a planilha referente aos dados coletados para o ano de 1958.

CAPÍTULO I

AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA DO PAÍS DE 1930 a 1985

Brasil e a Superação da Crise

A década de 30 foi marcada por importantes transformações econômicas, políticas e sociais. Tais transformações afetaram também a década de 40, período no qual tem início o estudo. A depressão econômica que se iniciou em 1929 e a revolução de 1930 intensificaram a perda do controle exclusivo do poder político por parte das burguesias agrária e comercial ligadas ao setor exportador para novos grupos urbanos. Os novos interesses, que surgiram com a diversificação das atividades econômicas e conseqüentemente da sociedade, fizeram com que a composição do Estado se alterasse, uma vez que a oligarquia cafeeira passou a perder espaço para os representantes de outros segmentos sociais.

Mesmo com todos os problemas enfrentados pelo setor cafeeiro, a atividade manteve sua importância durante vários anos. Para Pires: "No período de 1930 a 1960, as vendas de café para o exterior representaram, via de regra, mais da metade do valor das exportações nacionais, girando em torno de 70% na primeira metade dos anos 30 e cerca de 45% na segunda metade dessa década e retrocedendo para percentuais em torno de 40% apenas na segunda metade da década de 60" (1999, p.166) .

A crise de 1929 alterou a dinâmica da economia nacional, que, na tentativa de diminuir a dependência externa sentida em conseqüência da exportação de um só produto, passou a residir na diversificação da produção do país. A agricultura sofreu mudanças e produtos para consumo interno passaram a ser cultivados em maior quantidade, favorecidos pelo novo mercado criado pela urbanização. De acordo com Villela e Suzigan: "Em 1907, cerca de 68% da produção agrícola eram destinados à exportação, caindo esse percentual para 36% em 1939" (1975, p. 38). Até a Primeira Guerra Mundial, o país importava cerca de 13% dos produtos agrícolas consumidos no país. Para Cano:

> *(...) a expansão diversificada da agricultura paulista não ocorreu apenas em função das crises cafeeiras, uma vez que ocorreu tanto nas crises como*

> *nas fases de expansão do café e isso se deve, pela crescente independência que a agricultura praticada fora da propriedade cafeeira vai adquirindo, à medida que o mercado urbano se expandiu. Ela cumpriu, assim, a clássica função de suprir a expansão urbana, com seus excedentes de alimentos e de matérias-primas* (1998, p. 80).

Com a crise do comércio exterior a cultura cafeeira foi afetada; como já foi dito, isto fez com que ocorresse maior diversificação da produção agrícola para o mercado interno, favorecido também pela crescente urbanização. Além disso, os lucros provenientes do café já há algum tempo estavam sendo investidos em outros setores. Segundo dados apresentados por Kageyama, "Nos primeiros vinte anos do século XX a produção industrial interna praticamente quadruplicou, suprindo cerca de 70% do mercado interno em 1919. Em 1939, o valor da produção industrial ultrapassou o da produção agrícola" (coord., s.d., p.19).

Até a década de 30, a agricultura do país e conseqüentemente a economia nacional ainda estavam atreladas às flutuações do mercado externo para o café. Simultaneamente à queda das exportações de café e, em conseqüência disso, da capacidade de importar, ocorreu o movimento de diversificação da produção agrícola, ocasionado pelo crescimento da produção interna de alimentos e matérias-primas. Além disso, a necessidade de constantes desvalorizações cambiais e controle do mercado de divisas favoreceu a industrialização, fazendo com que os efeitos negativos da depressão afetassem menos a produção industrial que a agrícola.

A diversificação da agricultura paulista, que vinha ocorrendo com alguma intensidade desde o início do século, tornou-se mais evidente na década de 30, tendo como principais produtos o algodão, o arroz e a cana, e é neste contexto que estudaremos a região de Ribeirão Preto, zona importantíssima desde a época cafeeira e que ainda hoje mantém posição de destaque na economia brasileira.

O crescimento agrícola, provocado principalmente pela expansão da área cultivada, pelo cultivo de novos produtos e pela utilização de novas formas de cultivo, ocorreu lentamente. No que diz respeito à produção, o fato mais importante foi a diversificação de produtos e a passagem da ênfase do mercado externo para o mercado interno. O abastecimento deste mercado nacional foi viabilizado principalmente pelo desenvolvimento

da rede de transportes, energia e comunicação, em especial na década de 50, o transporte rodoviário.

Entre 1930 e o final da década de 60 foi grande o aumento da área cultivada, expandindo-se as fronteiras próximas às zonas mais urbanizados, que facilitado pelo desenvolvimento técnico, promoveu o aproveitamento do cerrado para a agricultura, o qual, até então, era utilizado quase que exclusivamente para a criação de gado. Segundo Kageyama, "Entre 1930 e 1950, a área de lavouras aumentou 6.356 mil hectares no Brasil; entre 1950 e 1960, cresceu 9.617 mil hectares e, na década de 60, mais 5.272 mil hectares de lavouras foram incorporados" (coord., s.d., p.24). O estudo salienta ainda a importância da ampliação da infraestrutura de transportes e o aumento da oferta interna de veículos para que ocorresse esta expansão da fronteira.

No pós-guerra, ao lado do crescimento extensivo da produção, a agricultura brasileira passou a implementar de forma mais decisiva um processo de modernização de sua base técnica, ou seja, na tentativa de aumentar a produtividade as importações de tratores e fertilizantes cresceram, o que só ocorreu efetivamente a partir do apoio estatal.

A preocupação do governo com o aumento da produtividade agrícola através do uso de técnicas modernas de cultivo teve início no segundo período Vargas, quando se percebeu a necessidade de montar uma indústria de fertilizantes e máquinas agrícolas no país.

O final dos anos 60 e a primeira metade dos 70 foram os tempos do "milagre econômico", com as altas taxas de crescimento econômico, a concentração de capitais e as fusões de empresas, particularmente do setor financeiro. Tudo isto fazia parte de um modelo de desenvolvimento e de internacionalização da economia nacional, promovido por um governo centralizador e autoritário. Na segunda metade da década de 70 o modelo começaria a fracassar, com o advento da crise do petróleo.

Com a alta dos preços do petróleo, a partir de 1973 e com o recomeço da inflação, o governo, na tentativa de manter o padrão de desenvolvimento do país, optou pelo endividamento externo. Com o objetivo de combater essa situação pelo lado do déficit da balança comercial, o governo resolveu instituir, em 1975, o Programa Nacional do Álcool, que tinha como finalidade a utilização de um programa de fonte de energia alternativa para substituir os derivados de petróleo.

O projeto previa alguns aspectos que foram deixados para trás, como, por exemplo, o desenvolvimento da cultura da mandioca e sua utilização para fabricação do álcool, além da melhoria na distribuição da renda através da utilização nestas culturas de grande quantidade de mão-de-obra.

Com a implantação do Pró-Álcool, a cultura de cana no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo se expandiu rapidamente, ampliando-se também a concorrência exercida pela cana às culturas de alimentos, como pode ser verificado no quadro a seguir e visualizado no gráfico I da página seguinte.

Quadro I: **Área Cultivada com as Principais Culturas no Estado de São Paulo**

Ano	Área em ha					
	Algodão	Arroz	Cana	Café	Feijão	Milho
1960	408.297	488.491	291.013	1.285.535	185.625	398.655
1980	236.687	259.633	1.073.120	821.046	306.219	1.006.103

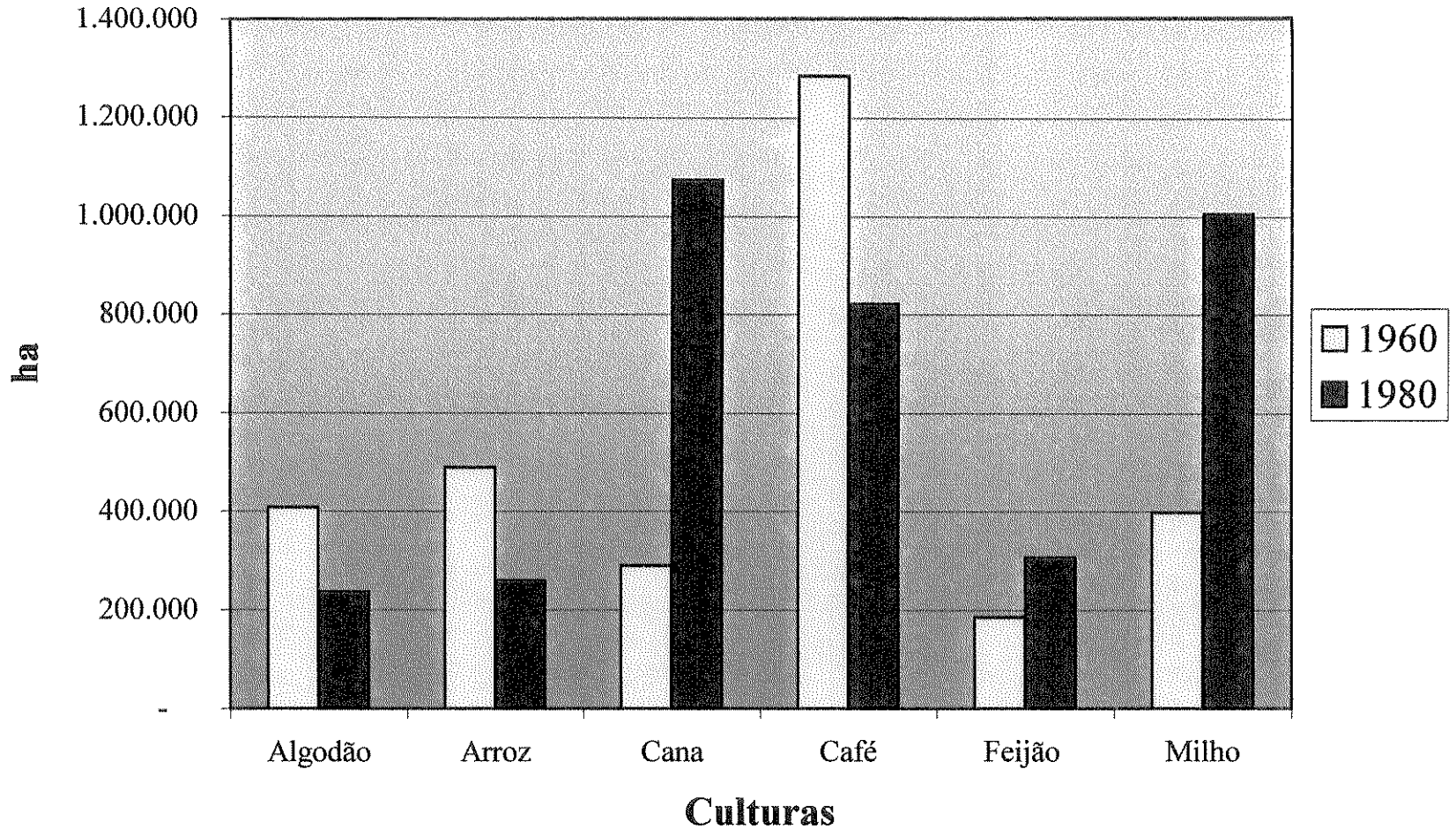
Fonte: Censos agrícola 1960 e agropecuário 1980, IBGE

Nota-se que as áreas de cultivo do algodão, arroz e café reduziram-se, enquanto apresentaram crescimento as áreas cultivadas com feijão, milho e cana, especialmente esta última, que apresentou um incremento de 268,75% em sua área.

Os impactos desta grande ampliação na área utilizada para a produção de cana também se manifestaram sobre os preços das terras e sobre o mercado de trabalho, no qual se percebe o aumento do número de trabalhadores temporários, os bóias-frias, assunto que será abordado com mais detalhes posteriormente.

As mudanças que se sucederam no setor do açúcar e álcool após 75 foram grandes, a começar pelo grande incremento da área cultivada de cana entre 1975 e 1980, que no Brasil foi de 37% e em São Paulo, de 70%. A expansão do setor fez-se principalmente baseada na expansão da produção de álcool, embora tenha havido também um crescimento do açúcar, mas em proporções incomparavelmente menores à verificada na produção do primeiro.

Gráfico I: Área Cultivada no Estado de São Paulo



Fonte: Censo Agrícola 1960 e Agropecuário 1980, IBGE

Região de Ribeirão Preto

1 - Formação e Ocupação da Região

Para que se possa entender a economia da região é necessário que se saiba como se deu a ocupação da área agrícola e como esta se desenvolveu.

A ocupação da área de Ribeirão Preto está relacionada à descoberta de ouro em Goiás, no ano de 1725, e a ligação entre esta província e São Paulo. Segundo Brioschi, "O caminho de Goiás saía de São Paulo, passava por Jundiaí, Mogimirim, Mojiguaçu e Casa Branca, seguia em direção ao Noroeste atingindo os atuais municípios de Cajuru, Batatais, Franca e Ituverava. Através da travessia do Rio Grande chegava-se a Minas Gerais e a partir daí se dirigia a Goiás" (1999, p. 46).

A existência de ouro em Goiás fez com que as terras ao longo de seu caminho de acesso fossem ocupadas, seja por concessão de sesmarias, seja através da posse. Os pousos foram sendo criados para atender aos viajantes, uma vez que se intensificou a circulação de tropas e pessoas nesse trajeto, promovendo desta forma a ocupação do Nordeste paulista. Ainda segundo Brioschi:

> *Ao sul do rio Pardo, o Caminho de Goiás, acompanhando as primeiras elevações da parte ocidental da Mantiqueira, próximo à atual divisa com Minas Gerais, deixava fora da área então ocupada, toda a região que lhe ficava a oeste. Do atual município de São Simão até a confluência dos rios Moji e Pardo, de Luis Antônio a Ribeirão Preto, a vegetação mais densa afastava os primeiros moradores, com sua técnica rudimentar de ocupação e exploração da terra. O oeste do Caminho de Goiás era representado nos mapas da época, como um espaço aberto, denominado "sertão desconhecido"* (ibid., p. 52).

A ocupação da margem esquerda do rio Pardo ocorreu por volta de 1811, quando alguns descendentes dos povoadores do Caminho de Goiás cruzaram o rio e se apossaram das terras da sua margem esquerda. Entre eles estava José Dias Campos, que possuía terras na fazenda Boa Vista (Nuporanga) e fazenda Ilha (atual Jardinópolis) e foi provavelmente o primeiro posseiro das terras que formam hoje Ribeirão Preto. Como não registrou as terras, perdeu-as para os irmãos Mateus e Manoel José dos Reis. Mateus José dos Reis em 1829

declarou ocupar a área com 120 cabeças de gado, tendo seu nome ligado à fundação de Ribeirão Preto.

Segundo Zamboni, "Em meados do século XIX, as margens do Sapucaí e do Pardo eram povoadas por mineiros e paulistas que aí se estabeleceram e abriram fazendas. Estes pioneiros, ao imigrarem, vinham sempre acompanhados por seus familiares e amigos. Assim o fizeram Simão Teixeira, Luís Antônio de Souza Diniz, Bernardo Alves do Nascimento, a família José dos Reis e outros" (1978, p.2).

Ainda de acordo com a autora, na ocupação da região teve grande destaque a família Junqueira. De origem mineira, durante a segunda década do século XIX, seis casais da família se estabeleceram no Nordeste de São Paulo. As terras de Luís Antônio de Souza Diniz e sua mulher Ana Claudina Diniz Junqueira ocupavam 68 mil alqueires, onde se constituem hoje os municípios de Luís Antônio, Pradópolis, Barrinha e Guatapará. Demais membros da família possuíam grandes extensões de terras em Batatais, Franca, Orlândia, Morro Agudo, além de terras no Triângulo Mineiro e em Mato Grosso.

A primeira freguesia criada ao sul do rio Pardo foi São Simão. Foi Simão da Silva Teixeira que em 1835 doou a área onde seria construída a capela de São Simão, que em 1842 tornou-se freguesia no Termo de Casa Branca e em 1865, município. Do município de São Simão, foi destacada Ribeirão Preto em 1870, criada como freguesia, tornando-se município em 1871. Suas terras compreendiam os atuais municípios de Serrana, Cravinhos, Guatapará, Dumont, Barrinha, Sertãozinho, Pontal e Pradópolis. A freguesia de Sertãozinho foi criada em 1885 e Cravinhos surgia em 1893, criada como estação ferroviária e Distrito de Paz. As datas de criação dos municípios pertencentes à micro-região de Ribeirão Preto encontram-se na tabela I do anexo.

Segundo Plínio Travassos dos Santos (1919), em seu artigo História de Ribeirão Preto: "Era vasto e pouco povoado o território. Poucos moradores dispersos em grandes e pequenas glebas, que ocupavam principalmente, com criação de gado bovino e suíno, e raros, com incipientes culturas de cereais, mandioca e cana".

De acordo com Zamboni, Vicente José dos Reis, por volta de 1840, abriu várias fazendas entre elas, a do Laureano, às margens do rio Pardo. Luís Antônio de Souza Diniz, em 1842, nas proximidades de São Simão, montou e organizou a fazenda Lageado. Nas

imediações destas fazendas, outras foram abertas seguindo o princípio da contigüidade geográfica.

Das fazendas Laureano e Lageado outras foram organizadas fruto de desmembramentos que ocorreram para atender às solicitações de herança e pertenceram a filhos e genros de Vicente José dos Reis e Luís Antônio de Souza Diniz. Os filhos de Luís Antônio de Souza Diniz, organizador da fazenda Lageado, herdaram a referida fazenda depois de 1856 e estenderam seus domínios até o atual município de Sertãozinho. Como outras famílias, os Junqueira enriqueceram com o comércio de gado e destacaram-se como pecuaristas, antes da penetração do café na região.

Embora a família Reis tinha estado na região entre os primeiros colonizadores e formadores de fazenda, segundo Zamboni, não obteve o mesmo poder e prestígio dos Junqueira, porque, territorialmente, seus domínios eram menores, dedicavam-se a atividades mais modestas e suas propriedades eram divididas por herança.

Acredita-se que, na região, o trabalho sistemático e assalariado tenha sido tentado pela primeira vez por Gabriel Diniz Junqueira, principal herdeiro de Luís Antônio de Souza Diniz, que durante a década de 1860 utilizou na cultura de algodão colonos norte americanos, que fugiram dos Estados Unidos por ocasião da Guerra da Secessão, porém, não obteve boa colheita, de acordo com Barcellar: "por volta de 1867 um ataque de lagartas destruiu as plantações de algodão, abandonando-se o cultivo" (1999, p. 144).

O final da década de 1870 veria o processo imigratório ser retomado, ainda que em pequena escala, efetivando-se somente a partir da segunda metade da década seguinte.

2 - Café e Desenvolvimento

Na década de 1870, chegaram a Ribeirão Preto cafeicultores do Vale do Paraíba, São Paulo e Campinas, como os irmãos Barreto, Martinho Prado e outros mais com o intuito de cultivarem café. A região, que possuía clima, relevo e solo favoráveis, recebeu grandes investimentos tanto de fazendeiros quanto do próprio Estado, alterando radicalmente o perfil da área.

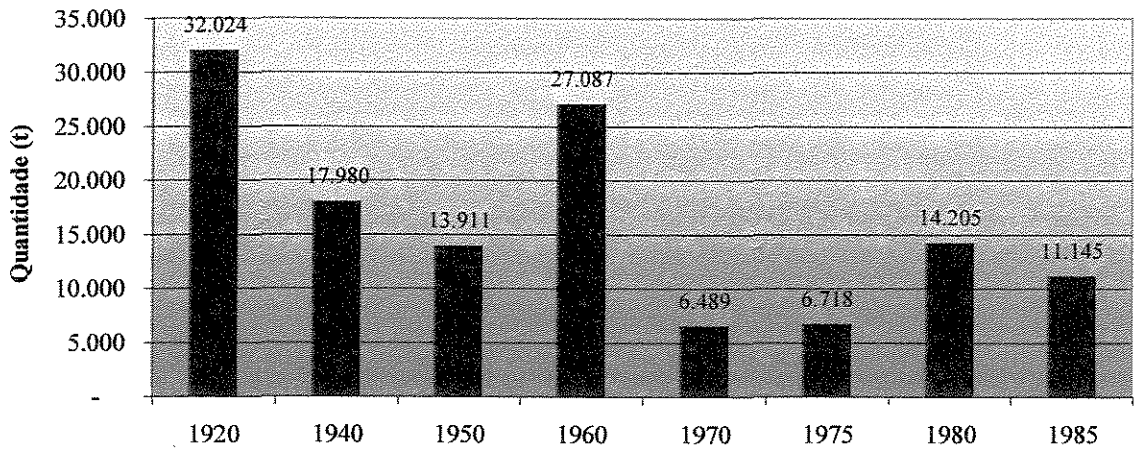
Os Pereira Barreto e os Prado foram pioneiros em instalar na região as primeiras empresas tipo capitalista de exploração do café. Em pouco tempo, milhares de pés de café

foram plantados e, com isso, houve a organização de fazendas e a derrubada da mata. À medida que o trabalho se desenvolvia, um número cada vez maior de trabalhadores foi se deslocando para o local.

Os fazendeiros recém chegados na área, como Martinho Prado, Henrique Dumont, Francisco Schmidt e os que já lá estavam, como os membros da família Junqueira, organizaram grandes fazendas de café. Nelas introduziram processos mecânicos de beneficiamento do grão, contrastando com os processos rotineiros existentes nas velhas zonas do café do Vale do Paraíba.

Estas propriedades fizeram com que a região ficasse conhecida pela produção de café durante o século XIX até que as conseqüências do excesso de produção começassem a ser sentidas na década de 1920, agravando-se com a crise de 1929, quando o número de plantações deste produto estagnou e até mesmo reduziu.

Gráfico II: Quantidade de Café Produzido na Micro Região de Ribeirão Preto 1920 a 1985



Fonte: Recenseamento do Brasil, 1920-Agricultura; Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços 1940-Agrícola; Agrícolas 1950 e 60 e Agropecuários, 1970,75, 80 e 85, IBGE.

O gráfico acima apresenta a quantidade de café produzida na região de Ribeirão Preto[2]. Nota-se que a produção de café do ano de 1940 foi 43,85% menor que a produção de 1920. Os dados mostram que a produção se recupera parcialmente no ano de 60, uma vez que a cultura não havia sentido ainda as conseqüências do Plano de Erradicação dos

[2] A tabela II do anexo apresenta a quantidade de café produzida em cada município da micro-região.

vez que a cultura não havia sentido ainda as conseqüências do Plano de Erradicação dos cafeeiros, instituído pelo governo em 1959. Porém, nos anos seguintes e na década de 70 os efeitos do Plano já podem ser observados, através da redução da quantidade de café produzida. A quantidade de café produzido na região reduziu-se em 55,64% entre 1920 e 1980 e 65,20% entre 1920 e 1985.

A cultura cafeeira já há algum tempo enfrentava problemas, os quais eram contornados através de mecanismos artificiais que visavam à valorização do produto. A intervenção do Estado através dos planos de valorização e a geada de 1918 elevaram os preços do café, estimulando ainda mais o plantio. Porém as expectativas de uma grande safra, aliada à crise econômica ocorrida nos Estados Unidos (principal consumidor externo) em 1920/22, provocaram novas quedas nos preços externos, compensados internamente pela desvalorização cambial.

A política de valorização exercida pelo Estado gerava um acúmulo de estoques que jamais seria vendido, uma vez que os bons preços estimulavam ainda mais o plantio. Tal situação foi mantida até o *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, quando as medidas adotadas pelo governo se tornaram insuficientes diante do problema enfrentado: a crescente oferta mediante a restrita demanda existente.

3 - A Crise

Com a crise da economia mundial desencadeada ao final da década de 20, os cafeicultores foram obrigados a procurar uma outra cultura mais rentável que substituísse o café. As alternativas encontradas foram as culturas de algodão e/ou de cana-de-açúcar, que foram gradativamente substituindo as grandes plantações de café. Estes produtos sempre foram cultivados em São Paulo ainda que em menor quantidade que o café. Se verificarmos as exportações brasileiras, veremos que em alguns anos, produtos como o algodão e o açúcar tinham grande importância nas exportações do país, porém, estes aumentos nas quantidades exportadas eram momentâneos, reduzindo-se no período seguinte; exemplo disso ocorreu com a grande exportação de algodão durante a Guerra Civil Americana.

As transformações que ocorreram na economia mundial provocaram uma reordenação da economia brasileira, até então muito dependente da exportação de café.

Na região de Ribeirão Preto, a agricultura, baseada principalmente na cultura cafeeira, passou por uma diversificação da produção propiciada pela intensificação do processo de urbanização e pelo crescimento populacional que ampliaram a demanda pelos produtos agrícolas, dando origem às culturas comerciais de outros produtos, como arroz e milho.

A crise cafeeira trouxe nova modalidade de vida para a região de Ribeirão Preto, abrindo novas perspectivas. Segundo Thomas W. Walker:

> *Na terceira década do século, uma grande parte dos lucros do café estava sendo investida no comércio, na indústria e na infra-estrutura de serviços médicos e educacionais. A depressão mundial teve um impacto poderoso na economia local. Enquanto a cultura cafeeira sofreu um declínio, a agricultura em geral entrou num processo de notável diversificação, e os setores industriais, comerciais e de serviços expandiram-se ainda mais. Em meados do século o município tinha uma poderosa economia baseada no comércio, na indústria, na agricultura diversificada e nos serviços médicos e educacionais* (1978, p. 77).

Durante esse período de crise, os agricultores da região viveram da plantação de uma cultura alternativa - o algodão -, que foi favorecida pelo crescimento da indústria têxtil no país. Sérgio Milliet (1946) mostra que, inicialmente (década de 30), foi o algodão que possibilitou o reerguimento econômico da região após a crise, sendo suplantado, gradativamente, pela cana, que assumiu a hegemonia da produção agrícola. Porém, o cultivo de algodão não demandava intensivamente mão-de-obra. O número de trabalhadores somente começou a se estabilizar a partir de 1940, com a cultura da cana-de-açúcar já se firmando como cultura alternativa ao café, sendo este cultivo capaz de reabsorver a força de trabalho liberada pela cafeicultura.

O setor açucareiro encontrou condições favoráveis ao seu desenvolvimento na região de Ribeirão Preto, visto que a região já contava com plantações de cana mesmo durante a hegemonia do café, além de possuir mão-de-obra disponível, liberada das plantações de café. De acordo com Petrone, *"(...)* a plantação da cana e a indústria açucareira não tinham desaparecido por completo das terras da capitania de São Paulo (...). Devia haver pequenas culturas de cana com a respectiva fabricação de açúcar e aguardente, permitindo a sobrevivência da memória das técnicas relacionadas com tal produção até a época em que essa cultura adquiriu novamente importância em São Paulo" (1968, p.12).

A partir de 1940, a zona estudada passou por grandes alterações, dentre as quais as principais foram a expansão da área de cultura da cana-de-açúcar, o crescimento na utilização de técnicas químicas e mecânicas, o aumento da participação do trabalho assalariado na agricultura, além da intensificação da migração de nordestinos para o estado de São Paulo e para a área em referência.

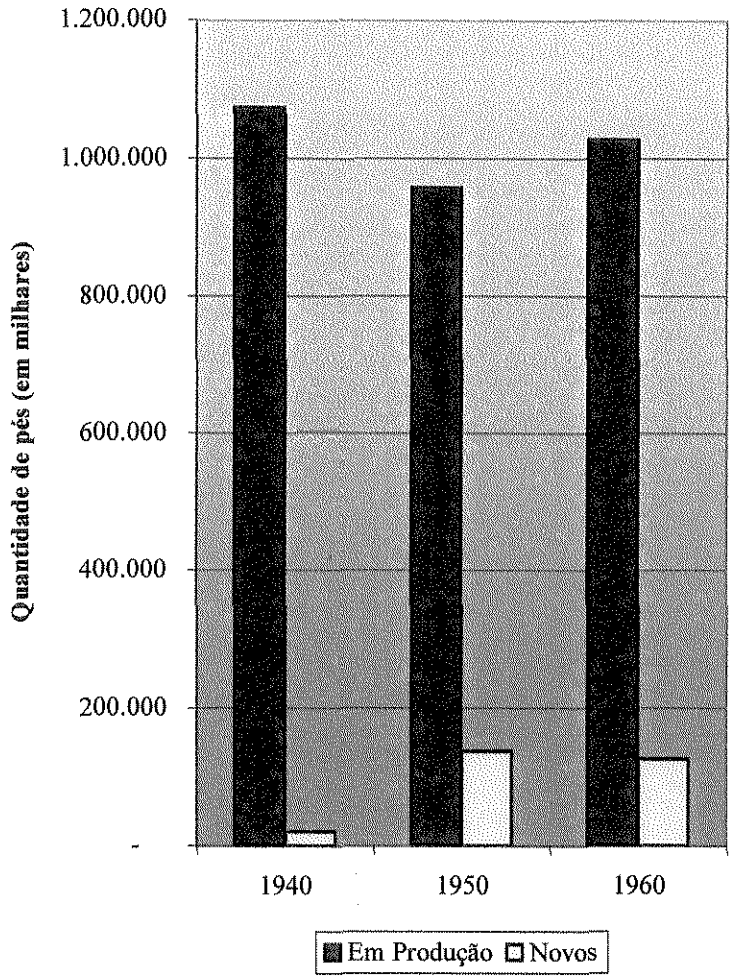
Para Graziano Neto, na década de 50, de forma significativa, a nova cultura de exportação começou a invadir a região. "O grande centro canavieiro regional é o município de Sertãozinho, e é a partir daí que essa cultura se alastra (...). Não é essa, porém, a única frente de expansão da cana-de-açúcar. Os municípios de Guariba e Pradópolis se convertem também em grandes centros canavieiros (...)" (1977, p. 60).

A mecanização da agricultura e a utilização de adubos químicos constituíram os recursos tecnológicos que a partir da década de 50 passaram a ser utilizados pelos fazendeiros, chegando mesmo a se tornar um dos fatores condicionantes do cultivo de novos produtos, à medida que os produtores passaram a optar por um maior índice de mecanização.

Na década de 60 a região já tinha cafeeiros com idade avançada, pois a cultura fora introduzida nesta área no final do século XIX e início do século XX. A não renovação dos cafezais, em decorrência das crises que atingiram o preço do café, fez com que, no ano de 1960, pudesse ser encontrada na região porcentagem elevada de plantações com mais de trinta anos. Os gráficos III e IV, na página seguinte, apresentam dados referentes aos cafeeiros em produção e novos no estado e na micro-região.

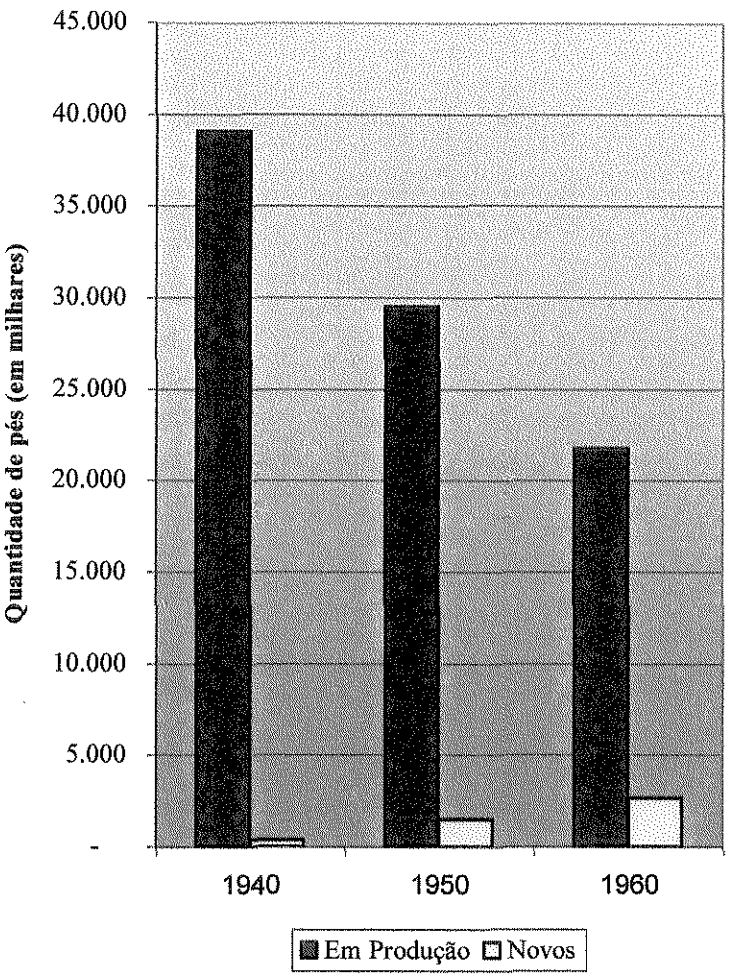
No Estado de São Paulo os pés de café com menos de trinta anos representavam 28% do total, enquanto na área estudada representavam 21%. A micro-região, que em 1920 produzia 6,38% do café colhido no estado, em 1960 participava com apenas 2,01% do total. A década de 60, assim como as duas décadas anteriores, foi marcada pela diversificação de culturas e pelo crescimento da área de cultivo da cana-de-açúcar, uma vez que os fazendeiros passaram a dar preferência às culturas que permitiam mais facilmente a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas.

Gráfico III: Cafeeiros em Produção e Novos (Estado de São Paulo)



Fonte: Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comercial
1940- Agrícola, Censos Agrícolas 1950e 1960, IBGE.

Gráfico IV: Cafeeiros em Produção e Novos (micro-região de Ribeirão Preto)



Fonte: Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comercial
1940- Agrícola, Censos Agrícolas 1950e 1960, IBGE.

4 - A Cana na Região

4.1 – As Primeiras Usinas

Apesar da grande importância econômica do café, na região de Ribeirão Preto, no século XIX, encontravam-se na área pequenas plantações de cana que eram utilizadas em engenhocas para fabricação de aguardente. A cana apareceu definitivamente na região a partir de 1900 beneficiada por uma Lei aprovada na Câmara Municipal de Sertãozinho que estabelecia incentivos fiscais à implantação da "agroindústria" canavieira nas terras do município. O projeto foi apresentado em agosto de 1900 pelo vereador Aprígio de Araújo, que exercia o cargo de prefeito (intendente).

> *Considerando que este município presta-se admiravelmente à cultura de cana;*
> *Considerando que os lavradores, amedrontados pela baixa do café, empregaram suas atividades no cultivo e se encontram em sérias dificuldades, devido ao barateamento do aguardente;*
> *Considerando que a cana preserva-se da geada mais facilmente do que o café;*
> *Considerando que seria possível utilizar toda a cana que se possa formar no município construindo um Engenho Central, etc., proponho:*
> *1) – que se isente de impostos, pelo prazo de vinte anos, a pessoa ou companhia que montar um Engenho Central, que tenha proporções de utilizar toda a cana do município na fabricação de açúcar, álcool e aguardente.*
> *2) – como medida de urgência e auxiliadora fica revogado o imposto sobre exportação de aguardente constante da Lei nº 14 Tab. E. (*apud Hasse, 1996, p. 36).

Sem dúvida, este foi o primeiro passo para que a região se transformasse em grande produtora de açúcar e álcool. Em 1900 o imigrante italiano Alexandre Balbo plantou cinqüenta alqueires de cana em sítio adquirido com economias obtidas no trato do café, porém o negócio não obteve êxito e em 1903 vendeu o sítio para Francisco Schmidt passando a trabalhar para ele.

Schmidt, em 1906, requereu a isenção de impostos e montou o Engenho Central de Sertãozinho no sítio comprado de Alexandre Balbo. Para o Engenho Central trabalharam

direta ou indiretamente várias famílias que fundaram grupos importantes na região, como é o caso das famílias imigrantes Balbo, Biagi, Marchesi e Lunardelli, entre outras.

Em 1916 Francisco Schmidt construiu a Usina Albertina em Sertãozinho, tornando-se o primeiro usineiro da região. Pedro Biagi, imigrante italiano, veio para a região em 1890, adquiriu a fazenda Barbacena também em Sertãozinho em 1917, onde plantou cana-de-açúcar, montando a Usina Barbacena em 1922, sendo o segundo usineiro da região. As Usinas Barbacena e Albertina foram compradas por João Marchesi em 1952 e 1956, respectivamente. Adelino Fortunato Simioni iniciou o cultivo de cana como fornecedor para a Usina Barbacena, montando a Usina São Geraldo em 1927 na cidade de Sertãozinho.

João Marchesi, sócio de Pedro Biagi em alguns empreendimentos, montou a Usina São Vicente em 1929, em plena crise cafeeira. Marchesi fundou também em 1935 a Usina Santa Elisa, a qual foi vendida a Pedro Biagi e seus filhos em 1936. Segundo Hasse (1996, p. 194), "comprando sítios, arrendando fazendas ou incorporando antigos engenhos a Santa Elisa contribuiu para que as terras da região de Ribeirão Preto – Sertãozinho se tornassem das mais caras do mundo. Nas proximidades do Rio Mogi, arrendar a terra para o plantio de cana tornou-se um negócio mais rentável do que plantar café e criar gado".

Attílio Balbo, que após a venda do sítio de seu pai Alexandre Balbo a Schmidt também passou a trabalhar para este no Engenho Central, montou sua primeira usina em 1946, a Usina Santo Antônio, adquirindo também em 1956, a Usina São Francisco, criada em 1945 por um grupo de treze amigos de Sertãozinho. A partir destas usinas foi adquirindo novas terras e incorporando-as as usinas, estendendo-se por vários municípios. Em 1976 as propriedades Balbo somavam vinte e um mil alqueires de terra.

Ainda em 1946 foi fundada a Usina Bela Vista em Pontal por Manoel Vasconcelos Martins Filho, antigo fornecedor de cana para o Engenho Central de Schmidt. Em 1947, João Batista Sverzut criou a Usina Santa Lúcia, também no município de Sertãozinho.

A Fazenda São Martinho, criada em 1889 pela família Antônio Prado, exerceu grande importância na produção de café, sendo considerada em 1905 a segunda maior fazenda de café do mundo. A partir de 1945, foi criada, nesta fazenda, a Usina São Martinho, usina de açúcar que teve sua primeira safra em 1948. Em 1950 a usina foi vendida ao grupo Ometto, usineiros da região de Piracicaba. A Usina São Martinho,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

localizada em Pradópolis, ocupa atualmente posição de destaque dentre as usinas da região, sendo a segunda maior agroindústria açucareira do país.

Pode-se notar a importância das famílias imigrantes na formação da agroindústria canavieira na região de Ribeirão. Grande parte destas famílias veio para a região trabalhar na lavoura cafeeira, onde acumularam algum capital e tornaram-se grandes usineiros. Além do grupo Ometto, na região destacaram-se também o grupo Marchesi, que atingiu o auge nos anos 50 e 60, e grupo Biagi a partir da década de 70.

4.2 – Desenvolvimento da Agroindústria na Região - Década de 70 e Primeira Metade da Década de 80

A década de 70, no que diz respeito à agricultura, foi caracterizada pelo intenso crescimento da área de plantio da cana-de-açúcar em São Paulo, que ocorreu principalmente após a implantação do Pró-álcool em 1975, como demonstrado no quadro II. Ao mesmo tempo ocorriam alterações no perfil técnico da produção, através da utilização de máquinas e defensivos agrícolas.

Quadro II: **Área Utilizada para Produção de Cana no Estado de São Paulo**

Ano	Área (ha)
1960	291.013
1975	689.485
1980	1.073.120

Fontes: Censos Agrícola 1960 e agropecuários 1975 e 1980 IBGE

A região de Ribeirão Preto exemplifica perfeitamente as transformações da agricultura nacional ao longo da década de 70. A área sofreu intensa modificação na zona rural, no sentido de modernização com crescimento intenso da mecanização agrícola, do uso de fertilizantes, defensivos e sementes melhoradas, o que provocou um crescente aumento da produtividade da terra para boa parte das culturas.

As atividades agrícolas que compunham a região também cresceram a taxas diferenciadas, como pode ser observado no quadro III, da página seguinte.

Quadro III: **Principais Produtos e Suas Respectivas Áreas de Cultivo Micro-região de Ribeirão Preto**

Ano	Culturas						
	Total (h a)*	Cana Área (h a)	Algodão Área (h a)	Arroz Área (h a)	Café Área (h a)	Milho Área (h a)	Soja Área (h a)
1970	209.484	83.809	17.796	12.330	7.905	47.291	2.688
1975	255.730	100.316	13.366	9.387	8.958	32.930	19.546
1980	301.558	161.556	8.510	6.565	11.900	23.507	27.712

Fonte: Censos Agropecuários, 1970, 75 e 80, IBGE

Em 1970, entre os produtos agrícolas mais importantes em termos de área plantada estavam: cana, com 40,00% de área cultivada, milho, com 22,57%, algodão, 8,49%, arroz, 5,88%, café, 3,77% e soja com 1,28%, totalizando 82,02% da área utilizada para a agricultura. Em 1980, em função das transformações ocorridas na região, os principais produtos passaram a ocupar em proporção: cana-de-açúcar, 53,57%, soja, 9,18%, milho, 7,79%, café, 3,94%, algodão 2,82% e arroz, 2,17%, totalizando 79,50% da área.

Segundo Nelson Kazaki Toyama (1982), no período de 1970 a 1981, para a DIRA (Divisão Regional Agrícola) de Ribeirão Preto, houve um incremento da área utilizada com as culturas agrícolas. As áreas cultivadas que eram em média 1.120 ha em 1970 passaram para 1650 ha em 1981, representando um crescimento de 45% ao longo do período.

Ainda segundo este autor, a cana-de-açúcar, na primeira metade da década de 70, cresceu à taxa de 8% aa., impulsionada principalmente pelas boas condições de mercado internacional. Na segunda metade da década, os incentivos ficaram por conta do Pró-Álcool, quando a taxa de crescimento anual da área plantada com cana-de-açúcar chegou a 12% aa.

A expansão desta cultura veio caminhando de São Carlos e Araraquara em direção a São Joaquim da Barra, com grande concentração em Sertãozinho, Jardinópolis e Ribeirão Preto, o que fez com que a cana-de-açúcar se tornasse o produto mais importante da região.

Em meados da década de 70 a soja começou a ter mais expressão na área estudada, especialmente após 1972, estimulada pelas condições externas favoráveis, aliadas à

excelente qualidade das terras e à proximidade de agroindústrias consumidoras[3]. Apesar do Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, que teve início no ano agrícola de 1969/1970, a área utilizada com o cultivo do café manteve-se praticamente estável na micro-região.

O milho é outro produto que, apesar de decrescente, manteve uma razoável participação relativa (7,79%) na área total da micro-região em 1980. De 1970 a 1975 o milho decresceu 30% e entre 1975 e 1980 o decréscimo foi de 28%. As demais culturas presentes na região não apresentavam grande importância, se comparadas às descritas acima, em termos de área cultivada.

De acordo com os censos agropecuários do IBGE, entre 1980 e 1985, as principais culturas da região tiveram suas áreas de cultivo reduzidas, especialmente as culturas de soja e milho, que foram cedendo espaço à cana. Esta foi a única exceção, uma vez que, no período em referência, ampliou a área de cultivo de 161.556 para 207.423 hectares.

A região passou por grandes transformações no período em estudo, que vai de 1945 a 1985, período em que praticamente se definiram os rumos da economia regional, além dos produtos mais propícios e rentáveis para cultivo nesta zona. Neste período, as modificações que ocorreram na economia da região criaram a necessidade de um volume crescente de capital decorrente da grande valorização das terras, da obrigatoriedade de pagamento dos direitos trabalhistas e da utilização de máquinas. Desta forma, somente o grande capital conseguiu manter-se na área, o que pode ser verificado através da redução do número de pequenos proprietários e ampliação das terras pertencentes às usinas e fazendas fornecedoras de cana-de-açúcar.

[3] Dentre os principais produtos agrícolas cultivados na região, em termos proporcionais, a cultura de soja apresentou o maior crescimento de área plantada entre as décadas de 1970 e 80 com ampliação de 930,95% na área utilizada para o cultivo.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Formação da Força de Trabalho

Durante a etapa de instalação da cultura canavieira no Brasil, ainda no século XVI, quando teve início a exploração agrícola das terras brasileiras, a mão-de-obra indígena foi de grande importância, porém com a expansão da empresa então instalada surgiu um problema, o cultivo exigia grande número de trabalhadores, habilitados a trabalhar no meio físico brasileiro. Atrair mão-de-obra européia elevaria os custos, pois os salários teriam que ser bem maiores que os pagos na Europa e as terras não exerciam atrativos, pois o capital necessário para sua utilização agrícola era extremamente alto. Além disso, nesse período não havia excedente de mão-de-obra em Portugal.

A solução encontrada foi o tráfico de mão-de-obra escrava da África. Os portugueses já possuíam conhecimento do mercado africano de escravos e, durante todo o século XVI, o tráfico foi monopólio português. No século XVII grandes potências, como França, Holanda e Inglaterra, investiram no tráfico e nele, uma a uma, assumiram papel dominante.

A colonização agrícola das terras brasileiras proporcionou ótimos resultados financeiros até a guerra entre Espanha e Holanda, uma vez que depois de conquistarem sua independência e de Portugal passar ao domínio espanhol, os holandeses não mais podiam comerciar com os portugueses[4]. Além das dificuldades de se comerciar com a Europa sem o intermédio holandês, estes ocuparam a região açucareira de Pernambuco em 1630, lá permanecendo até 1648. Durante este período os holandeses ampliaram seus conhecimentos sobre o funcionamento da indústria açucareira e os utilizaram na implantação de uma indústria concorrente nas Antilhas, passando a produzir em grande escala. Portugal perdeu assim o monopólio sobre a produção de açúcar.

---

[4] Os holandeses recolhiam em Lisboa o açúcar produzido na colônia, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa.

Foi a necessidade de trabalhadores para o cultivo da cana-de-açúcar das regiões de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro que obrigou a importação de escravos nos séculos XVI e XVII, enquanto o ouro provocou aumento desta demanda pelo negro africano no século XVII e primeira metade do século XVIII.

Segundo Mattoso, "Entre a segunda metade do século XVI e 1850, data que assinala a abolição definitiva do tráfico brasileiro, o número de cativos importados é avaliado entre 3.500.000 e 3.600.000. Estas cifras baseiam-se em dados incompletos, mas têm unanimidade entre os que se voltam para o problema. O Brasil teria, pois, importado 38% dos escravos trazidos da África para o Novo Mundo" (1982, p.53).

No período entre a segunda metade do século XVI e o século XVII o Nordeste do Brasil expandiu a agricultura canavieira de exportação; apesar da perda do monopólio da produção de açúcar, por volta de 1670, que passou a ser produzido também nas Antilhas, a indústria açucareira no Brasil cresceu, aumentando, conseqüentemente, a necessidade de mão-de-obra, que foi suprida com negros africanos. A grande maioria destes escravos era absorvida pelas fazendas de cana da Bahia e Pernambuco e o restante absorvido pelo Pará, Maranhão e Rio de Janeiro.

Já no fim do século XVII, a descoberta de ouro na província de Minas Gerais, seguida pelas descobertas de ouro e diamantes em Mato Grosso e Goiás, aumentou consideravelmente a demanda de mão-de-obra, o que fez com que os recursos se deslocassem do Nordeste, principalmente sob a forma de escravos, ampliando dessa forma o tráfico interno e externo. A economia mineira promoveu também a migração européia, para Furtado:

> *Com efeito, tudo indica que a população colonial de origem européia decuplicou no decorrer do século da mineração. Cabe admitir, demais, que o financiamento dessa transferência de população em boa medida foi feito pelos próprios imigrantes, os quais eram pessoas de pequenas posses que liquidavam seus bens, na ilusão de alcançar rapidamente uma fortuna no novo eldorado* (1999, p.74-75).

Essa corrida ao ouro e diamantes diminuiu após 1760. Os escravos liberados desta atividade foram atraídos principalmente para o litoral, onde a produção açucareira passava por novo impulso, que foi de 1787 a 1820. O tráfico de escravos do século XIX pode ser

caracterizado pela ilegalidade após 1830[5] e pela transferência maciça de mão-de-obra escrava das regiões em depressão econômica do Norte e Nordeste para os novos centros de desenvolvimento do sul e do centro.

Na década de 1820, o café já despontava como cultura importante e já em 1830 surge como nova fonte de riqueza do país, firmando-se como produto de exportação do Brasil.

Inicialmente a produção cafeeira concentrou-se próxima ao Rio de Janeiro, aproveitando os recursos disponíveis, como a mão-de-obra liberada pela economia mineira, além da facilidade de transporte em decorrência da proximidade do porto.

O abastecimento da capital do país, que representava o principal mercado de consumo nacional desde a chegada da corte portuguesa, aliada aos gastos da nova classe que se desenvolvia com o crescimento da economia cafeeira, fez com que surgisse uma nova atividade para a população localizada ao sul da província de Minas Gerais desde a época da mineração. Parte do capital acumulado por estes mineiros com o comércio e transporte de gêneros e de café passou a ser investido na cultura cafeeira em novas regiões.

O grande crescimento da lavoura cafeeira exigia cada vez mais trabalhadores. Inicialmente, a formação da lavoura cafeeira era atribuída aos homens livres, normalmente, caboclos e caipiras que recebiam pagamentos em dinheiro podendo ainda utilizar a terra para produção de alimentos. Estas tarefas que exigiam mais esforço dos trabalhadores eram realizadas por estes homens livres, "poupando" os escravos para as demais atividades de produção.

A proibição do tráfico externo, em 1850, fez com que se intensificasse o tráfico dentro do país. O aumento da procura de escravos no Sul para as plantações de café provocou o deslocamento de escravos das regiões já decadentes, como, por exemplo, o Maranhão, que produzia algodão.

Como a oferta de escravos se manteve constante após 1850 e a demanda cresceu com as novas plantações, os preços dos escravos elevaram-se. Assim o problema reaparecia: abastecer o mercado de trabalhadores. A questão seria resolvida com a imigração européia, conforme veremos a seguir.

---

[5] O tráfico de escravos deveria cessar em 1830, em razão de acordo realizado com a Inglaterra.

Para que se resolvesse o problema da mão-de-obra através da imigração, os imigrantes não poderiam ter livre acesso a terra. Em 1850 foi promulgada a Lei de Terras e, em 1854, regulamentada. Definiu-se assim que a compra seria a única forma de acesso à propriedade da terra, que seria vendida em hasta pública a preço corrente. Na própria lei há referências específicas à necessidade de se procurar manter o imigrante no mínimo por dois ou três anos como trabalhador nas fazendas brasileiras. A lei tinha por objetivo: ordenar a apropriação territorial, acabar com a posse, realizar um cadastro de terras, financiar a imigração, funcionar como chamariz para a imigração, entre outros.

Nas décadas seguintes, algumas leis beneficiaram certas categorias de escravos, como a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que concedeu a liberdade às crianças nascidas no país de mãe escrava, e a Lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885, que emancipou todos os adultos com mais de sessenta anos. E finalmente, no dia 13 de maio de 1888, foi abolida a escravatura no Brasil.

O Colonato

Desde o Império, o governo já tentava instalar no Brasil as primeiras colônias de imigrantes europeus. As colônias eram criadas sem nenhum fundamento econômico, ou seja, o governo pagava o transporte e os gastos de instalação no país e promovia obras públicas para dar emprego aos imigrantes, porém, quando os investimentos cessavam, as colônias regrediam e o sistema econômico tendia a se tornar de subsistência, já que estas colônias não se firmavam economicamente, ficando dependentes dos investimentos do governo[6]. Isto ocorria porque no país ou se produzia café para exportação, tendo que enfrentar a concorrência das grandes plantações, ou se produzia para o mercado interno, que era totalmente dependente do desenvolvimento da economia de exportação.

Como o governo não conseguia solucionar o problema da mão-de-obra, um grande fazendeiro paulista, o senador Vergueiro, promoveu por conta própria a imigração de famílias européias. A primeira tentativa, em 1840, fracassou. Já em 1847, através de sua

[6] Ver Furtado (id., p. 124 e 125). O autor apresenta como exemplo uma colônia instalada no Rio Grande do Sul.

empresa, a Vergueiro & Cia., novamente o senador trouxe para o país 423 imigrantes alemães a fim de trabalharem em sua fazenda em Limeira.

Entre 1852 e 1854 o número de colônias cresceu muito, sendo os trabalhadores contratados pelo sistema de parceria. Aos parceiros era atribuída uma quantidade de cafeeiros, proporcional à capacidade da família, para que fossem cultivados e os frutos colhidos e beneficiados. Os parceiros recebiam a metade do valor da venda do café por eles colhido, deduzidas as despesas de transporte, impostos e comercialização. Era permitido também que cultivassem alimentos para seu sustento, se houvesse excedente e esse fosse vendido, metade do dinheiro obtido caberia ao fazendeiro, porém, alguns fazendeiros desistiram espontaneamente da meação da venda de mantimentos. Como os imigrantes tinham que pagar o aluguel das casas em que moravam, as despesas de transporte da Europa, alojamento e alimentação, estes ficavam atrelados aos fazendeiros, uma vez que pelos contratos os parceiros só poderiam deixar a fazenda se pagassem tudo o que deviam, ou pagando multas elevadíssimas.

Um exemplo deste sistema de parceria ocorreu com imigrantes suíços na Fazenda Ibicaba em Limeira, que através da Vergueiro & Cia lá se estabeleceram como parceiros. Este sistema de trabalho que muito exigia dos trabalhadores sem proporcionar-lhes grandes perspectivas logo fracassou. As péssimas condições com que eram tratados os colonos da Fazenda Ibicaba, o não cumprimento dos contratos estabelecidos, além de outros fatores, fizeram com que estes imigrantes suíços se mobilizassem e escrevessem ao consulado suíço no Rio de Janeiro solicitando que fosse realizada na fazenda uma sindicância. A solicitação da intervenção do consulado suíço e das autoridades brasileiras causou um enorme descontentamento entre os dirigentes da fazenda, que passaram a fazer ameaças indiretas ao "líder" dos imigrantes suíços. Estas ameaças provocaram adesão ainda maior dos colonos ao movimento e até mesmo um desejo de reação através de violência, o qual logo foi contido. Após a instalação do inquérito nas fazendas da firma Vergueiro (Angélica e Ibicaba), mediante as autoridades que realizaram a sindicância, ficaram estabelecidas várias modificações a serem realizadas visando a melhora de condições aos colonos. Este episódio ficou conhecido como Revolta de Ibicaba.

Os abusos praticados nestas colônias de parceiros são narrados por Thomas Davatz (1980), em seu livro Memórias de um Colono no Brasil-1850, o qual descreve também a

Revolta de Ibicaba. Após esta revolta tiveram início as primeiras colônias com pagamento pelo trabalho executado.

A partir de 1870, a corrente imigratória começou a crescer, o que ocorreu também em função dos problemas políticos enfrentados pela Itália. De acordo com Furtado:

> *(...) é provável que essa imigração não houvesse alcançado níveis tão elevados, não fora o concurso de um conjunto de condições favoráveis do lado da oferta. Durante a mesma época em que evoluía favoravelmente o problema no Brasil, processava-se a unificação política da Itália, de profundas conseqüências econômicas para a Península (...). A pressão da terra, do excedente de população agrícola, fez crescer a intranqüilidade social. A solução migratória surgiu, assim, como verdadeira válvula de alívio* (1999, p. 127-128).

Além disso, neste mesmo período, o governo iniciou a imigração subvencionada. Os imigrantes eram instalados preferencialmente nas colônias oficiais, em regime de pequena propriedade. Segundo Martins, o governo, "Além de custear e financiar a terra e as despesas iniciais, mantinha um regime de tutela sobre o colono geralmente durante um período de dois anos" (1979, p. 65).

O problema da mão-de-obra somente reduziu-se quando o governo passou a reorientar estes trabalhadores provenientes da imigração por ele subvencionada às fazendas que necessitassem de força de trabalho, assim, os fazendeiros se viram livres dos dispêndios necessários para transporte destes imigrantes, ou seja, somente através de recursos públicos, provinciais ou nacionais, foi possível resolver o problema da mão-de-obra para a lavoura cafeeira.

A transição para o trabalho livre teve resultados distintos para as diversas regiões do país. Segundo Wilson Cano (1998), no Rio de Janeiro, os velhos cafezais foram liquidados. No Nordeste a transição foi quase formal, uma vez que os escravos permaneceram nas fazendas como trabalhadores livres. Em Minas Gerais e Espírito Santo, além da constituição de um grande número de pequenas propriedades dedicadas à produção de gêneros alimentícios para abastecimento da atividade urbana da região e da capital, levou também à parceria em suas várias modalidades (meia, terça). Em São Paulo, especialmente no Oeste do estado, a partir de 1870, predominou o colonato, com a incorporação das unidades familiares de imigrantes.

A expansão dos cafeeiros no Oeste paulista foi propiciada, além dos fatores naturais, como a famosa terra roxa e grande quantidade de terras disponíveis, pela ferrovia. A ferrovia viabilizou a exploração de terras novas e férteis que possuíam produtividade bem superior à dos cafezais antigos, além disso, foi grande a redução no custo do transporte após sua implantação.

O período de expansão das lavouras cafeeiras corresponde ao período da "grande imigração". A rede férrea, que desde 1870 se ampliava rapidamente, atingia em 1886 as principais zonas cafeeiras novas de São Paulo, como Ribeirão Preto e Araraquara. Ao mesmo tempo, desde 1872, um grupo de fazendeiros de Campinas, com o apoio do governo imperial e da província de São Paulo, organizava a Sociedade Promotora de Imigração que foi fundada em 1886, com a função de promover a "grande imigração", pela qual as famílias eram trazidas sem vínculos com fazendeiros, podendo escolher as regiões onde eram pagos os melhores salários. Para Biagi, "com a chegada da ferrovia, Ribeirão Preto transformou-se rapidamente no principal centro urbano da Alta Mogiana. Todos os dias, trens despejavam na estação mais e mais imigrantes, principalmente italianos, que vinham cultivar lavouras de café ou abriam pequenas oficinas industriais" (1987, p. 30).

A grande maioria dos trabalhadores das fazendas de café era constituída de colonos que, desprovidos de meios de produção próprios que lhes possibilitassem reproduzir a si e sua família de forma autônoma, vendiam sua força de trabalho aos fazendeiros. Para Sabóia:

> *A forma específica como se organizaram as relações de produção nas áreas pioneiras respondia à necessidade de alojar a força de trabalho assim como de fornecer os bens de subsistência necessários à sua reprodução. Generalizou-se, então, um tipo de contrato que vinculava à fazenda o trabalhador e sua família - colonos - que lá passava a residir junto a outras famílias em cômodos geminados - colônia -, sendo remunerados em dinheiro e em espécie, consubstanciando o que caracteriza o regime de organização das relações de produção chamado colonato* (1974, p.18).

O modelo de contrato que vigorou nas fazendas cafeeiras a partir de 1880 foi o colonato. Segundo Gnaccarini: "Mesmo sendo, como o antigo, uma combinação entre o salariado e a parceria, é este novo colonato, característico da época da 'grande imigração',

que inaugura o verdadeiro regime do trabalho assalariado na agricultura brasileira" (1980, p.50).

No regime de colonato, os colonos eram remunerados por tarefa e por medida colhida. Os gastos do trabalhador durante seu primeiro ano na fazenda corriam por conta do fazendeiro e este cedia um pedaço de terra para o cultivo de bens de subsistência. Sallum (1982) salienta que, em algumas regiões, era permitido também ao colono o usufruto das linhas de terras constituídas pelas ruas de café, assim como a criação de galinhas, porcos e em algumas fazendas vacas e cavalos. Para complementar seu ganho pelo trabalho no cafezal, o colono podia vender o excedente de sua roça e de sua criação.

Para o fazendeiro, o colonato era mais lucrativo que o trabalho assalariado puro, pois as roças de subsistência reduziam o custo da reprodução da mão-de-obra. O colonato normalmente era caracterizado pela combinação de três elementos: pagamento fixo pelo trato do cafezal, pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção de gêneros de consumo próprio e comercialização do excedente caso houvesse.

Ainda segundo Sallum:

> *(...) a cessão de terras, pastos e benfeitorias para os colonos implicava numa redução dos salários que (os empregados) teriam sem o usufruto. Sintetizando: a cessão temporária de terras e benfeitorias não consistia num pagamento pela força de trabalho usada no cafezal; consistia em arrendamento por um ano de parte da propriedade do fazendeiro. (...) o aluguel se realizava na redução dos salários pagos aos colonos, redução frente ao que obteriam ou podiam obter sem o arrendamento da terra* (ibid., p. 169).

De acordo com Alvim (1986), o plantio do café obedecia a várias etapas. A primeira delas era a derrubada das matas, quando necessário para a formação do cafezal, realizada pelos "trabalhadores por turma". O desmatamento, queima e limpeza do terreno eram normalmente efetuados por brasileiros, o que também ocorria na época do trabalho escravo. Mais tarde os imigrantes também se tornaram responsáveis por estas funções, registrando-se já em 1897 exemplos destas empreitadas com italianos.

Petrone (1969) resume bem o sistema: segundo ela, o colono na fazenda de café era responsável pelo tratamento do cafezal, ou seja, pela capinação, pelo replante das falhas, pela limpeza das árvores e pela colheita, além de outras atividades. As carpas obrigatórias eram geralmente quatro, às vezes cinco. Quase sempre, o colono dispunha de seu tempo da

forma como considerasse melhor, realizando seu trabalho no cafezal sem fiscalização. No entanto, rapidamente estes trabalhadores perceberam que quanto melhor tratassem seu cafezal, tanto melhor sua colheita e, portanto, maior seu lucro, uma vez que recebiam pelo tratamento de determinado número de pés, geralmente múltiplos de 1000, e pela quantidade de café colhido. Um adulto podia cuidar facilmente de 2000 pés de café e cada família recebia o número de pés que os membros juntos pudessem cuidar. Às vezes, apenas alguns membros conseguiam fazer todo o trabalho do cafezal; nestes casos, os outros se dedicavam às pequenas roças. Mas por ocasião da colheita todos participavam, inclusive as crianças. O preço pago ao colono italiano variou conforme a época, a fazenda, a colheita melhor ou mais fraca, a valorização ou não do produto etc.

Se comparados aos estados brasileiros mais pobres, os salários rurais na cafeicultura eram relativamente altos. A remuneração monetária dos colonos nas fazendas de café entre 1884 e 1914 manteve-se mais ou menos estável, tendo havido um declínio no final do século decorrente da queda de preços do produto. Entre 1902 e 1910 houve uma melhora nos salários ocasionada pela redução no volume das chegadas de imigrantes. Com o aumento da imigração em 1912 e 1913, os salários em 1914 recuaram aos níveis de 1880. Os fazendeiros reclamavam da escassez de mão-de-obra, porém é provável que esta fosse decorrente mais da concorrência com as novas zonas cafeeiras que da redução do movimento migratório.

Segundo Cano,

> *Considerado o período de 1887/1930, entraram em São Paulo cerca de 2,5 milhões de imigrantes, dos quais, 280 mil brasileiros (nordestinos e mineiros, principalmente) e 85 mil japoneses. Dado que a "taxa de permanência" (entradas-saídas/entradas) era de aproximadamente 30%, - pode-se estimar em cerca de 850 mil, o número líquido de imigrantes para São Paulo (...) Tomado o período de 1901 a 1920, do total de imigrantes alocados pelos serviços oficiais de imigração, a região do Vale do Paraíba recebia apenas 0,6% e a de Campinas, Sorocaba e Bragança, que se poderia chamar de região "intermediária" 9%; a Capital e sua vizinha região 10%, enquanto as zonas "pioneiras" da Mogiana e as de Rio Claro, Catanduva e Rio Preto, abrigavam, respectivamente, 30% e 34%. A da Nordeste que dava apenas seus primeiros passos, acolhia 15%* (1998, p. 60).

No Brasil, a oferta de café tendia a crescer, pois havia disponibilidade de terras e disponibilidade relativa de mão-de-obra e o capital formado no país era em sua maior parte reinvestido neste produto que apresentava vantagem relativa em relação aos demais artigos primários, mesmo que através de mecanismos artificiais. Esses artifícios utilizados tais como desvalorizações cambiais, compra de estoques e política de valorização do produto funcionaram com relativa eficiência até a crise de 1929.

A retenção da oferta que possibilitava a manutenção dos preços internacionais fazia com que as plantações se expandissem, sendo a produção máxima alcançada em 1933. Porém, com a crise internacional, tornou-se impossível obter empréstimos internacionais e as reservas do governo se encontravam reduzidas devido à fuga de capitais ocasionada pela crise de 1929.

Embora resistindo às crises, alguns fazendeiros do café resolveram procurar alternativas de produtos que pudessem ser cultivados, absorvendo as terras e mão-de-obra disponíveis com a redução das plantações de café. Além dos produtos para consumo interno, o algodão e a cana foram as culturas escolhidas.

A cana-de-açúcar, que existia em São Paulo antes da implantação da cultura de café para exportação, voltou a ser cultivada a partir dos anos 70, do século XIX, favorecida por financiamentos a juros baixos feitos por bancos privados com garantias do governo imperial. O objetivo do governo era a introdução dos engenhos centrais para a produção de açúcar.

O regime de trabalho adotado nas plantações canavieiras paulistas foi o colonato, sistema dominante no café. As demais zonas de cultivo da cana no país utilizavam o trabalho assalariado.

Na década de 1940 havia também trabalhadores que moravam em casas de propriedade das usinas, com direito ao cultivo de produtos para suprir suas necessidades básicas. Eram, porém, trabalhadores diaristas, que tinham como tarefa principal durante o ano o corte da cana.

Durante os anos 40 e 50 o desenvolvimento tecnológico da indústria de açúcar e álcool foi acentuado e os processos de fabricação desenvolvidos tornaram-se mais eficientes, através da utilização de máquinas e equipamentos mais modernos, gerando a necessidade de novas funções que correspondiam a uma nova divisão de trabalho. No

campo este processo de desenvolvimento foi mais lento, mas, aos poucos, a forma de produção no campo foi se alterando, sendo introduzidas técnicas e máquinas: tratores, máquinas de beneficiamento, fertilizantes etc.

O cultivo da cana exigia somente trabalho sazonal, concentrando-se principalmente nos períodos de plantio e de corte, no restante do ano faziam-se os tratos como limpeza, capina etc. Com a utilização das novas técnicas de produção o período de não trabalho e a sazonalidade dos colonos aumentaram.

Estes fatores, aliados às promulgações do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 e do Estatuto da Terra em 1964, fizeram com que a forma de trabalho na agricultura canavieira se alterasse rapidamente. De acordo com o artigo nº 41 do Estatuto do Trabalhador Rural, o plantio para subsistência que fica a cargo do trabalhador, deve ser contratada à parte do seu contrato de trabalho na propriedade, não podendo compor o salário mínimo. Assim, esta plantação de subsistência se constituiria numa forma de remuneração *in natura,* que não integrava o salário mínimo, fato que poderia alterar os valores a serem pagos na rescisão contratual, uma vez que os cálculos dos valores seriam feitos tomando como base a remuneração máxima auferida pelo trabalhador. Assim, durante uns poucos anos expulsaram-se inúmeras famílias das fazendas. Foram feitas demandas judiciais e dispensas de trabalhadores, que resultaram na migração de grande parte destas famílias do campo para a cidade, formando um enorme exército de reserva que pressionou o mercado de trabalho.

Ainda segundo Aguiar :

> *Assim, o colono e o trabalhador rural que moravam nas fazendas e que reproduziam parte de sua subsistência através da produção de gêneros alimentícios são expulsos e a porção do espaço da unidade produtiva, que antes produzia gêneros, passa a ser diretamente incorporada à produção da cana e não mais à auto-reprodução da força de trabalho (...) Com as contínuas penetrações das modernas técnicas de produção no campo a partir de determinado instante, mais rápido em alguns setores que em outros, aumentava-se o período de não-trabalho e da sazonalidade e, portanto, o regime de trabalho teria que ser mudado. O trabalho teria de ser mesmo temporário* (1988, p. 23).

Além disso, o ETR criado como tentativa de regulamentar o mercado de trabalho agrícola que tinha como objetivo a melhoria das condições de moradia, de vida e de

trabalho do homem do campo, não considerava a relação de trabalho em regime de empreitada ou "por dia" como relação de emprego. Estas relações de trabalho não estavam incluídas na lei trabalhista sendo atendidas pela lei comum, o que fez com que elas crescessem, já que não existindo proteção legal específica, os empresários agrícolas se viam liberados dos encargos trabalhistas.

Existem algumas discussões sobre os efeitos da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural sobre a forma de utilização da mão-de-obra agrícola. Alguns autores consideram a instituição do ETR como principal causa da expansão na utilização do trabalho temporário na agricultura. Outros, porém, atribuíram o processo de intensificação do uso da mão-de-obra temporária a outros fatores, como mudanças tecnológicas na agricultura e substituição de culturas, entre outros.

Entre os autores que atribuem ao ETR a intensificação do uso da mão-de-obra assalariada temporária na agricultura brasileira, encontra-se o trabalho de Paiva, Schattan e Freitas (1976), o qual considera que, concomitantemente à instituição do ETR, muitos trabalhadores foram expulsos das propriedades em que viviam, sendo posteriormente contratados como assalariados, a fim de burlar os direitos proporcionados pela legislação.

Brant (1977), em pesquisa realizada na região da Alta Sorocabana de Assis, São Paulo, verifica que a grande maioria dos informantes atribuiu ao ETR a expulsão dos trabalhadores das fazendas, substituindo por assalariados temporários os arrendatários, parceiros e meeiros até então existentes. Porém, o próprio autor verifica que as despedidas em massa se iniciaram antes mesmo da vigência dos dispositivos legais.

Segundo Minc (1985), em janeiro de 1985, no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais sem Terra, os próprios trabalhadores atribuíram à promulgação do ETR em 1963 o surgimento da categoria dos bóias-frias. Estes trabalhadores, como vários autores, associam o aumento dos encargos trabalhistas, como décimo terceiro salário e férias, às alterações nas relações de trabalho ocorridas na agricultura especialmente a partir de 1960. Minc, no entanto, discorda de tal análise: "Para começar, devemos ter bem presente que as leis não produzem por si só novas relações sociais. Geralmente é o contrário que se verifica: a legislação surge depois que certos fenômenos ocorrem e trata de estabelecer normas de controle e enquadramento para o seu funcionamento" (p. 15). O surgimento da relação de trabalho assalariado temporário na agricultura resulta de todo um

processo de mecanização e de valorização das terras, que fez com que estas passassem a ter mais importância para os fazendeiros, o que já ocorria no final da década de 1950.

Outros autores, como Cacciamali e Aguirre (1984), consideram como fatores preponderantes para o surgimento do trabalho temporário as inovações tecnológicas e a disponibilidade de mão-de-obra.

Um grande número de autores defende a idéia de que a substituição da forma de trabalho na agricultura do país ocorreu em virtude do processo de avanço das relações capitalistas na agricultura. Destacamos os trabalhos de Graziano da Silva e Gasques (1982), Mello (1976) e Gonzales e Bastos (1982).

Para Graziano da Silva e Gasques (1982), foi a intensificação das relações capitalistas na agricultura, e o conseqüente desenvolvimento das relações de produção no campo aliada à sazonalidade da mão-de-obra, que fizeram com que o assalariamento temporário se tornasse a forma de trabalho predominante. Segundo estes autores, o aumento da sazonalidade da ocupação da mão-de-obra ocasionado pelo avanço da base técnica da agricultura tornou mais lucrativa a contratação de trabalhadores temporários, disponíveis nas cidades, em decorrência justamente do avanço do capitalismo no campo e da expulsão destes das propriedades agrícolas. A demanda por trabalhadores tornou-se mais intensa em determinadas épocas do ano - especialmente por ocasião do plantio e da colheita-, no restante do ano, a mão-de-obra passou a ser substituída, em grande parte, por outros fatores de produção, tais como herbicidas e máquinas.

Mello (1976) considera que o uso de trabalhadores temporários atendia melhor às necessidades dos empregadores, uma vez que se mostrava mais adequado às flutuações na demanda por força de trabalho e que tal forma de trabalho só era possível devido à disponibilidade de trabalhadores liberados pela utilização da mecanização.

> *É comum, dentre os empresários rurais, a referência ao Estatuto do Trabalhador Rural, como principal responsável por este tipo de exploração do trabalho no meio rural. Entretanto, os estudos de caso realizados, revelaram que, embora muitas vezes o empregador adote o sistema de contratação de trabalhadores "bóias-frias", como meio de fugir aos compromissos trabalhistas, o que lhe determina sobremaneira esta possibilidade é que sempre há disponibilidade de mão-de-obra na região.* (1976, p. 117).

Para Gonzales e Bastos (1982), o trabalho volante é uma forma concreta de relação social de produção capitalista. Esta relação exige por um lado o capital e por outro um contingente de trabalhadores desprovidos dos meios de produção. Como sem capital não se pode ter trabalhadores assalariados e sem estes não se pode ter capital, o capital e a força de trabalho disponíveis são condições necessárias para a existência do trabalho assalariado temporário. Para estes autores:

> *O trabalho volante, como uma forma de trabalho assalariado "puro" é uma relação que permite aos empresários agrícolas valorizarem seu capital mais eficazmente, nas condições dadas do processo de produção agrícola do País. A parceria, o colonato, e até mesmo, o trabalho assalariado permanente tornam-se formas antieconômicas, diante das novas condições materiais, institucionais e legais da produção. Daí a tendência a serem substituídas pelas relações de trabalho volante.* (1982, p. 40)

Conclui-se, assim, que o aumento da utilização do assalariado temporário na agricultura brasileira, verificado principalmente a partir da década de 60, porém, presente no país desde os anos 30, pode ser considerado como conseqüência de uma série de alterações pelas quais passou a agricultura nacional. Dentre os fatores associados ao surgimento do trabalho temporário podem ser destacados: a decadência da cafeicultura, o incremento da cana, a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural e a mecanização.

O Trabalho Temporário

A utilização de trabalho temporário na agricultura não é recente nem se originou no Brasil. Este tipo de trabalhador já existia na agricultura britânica na primeira metade do século XIX, podendo ser encontrado também na Alemanha já no final do século passado. Os Estados Unidos também utilizavam trabalhadores provenientes de outros países na agricultura, especialmente os mexicanos, para a colheita de frutas na Califórnia. Caso semelhante ocorre atualmente na França para colheita da beterraba e da uva, utilizando-se preferencialmente portugueses e espanhóis.

O mercado de trabalho temporário ou volante pode ser caracterizado pela instabilidade de emprego e pela inexistência de vínculo formal. Pode-se dizer que estes dois fatores se encontram relacionados. Devido à sazonalidade de culturas e das tarefas

agrícolas, não havia necessidade de um contingente muito grande de trabalhadores durante todo o ano, ou seja, nos períodos em que a necessidade de mão-de-obra se tornava menor e descontínua, a vinculação permanente do trabalhador tendia a se reduzir.

Este trabalhador volante, comumente chamado de "bóia-fria" nos Estados do Paraná e São Paulo, era definido como: "trabalhador rural, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, recebendo por empreitada, tarefa ou por dia, aliciado ou não por turmeiro e que geralmente se locomove todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões" (Silva e Rodrigues, 1975, p. 61).

Uma das principais características deste tipo de trabalhador agrícola era que normalmente sua moradia se encontrava fora do setor rural e, como não havia vínculo empregatício permanente, o bóia-fria durante uma parte do ano ou trabalhava no setor urbano ou deslocava-se para outras regiões à procura de serviço, o que ocorre ainda hoje e com bastante intensidade.

Autores como Graziano da Silva (1982) e Gonzales e Bastos (1982), fazem uma diferenciação entre trabalhador volante e trabalhador sazonal ou assalariado temporário, definindo o primeiro como aquele que se encontrava totalmente despojado dos meios de produção, ao contrário dos demais, que eram parceiros e pequenos proprietários que complementavam seus rendimentos como assalariados em determinadas épocas do ano. Porém, todos estes se encontravam submetidos a precárias condições de trabalho e moradia, uma vez que mesmo estes, os quais eram proprietários de parte de seus meios de produção, geralmente se deslocavam de suas regiões de origem para trabalharem por determinado período como assalariados, retornando mais tarde às suas respectivas regiões.

A forma de remuneração podia ser através de salários fixos, por empreitada (por serviço), por semana, dia ou hora. Os empregadores consideravam o pagamento por empreitada mais vantajoso, uma vez que induzia os empregados a trabalharem mais eficientemente e por maior tempo, já que a remuneração recebida era determinada pela produção. Para o trabalhador, este tipo de pagamento propiciava a possibilidade de imprimir seu próprio ritmo de trabalho durante a jornada.

Dadas as características do mercado de trabalho volante, o trabalhador via-se obrigado constantemente a mudar de emprego, por vezes dentro do próprio setor rural, por vezes em serviços urbanos que exigiam menor qualificação. Eram comuns períodos de

desemprego involuntários, uma vez que, passados os períodos em que a mão-de-obra era utilizada mais intensamente, grande número de empregados era dispensado, o que provocava uma onda de desemprego na região.

Havia também no mercado de trabalho agrícola as "turmas firmes", constituídas por empregados que apresentam vínculos mais permanentes com o proprietário, trabalhando na mesma propriedade por períodos superiores a um ano. Menções a este tipo de trabalhadores aparecem em Mello (1976) e Graziano da Silva (1982).

Sabe-se, porém, que independente do maior ou menor vínculo empregatício e da forma de remuneração destes trabalhadores, estes vivem com bastante dificuldade, em condições quase sempre precárias.

CAPÍTULO III

A FORÇA DE TRABALHO NO SETOR AGRÍCOLA

Industrialização e Modernização da Agricultura

A modernização da agricultura nacional está diretamente relacionada à industrialização, uma vez que na tentativa de beneficiar as indústrias estabelecidas no país o governo estimulou o progresso técnico na agricultura promovendo profundas alterações no setor.

Para Rossini:

> *O sentido dado ao desenvolvimento da sociedade brasileira na década de 1960 e mais precisamente a partir do movimento de 1964, foi uma escolha política efetuada a partir das possibilidades criadas com o crescimento industrial, o descontrole da economia e o descontentamento de grande parcela dos assalariados e trabalhadores rurais do País. As tentativas de modernização – entendida aqui como adoção de técnicas mais eficientes de produção, de ênfase à industrialização e crescimento urbano – aceleraram-se a partir dos anos 50 e aprofundaram-se a partir de 1964* (1999, p. 204).

No Brasil, a década de 50, em especial a segunda metade dos anos 50, foi marcada pela consolidação da implantação das indústrias de base ou a chamada "industrialização pesada".

A partir deste parque industrial instalado e dos incentivos do governo à transferência de capitais estrangeiros, foram instaladas no país, no início da década de 60, as primeiras indústrias produtoras de insumos agrícolas, como as de tratores, defensivos agrícolas e fertilizantes, entre outras.

Entre 1962 e 1967, estas indústrias de insumos para a agricultura sofreram os efeitos da crise econômica que afetou o país, até que, na segunda metade da década de 60, o governo implantou o sistema nacional de crédito rural, com taxas de juros subsidiadas para investimentos e custeio de safras agrícolas. O sistema de crédito rural tinha como objetivo incentivar a modernização agrícola e, conseqüentemente, garantir mercado consumidor para as indústrias instaladas no país.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

O "milagre brasileiro", que ocorreu entre 1967 e 1973, foi um período de rápida expansão econômica, com modernização da agricultura nacional, incentivada pelas baixas taxas de juros internacionais e pelos preços agrícolas subsidiados, promovendo grandes alterações no setor agrícola que afetaram desigualmente os produtos e regiões do país. Os produtos mais beneficiados foram os destinados à exportação. As medidas tomadas pelo governo em todo o período em referência visavam atender às necessidades do momento e provocaram modificações significativas no desenvolvimento geral do país e do Estado de São Paulo afetando também a área de Ribeirão Preto.

Em relação à região de Ribeirão Preto é necessário procurar compreender as transformações ocorridas em nível local e sua relação com o ocorrido nos demais níveis (estadual, nacional e até mesmo mundial).

O processo de modernização agrícola na zona estudada ocorreu a partir dos anos 60, intensificando-se na década de 70, atingindo grandes proporções nos anos 80. A área tornou-se uma das regiões agrícolas mais avançadas do estado. O capital privado e o forte apoio governamental promoveram o aprimoramento das técnicas agrícolas, os ganhos de produtividade e a instalação das indústrias de transformação dos produtos primários. Ainda segundo Rossini, "O grande avanço tecnológico, com a adoção de modernas práticas agrícolas foi impulsionado, notadamente, pela expansão da lavoura canavieira, pelo desenvolvimento da agroindústria e da indústria mecânica voltada para a produção de máquinas e equipamentos servindo ao trabalho no campo ou à instalação e manutenção da agroindústria" (1999, p. 207).

A necessidade do capital, que crescia gradativamente, fez com que na região, o número de pequenos proprietários fosse se reduzindo em função da ampliação das propriedades pertencentes às usinas e aos fazendeiros que forneciam cana a estas usinas.

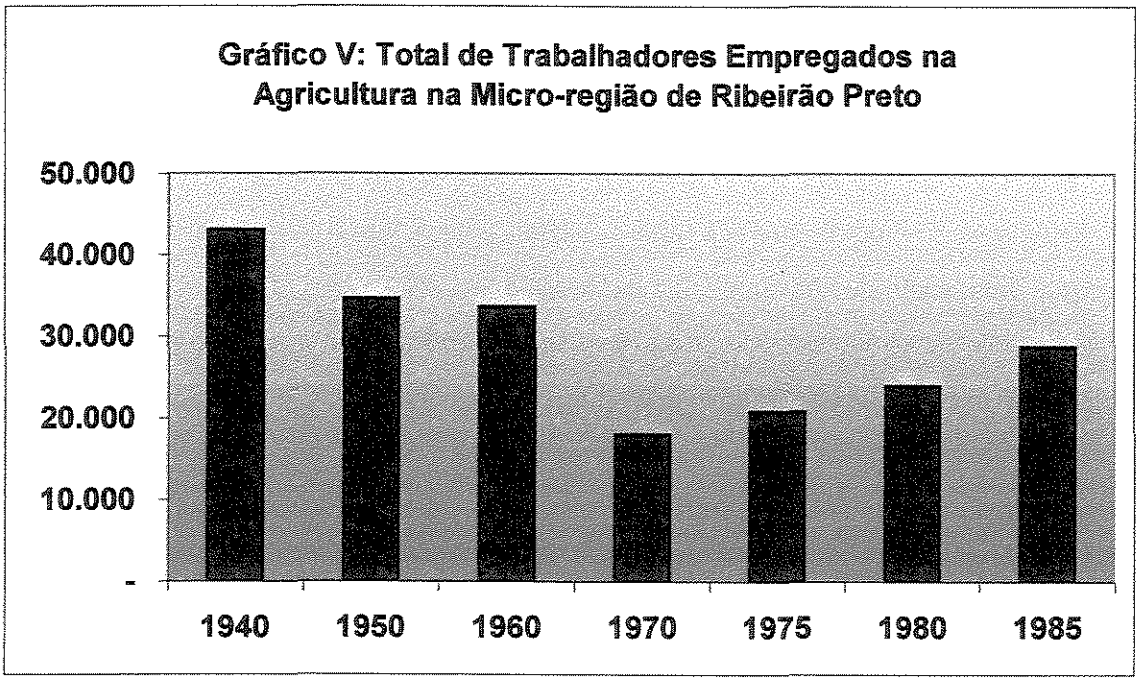
A modernização da agricultura, através das diversas alterações ocorridas no país, refletiu-se também sobre as formas de trabalho, alterando profundamente a estrutura de emprego dos trabalhadores agrícolas, como veremos a seguir.

Os Trabalhadores Rurais na Região de Ribeirão Preto

Os reflexos da modernização da agricultura sobre a força de trabalho rural são bem claros. A agricultura passou por transformações na base técnica de produção com mudanças de culturas, alterações na sua estrutura produtiva e nas relações sociais.

Na região de Ribeirão Preto as conseqüências da modernização agrícola foram facilmente percebidas, podendo-se observar seus efeitos sobre as relações de trabalho na agricultura. Através de dados estatísticos coletados para a região, notam-se várias modificações na estrutura de trabalho, sendo muitas delas resultantes da modernização agrícola promovida no país no período em referência.

Considerando-se o número de trabalhadores empregados na agricultura, com exceção dos parceiros, utilizando-se de dados obtidos nos censos agrícolas e agropecuários do IBGE, observa-se, de modo geral, a redução do número total de pessoas empregadas no setor agrícola regional. Em 1940, o total de trabalhadores empregados era 43.050, em 1980 este número caiu para 24.012, e em 1985, havia 28.766 pessoas empregadas, conforme pode ser observado no gráfico V.



Fonte: Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comal. e dos Serviços 1940-Agrícola; Agrícolas 1950 e 60 e Agropecuários, 1970,75, 80 e 85, IBGE.

Analisando-se, período a período, percebe-se que nos censos de 1950, 1960 e 1970, o número de trabalhadores foi caindo gradativamente, em 1970 havia 17.965 pessoas empregadas na agricultura, o que corresponde a 41,73% do total de 1940. A partir de 1975 este número voltou a crescer, em 1980, comparando-se a 1940, tem-se 55,78% do número total de trabalhadores empregados anteriormente, e, em 1985, o percentual atinge 66,82% do total atingido em 1940.

A redução do número de trabalhadores em 1970 explica-se pelo fato de que, a partir da década de 1960, deu-se início à implantação de uma série de medidas no sentido de modernização da agricultura, com a finalidade de aumentar a produtividade da terra e do trabalho, com a utilização de insumos produzidos fora do setor agrícola. Dentre as medidas adotadas que obtiveram êxito destaca-se a política de subsídios aos insumos modernos que, através de subsídios a preços e créditos, propiciou a aquisição de máquinas poupadoras de mão-de-obra, favorecendo na região a substituição dos trabalhadores residentes por temporários ou até mesmo, em algumas fases do cultivo, a realização mecânica do trabalho.

Um outro fator que ajuda a explicar a diminuição do número de trabalhadores em 1970 é a maior abertura da agricultura ao comércio exterior, uma vez que a partir de meados da década de 60, mais intensamente a partir de 1967, foi colocada em prática uma política de incentivos às exportações. Esta abertura ao comércio internacional foi beneficiada também por outros fatores, como as alterações na política cambial com a implantação do sistema de minidesvalorizações cambiais e pelos preços internacionais favoráveis. O crescimento das exportações agrícolas pressionou a competição pelos fatores, o que provocou o crescimento da área utilizada pelos produtos exportáveis com a conseqüente diminuição dos produtos domésticos.

Entre 1960 e 1969, na agricultura brasileira o produto que apresenta maior taxa de crescimento de área utilizada para produção é a soja. Segundo Melo e Fonseca (1982), esta taxa de crescimento foi de 16,31% para a soja, seguida pela laranja, com 6,01% e pela cana-de-açúcar, com 3,63%.

Na região a soja também apresentou crescimento. Como para a cultura de soja praticamente todas as operações de cultivo podiam ser mecanizadas e a mecanização, no período, era subsidiada pelo Estado, esta foi uma das causas da redução do número de trabalhadores. O café, que utilizava muita mão-de-obra, teve grande redução da área

cultivada, conseqüência do plano de erradicação dos cafeeiros, instituído em 1959, e do GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura que, juntamente com o IBC-Instituto Brasileiro do Café- visava modernizar a lavoura com erradicação dos cafeeiros de baixa produtividade. No Estado de São Paulo, entre 1962 e 1967 houve diminuição de 42% do número de pés de café.

As características de cada produto fazem com que o número de trabalhadores utilizados seja diferente entre as culturas e que esta utilização de mão-de-obra varie nas diversas fases por que passa a produção agrícola desde o plantio até a colheita.

Comparando-se a ocupação de mão-de-obra da soja e da cana-de-açúcar, a soja necessitava somente 10,17% do total da força de trabalho utilizada na cana-de-açúcar; na época do plantio esta diferença era ainda maior, visto que a soja empregava somente 7,09% dos empregados utilizados no plantio da cana, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro IV: **Distribuição da Força de Trabalho Ocupada nas Culturas de Algodão, Milho, Soja e Cana-de-açúcar, Cultivo Motomecanizado, Estado de São Paulo, 1978/79**

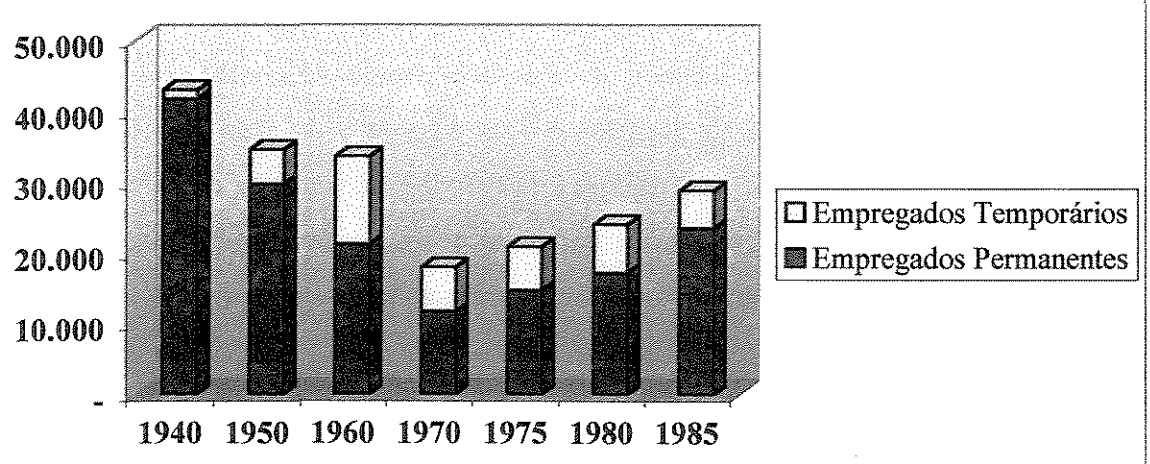
Operação	Algodão	Milho	Soja	Cana
Preparo do solo	1,60	1,20	8,86	2,26
Plantio	3,30	0,44	0,37	5,22
Tratos culturais	8,40	1,43	2,51	9,13
Colheita	9,50	1,21	0,58	25,85
Total	19,80	4,28	4,32	42,46

Fonte: Toyama, 1982, p.19.

Considerando-se as culturas apresentadas no quadro IV, para o preparo do solo a maioria das operações era motomecanizada e as diferenças decorriam de necessidades em cada cultivo. Para o plantio a cana utilizava mais mão-de-obra, o que pode ser justificado pela necessidade de se cortar os toletes a serem plantados. Com relação aos tratos culturais e à colheita, a diferença entre as duas culturas decorre do fato de que para a soja eram utilizados herbicidas no cultivo e a colheita era mecanizada e para a cana, os dados apresentados referem-se à colheita manual.

Outra observação importante refere-se ao número de pessoas que eram empregadas em trabalho permanente e em trabalho temporário, como pode ser observado no gráfico VI e no quadro V[7].

Gráfico VI: Empregados Permanentes e Temporários na Agricultura na micro-região de Ribeirão Preto



Fonte: Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comal. e dos Serviços 1940-Agrícola; Agrícolas 1950 e 60 e Agropecuários, 1970,75, 80 e 85, IBGE.

Quadro V: **Empregados Permanentes e Temporários na Agricultura na Região de Ribeirão Preto**

Ano	Total Trabalhadores Empregados	%	Permanentes	%	Temporários	%
1940	43.050	100,00	41.771	97,03	1.279	2,97
1950	34.592	100,00	29.666	85,76	4.926	14,24
1960	33.628	100,00	21.183	62,99	12.445	37,01
1970	17.965	100,00	11.650	64,85	6.315	35,15
1975	20.841	100,00	14.705	70,56	6.136	29,44
1980	24.012	100,00	17.149	71,42	6.863	28,58
1985	28.766	100,00	23.460	81,55	5.306	18,45

Fonte: Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comal. e dos Serviços 1940-Agrícola; Agrícolas 1950 e 60 e Agropecuários, 1970,75, 80 e 85, IBGE.

* As Informações do Censo Agrícola de 1960, devido ao modo pelo qual foram captadas, são contestadas por muitos estudiosos, uma vez que, apresentam, no período, grande elevação dos empregos temporários comparativamente às demais categorias.

[7] A tabela III do anexo apresenta os dados subdivididos por sexo e pela categoria maior ou menor de quatorze anos.

De acordo com os dados do IBGE, em 1940, apenas 2,97% dos trabalhadores na agricultura eram temporários. Este percentual cresceu rapidamente, especialmente em 1960, quando os trabalhadores temporários atingiram 37,01 %. Nos recenseamentos posteriores o percentual sofreu modesta redução, até que em 1980 e 1985, os trabalhadores temporários representavam respectivamente 28,58% e 18,45% da força de trabalho empregada na agricultura.

Porém, ao se analisarem os dados dos censos deve-se levar em consideração a data de referência para a coleta de informações no período 1940-1985. Até 1960, a data de referência para as informações era primeiro de setembro (período da safra canavieira) e a partir de 1970 esta data passou a ser 31 de dezembro, período de entressafra, no qual o número de trabalhadores apresenta-se sensivelmente reduzido. Assim, a diminuição da participação do assalariado temporário no total geral de empregados, após 1960, ocorreu ainda, devido a fatores externos. Deve-se salientar que a especialização da região na produção de cana-de-açúcar e a divisão do trabalho na propriedade agrícola exigem a utilização de trabalhadores "mais qualificados" para as tarefas mecanizadas, como tratoristas, por exemplo, e estes em sua maioria eram empregados permanentes.

As causas do aumento da participação dos trabalhadores assalariados temporários na agricultura, durante o período estudado, são basicamente as mesmas que explicam a redução dos trabalhadores empregados no setor agrícola, entre elas a substituição do cultivo de produtos para o mercado interno por produtos exportáveis, a especialização de regiões em determinados produtos e a mecanização.

Para Kageyama e Graziano da Silva:

> *(...) a agricultura está tendendo cada vez mais a empregar a força de trabalho estritamente nos momentos necessários das atividades agropecuárias, não se responsabilizando pela sua manutenção no resto do ano. O emprego sazonal (...) está altamente relacionado com o tipo de tecnificação ocorrida – principalmente a mecanização parcial e a especialização dos estabelecimentos em um ou poucos produtos* (1983, p. 20).

Existem outros fatores que também justificam o crescimento do trabalho temporário, como o ETR, por exemplo, o qual será comentado posteriormente. A mecanização da produção foi, sem dúvida, uma das principais causas do aumento do número de trabalhadores temporários. Na micro-região de Ribeirão Preto os tratores

representaram o principal elemento da mecanização agrícola. A evolução do número de tratores demonstra a modernização na área estudada, bem como o sucesso da intervenção governamental via incentivos, como pode ser observado a seguir.

Quadro VI: **Máquinas (Tratores) Recenseados nos Estabelecimentos Agropecuários da Micro-região de Ribeirão Preto**

Ano	Informantes	Total tratores	Tratores de menos de 10 c.v	Tratores de 10 a menos de 50 c.v	Tratores de 50 a Menos de 100 c.v	Tratores de 100 c.v e mais
1940	##	56	6	50	##	##
1950*	161	323	22	301	##	##
1960*	485	1.028	63	786	179	##
1970	1.228	2.838	91	1.073	1.539	135
1975	1.625	4.143	56	1.088	2.664	335
1980	1.813	5.171	51	747	3.621	752
1985*	1.765	5.381	107	723	3.562	989

Fonte: Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços 1940 - Agrícola; Agrícola 1950 e 1960 e Agropecuários, 1970,75, 80 e 85, IBGE.

O dado não é apresentado no censo

* Para 1950 os dados apresentam-se agrupados como 10 c.v. e mais e para 1960 agrupados os tratores de 50 c.v. e mais. Para 1985 foram agrupados os dados de 10 a menos de 20 e de 20 a menos de 50, sendo apresentados como: de 10 a menos de 50 c.v.

Considerando-se o número total de tratores verifica-se o grande crescimento da utilização destes nas lavouras da zona em estudo[8]. Entre as décadas de 40 e 50, o número de tratores multiplicou-se por 5,77. Na década de 60 os tratores multiplicaram-se por 3,18. O crescimento continua acelerado na década de 70 e entre 1975 e 1980 o número de tratores foi multiplicado por 1,25. Entre 1980 e 1985, o número de tratores utilizados na agricultura regional foi multiplicado por 1,04. Além da ampliação do número de tratores, observa-se também o aumento da utilização de máquinas mais potentes.

Como já foi dito, com o uso dos tratores, muitas das atividades necessárias para o cultivo passaram a exigir um número menor de trabalhadores, além de serem realizadas mais rapidamente.

É interessante salientar que a mecanização atingiu de forma diferenciada as diversas culturas, variando com o ciclo e com as especificidades de cada uma delas. No período analisado, para o Estado de São Paulo, as operações de aração eram mais mecanizadas

[8] Com o aumento do uso de tratores, a agricultura da região tornava-se cada vez mais capitalizada, as tarefas do processo produtivo realizavam-se mais rapidamente e exigiam menor número de trabalhadores.

principalmente para as culturas de soja, amendoim e algodão; para a capina, a mecanização ocorria mais freqüentemente para as culturas de soja e cana e a mecanização da colheita ocorria para o cultivo de soja. Havia ainda algumas máquinas que realizavam a colheita da cana, porém, estas não eram utilizadas com muita freqüência.

Outra conclusão interessante diz respeito ao número de mulheres em atividade que em 1940, 50 e 60 representavam em média 23,00% dos trabalhadores, reduzindo-se para um percentual em torno de 15,00% nos períodos seguintes. A maior alteração ocorreu entre 1940, quando as mulheres representavam 24,25% do total de trabalhadores, e 1970, quando passaram a representar 11,61% destes empregados; em 1980 elas representavam 15,72%, e em 1985, 14,62% dos empregados na agricultura.

Neste mesmo período ocorreu também grande diminuição do número de menores de quatorze anos em atividade. Em 1940, 50 e 60 estes representavam mais que 13,50% dos trabalhadores e em 1970, 1975 e 1980 estes eram menos que 5% do total, em 1970, eles representavam somente 2,85% dos empregados. Em 1980 e 1985 os menores de quatorze anos eram, respectivamente, 4,34% e 1,24% do total de empregados. A diminuição dos menores de quatorze anos em atividade pode ser percebida mais nitidamente entre os trabalhadores permanentes.

Estas variações do número de mulheres e de menores em atividade são apresentadas no quadro VII, na página seguinte, e podem ser explicadas pelo deslocamento das famílias do campo para a cidade, ou seja, como as famílias passaram a residir na área urbana, em muitos casos somente o marido e os filhos maiores continuaram a trabalhar nas fazendas. As mulheres continuaram responsáveis pelos afazeres domésticos e os filhos menores ou foram para a escola ou conseguiram alguma subocupação nas cidades. Além disso, a de se considerar ainda, o maior controle sobre o trabalho infantil que se ampliou em virtude das novas leis que regulavam este tipo de trabalho.

Outro fator que provocou a redução de mulheres e menores em atuação na área agrícola foi a modernização da agricultura, através da crescente utilização de máquinas, que diminuiu a necessidade de braços adicionais (no colonato, por exemplo, durante o período de colheita de café, toda a família mobilizava-se para a atividade). Com as máquinas agrícolas, a atividade passou a ocupar somente os trabalhadores indispensáveis, liberando assim, a mão-de-obra adicional.

Quadro VII: **Trabalhadores Empregados em Atividades Agrícolas na Micro-região de Ribeirão Preto – Com Exclusão dos Parceiros**

Ano	Total			Em Trabalho Permanente					Em Trabalho Temporário				
	Total empregados	Total homens empregados	Total mulheres empregadas	Total	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres	
					Total	De 14 anos e mais***	Total	De 14 anos e mais***		Total	De 14 anos e mais***	Total	De 14 anos e mais***
1940	43.050	31.330	10.441	41.771	31.330	27.623	10.441	6.365	1.279	##	##	##	##
1950	34.592	27.530	7.062	29.666	23.649	20.847	6.017	4.348	4.926	3.881	3.580	1.045	908
1960	33.628	25.822	7.806	21.183	16.092	13.450	5.091	3.389	12.445	9.730	8.730	2.715	2.040
1970	17.965	15.879	2.086	11.650	10.515	10.215	1.135	1.047	6.315	5.364	5.255	951	936
1975	20.841	17.510	3.331	14.705	12.560	12.257	2.145	1.937	6.136	4.950	4.814	1.186	1.117
1980	24.012	20.237	3.775	17.149	14.188	13.664	2.961	2.690	6.863	6.049	5.881	814	760
1985	28.766	24.559	4.207	23.460	20.041	19.834	3.419	3.287	5.306	4.518	4.504	788	785

Fonte: Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comal. e dos Serviços 1940-Agrícola; Agrícolas 1950 e 60 e Agropecuários, 1970,75,80 e 85, IBGE

*** Para o ano de 1940, os dados apresentados no Censo referem-se a menores de 15 anos, sendo feita a diferença para se obter os números apresentados na tabela. Para 1950 referem-se a trabalhadores de 15 anos e mais.

Para o ano de 1940, o total de trabalhadores temporários não foi apresentado claramente, sendo calculado pela diferença entre o total de empregados e o total de trabalhadores permanentes.

Dado não apresentado no censo

Neste aspecto torna-se necessário comentar a deficiência dos processos trabalhistas para a análise. Nos processos trabalhistas foram considerados os menores de dezoito anos e de acordo com os dados coletados o número de menores permaneceu estável, em torno de 15%, inclusive para os dados referentes a 1985. Redução significativa foi constatada somente em referência a 1982, quando estes trabalhadores reduziram-se para 9,68% do total de trabalhadores empregados na agricultura.

O processo trabalhista, apesar de ser uma fonte original, constitui fonte restrita (restringe-se a pequeno número de trabalhadores) e limitada (nem todas as informações necessárias ao estudo foram encontradas).

Estatuto do Trabalhador Rural – Alguns Direitos e Limitações

Normalmente, quando se fala em trabalhadores rurais, especialmente na década de 1960, costuma-se comentar o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, promulgados em 1963 e 1964, respectivamente. Estas duas "conquistas" dos trabalhadores rurais são consideradas também como causas da expulsão dos trabalhadores do campo.

Anteriormente ao ETR, alguns advogados já defendiam os trabalhadores rurais utilizando os caminhos da jurisprudência, tentando estender a CLT- Consolidação das Leis do Trabalho, criada em 1943, aos trabalhadores agrícolas. Estas tentativas às vezes eram bem sucedidas, mas não garantiam os direitos a todos os trabalhadores.

Porém, de acordo com o estudo *Trabalho Volante na Agricultura Paulista*, realizado pela Secretária de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo:

> *O ETR deve ser entendido ao nível político, pois acima de tudo, era o poder do proprietário rural que estava em jogo, "aquela sensação de humilhação que o empregador tem de ter que chegar na frente do promotor, de um presidente do sindicato de trabalhador rural, conversar com aquele empregado que até dias antes era um comandado, conversar com o sujeito de homem para homem, (...) sem poder bloquear* (1978, p. 389).

Antes da instituição do Estatuto do Trabalhador Rural - que equiparou os trabalhadores rurais aos urbanos – prevaleciam na área agrícola as contratações informais entre empregado e empregador. Após o ETR, as especificações contratuais e as obrigações e direitos das partes que eram formalizadas verbalmente passaram a ser estabelecidas por

contratos escritos. A partir do ETR para o fazendeiro tornou-se obrigatório conceder ao trabalhador e a sua família o que lhe era devido de acordo com as normas contratuais, ou seja, férias, descanso semanal remunerado e décimo terceiro salário, entre outros.

Os trabalhadores agrícolas só tinham direito às vantagens estabelecidas pelo ETR quando o contrato de trabalho ultrapassasse, inclusive com prorrogações, o limite de um ano. Assim eles passariam a ser considerados trabalhadores permanentes, tendo direito aos benefícios do ETR.

De acordo com Gonzales e Bastos: "Conforme o ETR, o trabalhador eventual, avulso, provisório, temporário ou volante, é considerado (ao contrário da CLT) um empregado, isto é, celebra um contrato de trabalho, como se depreende do artigo 6º. Isto, entretanto, não significa que estes trabalhadores se beneficiem das vantagens do Estatuto" (id., p. 53).

Pelo ETR, a relação de emprego rural implica, necessariamente, pagamento de salário (ETR, artigo 2º) e permanência (artigo 6º). A relação de trabalho volante não era considerada pelo ETR como uma relação de trabalho assalariado. Além disso, a maioria das culturas não ocupava mão-de-obra durante todo o ano, especialmente as que utilizavam máquinas agrícolas. Assim, para o fazendeiro era mais viável contratar os trabalhadores somente em determinados períodos, normalmente inferiores a um ano, ficando desobrigado dos encargos trabalhistas e dos gastos despendidos com o trabalho permanente.

Processos Trabalhistas

Os dados apresentados a seguir foram coletados nos processos trabalhistas movidos na Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto no período de 1957 a 1985. O primeiro ano de coleta refere-se ao ano da criação da Primeira Junta do município, ou seja, 1957 e o último ano de coleta dos dados, 1985, refere-se ao ano imediatamente posterior à Greve de Guariba, que ocorreu em 1984. O Quadro VIII, na página seguinte, apresenta a quantidade de processos pertencentes à Junta e o número de processos movidos por trabalhadores agrícolas, dos quais foram coletados dados como forma de remuneração, salário, tempo médio de serviço, principais reclamações dos trabalhadores, entre outros[9].

[9] Um resumo dos dados coletados nos processos trabalhistas encontra-se na tabela IV do anexo.

Quadro VIII: **Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto - 1957 a 1985**

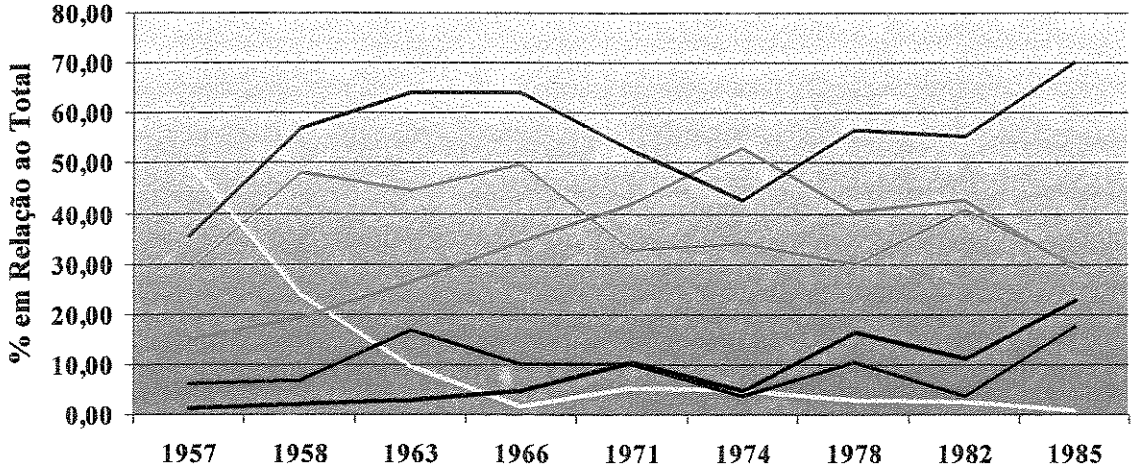
ANO	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
PROCESSOS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS	189	197	772	355	243	106	67	172	324
TOTAL GERAL DE PROCESSOS	756	821	2144	2298	1816	1499	1721	2446	3250

Fonte: Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Os dados acima demonstram o aumento do número de processos movidos na Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, com destaque para as décadas de 60 e 80. Considerando-se os trabalhadores agrícolas, observa-se que o volume de processos foi maior nos anos de 1963 e 1985, coincidindo, respectivamente com a instituição do ETR, e com o período posterior ao movimento de Guariba.

No período estudado as relações de trabalho encontradas na agricultura da região alteraram-se. O colonato perdeu importância e as categorias de trabalhadores com pagamento diário, mensal e por produção cresceram gradativamente.

Gráfico VII: Formas de Remuneração



* Esta categoria foi criada para que se possa visualizar melhor a evolução do número de trabalhadores temporários em relação aos trabalhadores colonos e aos mensalistas. Foi realizado agrupamento das formas de remuneração que melhor caracterizam o trabalho temporário.

Fonte: Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Os colonos eram trabalhadores residentes, que plantavam para si numa pequena área de terras ou nas entrelinhas da cultura permanente (na região o café) com autorização do proprietário da terra. Eles representavam no primeiro ano de coleta de dados 49,74% dos trabalhadores. Em 1958 ocorre uma grande queda, a curva persiste descendente nos anos seguintes. Em 1982 os colonos eram 2,33%, e em 1985, somente 0,93% do total de empregados agrícolas eram colonos.

Ao mesmo tempo percebe-se o aumento do número de empregados mensalistas até o ano de 1974, quando estes representavam 52,83% dos trabalhadores empregados na agricultura. A partir de 1974 a quantidade de mensalistas decresce, e em 1985 eles eram 29,01% do total de empregados. As alterações no número de trabalhadores mensais empregados ocorreram devido à substituição da categoria colono pela mensalista e maior divisão social do trabalho, ou seja, pela especialização. A mecanização tornou necessária a utilização de profissionais especializados como tratoristas, operadores de máquinas e motoristas para dar apoio ou suporte à produção, normalmente empregados como mensalistas; ao mesmo tempo, para as operações de plantio e colheita, grande parte dos trabalhadores utilizados passou a ser contratados como temporários.

Na categoria dos trabalhadores empregados por diária e tarefa ou empreita encontram-se os empregados por diária e tarefa alternadamente, ou seja, aqueles que em algumas ocasiões recebiam por diária e em outras por tarefa. Neste caso, a forma de pagamento variava com a tarefa realizada e com as condições de trabalho, visando sempre a maior produção por parte do trabalhador. O tarefeiro era aquele trabalhador que estava subordinado ao empregador, recebia ordens deste para desempenhar o serviço e estava sujeito à fiscalização. Já o empreiteiro era o trabalhador chamado a desempenhar certa e determinada tarefa, mediante retribuição determinada ou proporcional ao trabalho executado, com ampla autonomia de serviço e risco de trabalho.

Para melhor visualização, no gráfico VI, da página anterior, as categorias de trabalhadores que melhor caracterizam o trabalho temporário, ou seja, os que trabalham por diária, tarefa e diária, empreitada e produção foram agrupados. Os dados demonstraram que esta "nova categoria" apresentou crescimento de aproximadamente 98,00% entre o primeiro e o último ano de coleta; em 1957 eles eram 35,45% do total e em 1985,

representavam 70,06%. Na década de 60 este crescimento foi mais acelerado, reduzindo-se em meados da década de 70, voltando a crescer a partir de 1974.

Estas alterações observadas principalmente a partir da década de 60 ocorreram devido a diversos fatores, como o ETR e a substituição de culturas, entre outros. O crescimento a partir de 1974 pode ser explicado pela grande ocupação da região pela cana, propiciada pelos incentivos do Programa Nacional do Álcool. Pode-se dizer que a cana foi uma das responsáveis pela ampliação da utilização do trabalho temporário na região, quer seja através da expansão da área cultivada, que eliminou a pequena propriedade, quer seja pelas características do cultivo, que utilizava intensivamente mão-de-obra na colheita, ampliando assim, a demanda sazonal por trabalhadores.

Os trabalhadores por produção que 1985, eram praticamente um quarto dos trabalhadores, ou seja, 22,53%, em 1957 eram apenas 1,06% do total; em termos relativos foi a categoria que mais cresceu. O aumento do número de trabalhadores por produção também ocorreu devido ao grande crescimento do cultivo de cana na região. Observou-se nos processos analisados que quase a totalidade destes empregados que recebiam por produção trabalhavam nas lavouras canavieiras, especialmente na colheita, período da produção que a cultura emprega mais mão-de-obra.

Cumpre salientar que a análise foi baseada em números relativos, não se levando em consideração o número total de pessoas empregadas em cada período, mas somente a proporção de cada categoria.

Concomitantemente à redução do número de colonos, tem-se a expulsão dos trabalhadores do campo e sua fixação na área urbana, acomodando-se normalmente na periferia das cidades. O trabalhador viu-se obrigado, a partir daí, a suprir todas as suas necessidades e de sua família somente com o salário monetário recebido pela venda de sua força de trabalho. Este deslocamento campo/cidade pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro IX: **Local de Residência dos Trabalhadores Agrícolas - %**

RESIDÊNCIA	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Campo	84,13	75,13	66,06	57,46	38,68	42,45	26,87	15,12	14,81
Cidade	15,87	24,37	33,94	42,54	61,32	57,55	73,13	84,88	85,19
Sem Residência	0,00	0,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Comparando-se 1957 e 1985 observa-se uma inversão nos percentuais dos residentes no campo e na cidade. Em 1957, 84,13% dos trabalhadores residiam no campo e, em 1985, 85,19% dos empregados no setor agrícola residiam nas cidades. Em 1966 o número de trabalhadores que residiam no campo e na cidade estava equilibrado e, a partir da década de 70, os residentes na cidade ultrapassam os do campo; anteriormente a 1971 isto nunca havia acontecido.

Apesar de a expulsão dos trabalhadores do campo se mostrar mais evidente após a instituição do ETR e do Estatuto da Terra, o deslocamento campo/cidade já ocorria antes da promulgação destes. Este deslocamento do campo para a cidade na região de Ribeirão Preto foi mais acelerado que em outras áreas, como o Nordeste do país, por exemplo, devido ao fato de que as cidades da região possuíam estrutura capaz de receber estes novos moradores, ainda que posteriormente passassem a enfrentar sérios problemas ocasionados pelo êxodo rural.

A região, especialmente a cidade de Ribeirão Preto, possuía forte setor de serviços capaz de absorver parte desta mão-de-obra liberada da agricultura. Era comum estes trabalhadores residirem nas cidades exercendo atividades na área agrícola durante um período, especialmente a colheita, e o restante do ano empregarem-se em atividades no setor de serviços que exigiam "pouca qualificação", como vigias, jardineiros, empregadas domésticas, entre outras, ou ainda na construção civil.

Não se pode esquecer também que com o advento do Pró-Álcool na região, cada vez mais terras eram necessárias para se cultivar a cana. Devido à valorização das terras, para o fazendeiro era mais interessante que seus funcionários residissem fora de sua propriedade, liberando assim terra para novos cultivos. Além disso, a região passou da policultura para a cultura de poucos produtos, com destaque para a cana, fazendo com que aumentasse o desemprego em determinadas épocas do ano, em razão do uso descontínuo da mão-de-obra entre as fases de cultivo.

Os dados coletados nos censos demográficos referentes às populações urbana e rural demonstraram o crescimento mais acelerado da primeira em relação à segunda, conforme apresentado no quadro X da página seguinte. Observou-se também que, entre 1950 e 1980, os municípios onde as agroindústrias canavieiras estavam instaladas, como era o caso de

Quadro X: População Urbana e Rural dos Municípios Pertencentes à Micro-região de Ribeirão Preto

	1.950			1.960			1.970			1.980			2.000		
Município	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Barrinha*	3.458	829	2.629	6.636	3.548	3.088	8.423	6.837	1.586	12.635	11.637	998	24.207	23.944	263
Cravinhos	11.551	4.033	7.518	13.838	6.294	7.544	14.225	9.937	4.288	17.066	13.974	3.092	28.390	27.160	1.230
Dumont*	2.476	889	1.587	3.508	1.393	2.115	3.058	1.713	1.345	3.318	2.510	808	6.306	5.869	437
Jardinópolis	14.589	3.838	10.751	16.625	7.533	9.092	16.996	10.934	6.062	19.858	15.802	4.056	30.723	28.055	2.668
Luís Antônio*	3.551	510	3.041	3.977	484	3.493	3.094	625	2.469	2.956	1.274	1.682	7.155	6.552	603
Pontal	10.054	2.521	7.533	13.334	4.563	8.771	13.729	7.321	6.408	17.208	12.676	4.532	29.656	28.560	1.096
Pradópolis*	2.543	181	2.362	4.632	1.262	3.370	5.825	3.049	2.776	8.299	6.204	2.095	12.906	11.868	1.038
Ribeirão Preto	89.684	62.423	27.261	143.853	118.036	25.817	212.300	195.680	16.620	327.128	316.779	10.349	505.012	502.333	2.679
Sales Oliveira	8.570	1.398	7.172	7.992	2.307	5.685	7.112	3.270	3.842	6.417	4.166	2.251	9.324	7.840	1.484
Santa Rita P.Quatro	14.330	4.427	9.903	18.326	7.839	10.487	19.080	10.501	8.579	21.746	14.030	7.716	26.268	22.632	3.636
Santa Rosa Viterbo	10.328	2.761	7.567	10.727	4.411	6.316	11.835	6.861	4.974	14.512	11.666	2.846	21.421	20.194	1.227
São Simão	13.438	3.450	9.988	13.800	5.742	8.058	12.780	7.705	5.075	10.801	8.034	2.767	13.679	11.947	1.732
Serra Azul	4.456	1.161	3.295	4.610	1.585	3.025	4.734	2.850	1.884	4.825	3.699	1.126	7.448	6.810	638
Serrana	5.403	1.247	4.156	7.412	3.210	4.202	8.999	6.695	2.304	14.454	12.870	1.584	32.588	31.803	785
Sertãozinho	16.899	6.070	10.829	26.441	13.758	12.683	31.059	22.859	8.200	52.172	45.902	6.270	94.650	90.517	4.133
Total micro região	211.330	95.738	115.592	295.711	181.965	113.746	373.249	296.837	76.412	533.395	481.223	52.172	849.733	826.084	23.649

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil-1950, Estado de São Paulo ; Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos - Recenseamento Geral e do Brasil - 1960, 1970, 1980 e 2000.

* Apesar de os municípios de Barrinha, Dumont, Luís Antônio e Pradópolis terem sido criados nos anos de 1953, 1964, 1959 e 1964 respectivamente a população destas vilas foram apresentadas nos censos.

Pradópolis, e os municípios que abrigavam os trabalhadores destas usinas, como era o caso de Barrinha, apresentaram crescimento populacional mais intenso. Por outro lado, cidades mais dependentes economicamente da cafeicultura, como por exemplo, Sales Oliveira e São Simão, apresentaram decréscimo populacional, parcialmente explicado pelo aumento das migrações em direção aos municípios de maior porte e aos municípios onde o cultivo de cana-de-açúcar se desenvolvia.

O rápido crescimento da população de municípios como Barrinha foi ocasionado, entre outros fatores, pela atração que municípios como este exerciam sobre trabalhadores de outras regiões que se deslocavam para a área de Ribeirão Preto à procura de emprego. Estes trabalhadores ou se deslocavam constantemente pelas regiões nos períodos de safra de produtos como cana, laranja e café, ou eram pequenos proprietários em suas regiões de origem, como por exemplo, Norte de Minas Gerais e Sula da Bahia, que se deslocavam temporariamente com o objetivo de acumular algum dinheiro para manterem suas pequenas lavouras durante o restante do ano. Muitos destes trabalhadores decidiram estabelecer-se definitivamente na região, normalmente nas cidades dormitório.

O crescimento populacional de Pradópolis também se justifica pela atração exercida sobre os trabalhadores, porém, neste caso, trabalhadores mais qualificados, visto que trabalhavam nas agroindústrias. Estas diferenças entre os dois municípios explicam, em parte, o descompasso do desenvolvimento sócio econômico entre os municípios da região.

Dentre os municípios que compõem a micro-região de Ribeirão Preto, atualmente, Barrinha apresenta a menor renda *per capita*, enquanto Pradópolis apresenta a maior, este município apresentou, no ano de 2000, a maior taxa de crescimento sócio-econômico do Brasil. As duas cidades encontram-se muito próximas, ambas muito dependentes da cana-de-açúcar, porém a primeira somente abrigando os trabalhadores agrícolas e a segunda abrigando as agroindústrias que empregam estes trabalhadores.

Com o crescimento da utilização do trabalho temporário, para os fazendeiros tornou-se mais fácil contratar um empreiteiro de mão-de-obra para que este se tornasse responsável pelos trabalhadores temporários. O trabalho volante facilitava a interposição de intermediários entre o fazendeiro ou usineiro e os trabalhadores.

O agenciador de mão-de-obra (empreiteiro, gato, turmeiro) que intermediava a força de trabalho utilizada pelas fazendas ou usinas, encontrava-se diretamente vinculado ao

fazendeiro ou à administração da usina. Ele trabalhava por conta própria ou para alguma cooperativa de trabalhadores. Ainda hoje é encontrado na região grande número de firmas empreiteiras e de cooperativas de mão-de-obra.

A maioria dos empreiteiros era composta por antigos trabalhadores rurais que conseguiram acumular algum dinheiro e adquiriram um caminhão tornando-se agenciadores de mão-de-obra. Apesar de terem quase sempre a mesma origem e muitas vezes serem vizinhos, o "gato" comportava-se como patrão à medida que os trabalhadores dependiam do emprego por ele intermediado.

De acordo com Ianni (s.d.), a força de trabalho era vendida primeiro ao "gato", sendo ele responsável por contratar a mão-de-obra, levá-la e trazê-la do canavial para a cidade e socorrê-la em caso de acidente de trabalho grave.

Além destas tarefas, alguns empreiteiros percorriam regiões mais carentes, que tinham disponibilidade de mão-de-obra, como Minas Gerais e Bahia, recrutando trabalhadores e se tornando também responsáveis pelos alojamentos destes empregados, o que ocorria com mais freqüência durante a colheita.

Os ganhos destes intermediários provinham dos salários dos trabalhadores, ou seja, decorriam da diferença entre o preço pago pelo fazendeiro ou usineiro e o preço recebido pelo trabalhador. Normalmente os intermediários apropriavam-se de cerca de 30% dos ganhos do trabalhador intermediado. Como dito anteriormente, os empreiteiros tinham a função de arregimentar, selecionar, fiscalizar e pagar os trabalhadores, estas funções desempenhadas pelos intermediários podiam variar de uma empresa agrícola para outra.

Ainda de acordo com Ianni:

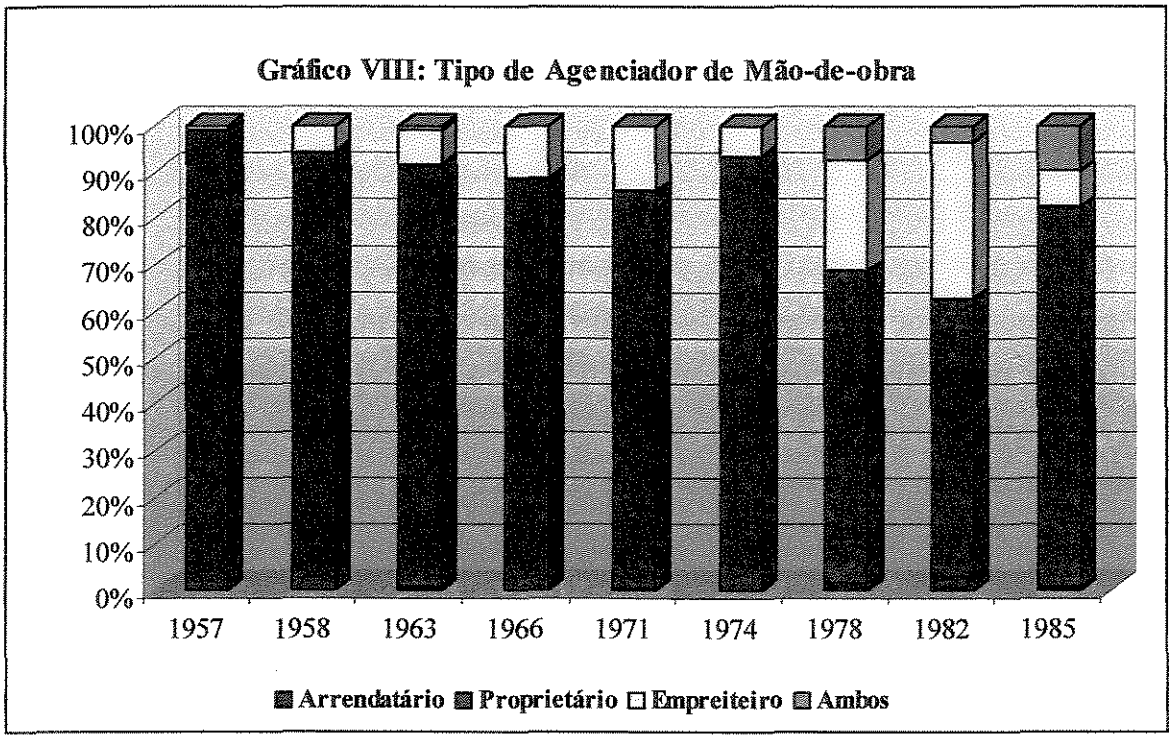
> *A pessoa procura os empreiteiros, esses que tem o caminhão, eles ganha pra levar a turma, tudo é por conta da usina. Antes era por conta deles lucrava mais com isso, mas aí a usina descobriu e hoje elas mesmo contrata os empreiteiro dela. Não sei, a gente não fica sabendo direito, a coisa é meio enrolada, mas acho que eles ganha um salário da usina, ganha mais a gasolina do dia, parece que dá noventa conto de gasolina por dia, e ganha mais a porcentagem da cana, que foi cortada pelos volantes dele (...). A usina faz os cheque e é eles que dá o cheque no dia do pagamento, a usina entrega pra eles e eles faz a entrega do cheque e a pessoa pega e faz a assinatura do recibo. Cada um ganha pelo tanto que cortou e os empreiteiro ganha porcentagem"* (ex-bóia-fria, 49 anos) (apud Ianni, s.d., p. 159).

Havia uma dependência mútua entre empreiteiro e trabalhador e, apesar de os volantes se sentirem lesados pelos agenciadores, eles necessitavam do empreiteiro para que fossem contratados; ao mesmo tempo o empreiteiro necessitava dos trabalhadores para obter seu ganho.

Quadro XI: **Tipo de Agenciador de Mão-de-obra - %**

TIPO DE VÍNCULO	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Arrendatário	0,00	0,00	0,78	0,00	0,41	0,00	1,49	2,91	0,62
Proprietário	98,94	94,42	91,06	88,73	85,60	93,40	67,16	59,88	81,79
Empreiteiro	1,06	5,58	7,25	11,27	13,99	6,60	23,88	33,72	7,72
Ambos	0,00	0,00	0,91	0,00	0,00	0,00	7,46	3,49	9,88

Fonte: Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.



Fonte: Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Conforme pode ser observado nos quadro XI e gráfico VIII, para o primeiro ano de coleta, 98,94% dos trabalhadores eram contratados pelos proprietários e somente 1,06% contratados pelos empreiteiros. Com o passar do tempo a participação dos empreiteiros cresceu, o que pode ser claramente observado a partir de 1966. Nos anos de 1978 e 1982

31,34% e 37,21% dos trabalhadores foram contratados por empreiteiros[10]. Já em 1985 observou-se a redução do número de trabalhadores contratados por empreiteiros, que passaram a representar 17,60% do total de trabalhadores.

Comparando-se com outros estudos realizados acredita-se que o número de arrendatários existentes na agricultura no período estudado era superior ao apresentado nos processos trabalhistas. Como já foi dito anteriormente, existem algumas limitações quanto à fonte consultada.

Apesar do aumento da participação dos trabalhadores por dia, empreita, produção e tarefa na agricultura e da crescente intermediação da força de trabalho, observa-se que em nível regional o tempo médio de serviço destes trabalhadores permaneceu estável, como se pode observar a seguir.

Quadro XII: **Tempo Médio de Serviço dos Trabalhadores Agrícolas que Moveram Ações Trabalhistas em Ribeirão Preto**

Média	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Meses	38,31	38,50	38,76	35,67	48,84	87,32	60,81	36,39	24,97

Fonte: Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Nos quatro primeiros períodos coletados a média de meses em que os trabalhadores permaneceram empregados manteve-se estável. Esta média aumenta nos anos de 1971, 1974 e 1978. Em 1982 o tempo de serviço de cada trabalhador era praticamente o mesmo de 1966. Já em 1985 o tempo médio de serviço reduz-se para 24,97 meses.

O número de trabalhadores temporários aumentou durante o período estudado e o tempo médio de serviço dos trabalhadores agrícolas não sofreu grandes alterações. Estas conclusões seriam contraditórias se não fossem considerados alguns aspectos. Os processos dizem respeito em grande parte a trabalhadores demitidos. É possível que se o período de análise se estendesse até o fim da década de 80, por exemplo, o tempo médio de serviço dos trabalhadores empregados na agricultura seria significativamente menor. Pelos dados observa-se também que os trabalhadores demitidos na década de 70 possuíam média de serviço superior aos demais períodos, podendo concluir-se que os trabalhadores mais

[10] A categoria "ambos" refere-se aos processos movidos contra o empreiteiro e o proprietário simultaneamente; sendo assim, estes percentuais foram considerados no total de empregados contratados pelos empreiteiros.

antigos ou que permaneciam por mais tempo nos empregos foram demitidos neste período[11].

Devido à necessidade de se garantir o fornecimento da mão-de-obra para as safras de cana, algumas usinas utilizavam-se de alguns artifícios para manter os trabalhadores durante todo o ano sem que estes adquirissem os direitos estabelecidos no ETR.

Baccarin (1985), em pesquisa realizada sobre os trabalhadores rurais volantes na região de Jaboticabal SP, constatou que, após o término da safra, algumas usinas faziam novos contratos de trabalho com volantes na entressafra, garantindo fornecimento de mão-de-obra para a safra seguinte. Porém, os contratos eram semestrais, sendo que, entre os contratos de safra e entressafra, os empregadores davam "férias" não remuneradas de quinze a trinta dias aos trabalhadores. Segundo o autor, embora estes trabalhadores permanecessem três/ quatro anos no mesmo emprego, ainda eram considerados temporários.

Mas o que se pôde observar é que a instabilidade de trabalho e a inexistência de vínculos formais de emprego eram dois fatores ligados entre si, ou seja, quanto maior a instabilidade de emprego, menores eram os vínculos formais e vice-versa. Os trabalhadores que se empregavam temporariamente tinham grande parte de seus direitos burlados pelos empregadores, ao mesmo tempo, a inexistência de vínculos formais, como a anotação na carteira de trabalho por tempo de serviço, facilitavam a demissão destes trabalhadores gerando a instabilidade de emprego.

Havia também as "turmas fixas", ou seja, volantes que apresentavam vínculos mais permanentes, trabalhando na mesma propriedade por períodos superiores a um ano, na maioria das vezes intermediados por um "gato" [12].

---

[11] A década de 70 foi marcada pela intensificação do uso de máquinas e defensivos agrícolas, pela substituição das culturas para abastecimento interno pelas culturas de exportação. Na região destaca-se o grande crescimento da área cultivada com cana-de-açúcar, que apresenta grandes variações de absorção de mão-de-obra durante as etapas de cultivo.

[12] Ver Martinez-Alier "As mulheres do caminhão de turma". In: Pinski, 1977, p. 69-100. O autor refere-se a uma turma que, embora não tivesse carteira assinada, trabalhava há dois anos em local fixo.

CAPÍTULO IV

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS DE ACORDO COM OS PROCESSOS TRABALHISTAS

A Atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

As primeiras tentativas de sindicalização no Brasil, no meio rural, ocorreram por volta de 1903, porém, não obtiveram êxito e até os anos 60 havia oficialmente quatro ou cinco sindicatos de trabalhadores rurais no país, ou seja, sindicatos legalizados.

Com base na experiência sindical urbana, iniciou-se na década de 60 a organização dos sindicatos rurais, os quais enfrentaram muitos obstáculos. Em 1964, o regime político do país sofreu uma transformação, novas limitações da legislação sindical foram impostas enfraquecendo o movimento sindical que teve que ser reorganizado. Contudo, no período 64/68 os trabalhadores ainda formulavam suas reivindicações de uma forma "mais intensa", o que não foi possível a partir do governo Médici, que limitou a ação dos sindicatos.

Apesar de todos os problemas enfrentados, as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores agrícolas anteriormente a 1964, como, por exemplo, o ETR, não sofreram retrocesso, sendo realizadas também novas conquistas, como o Estatuto da Terra em 1964 e a previdência social rural, o FUNRURAL, criado em 1971.

A política sindical dos governos militares não visava a destruir os sindicatos enquanto entidades, visava manter a estrutura sindical, porém, desprovida de qualquer conteúdo político ou reivindicatório. Segundo Alves (1991), para que os sindicatos atuassem neste sentido foram criadas várias entidades sindicais de trabalhadores rurais no país. Dos 2.732 sindicatos de trabalhadores rurais existentes no país em 1987, 37,8% foram fundados entre 1961 e 1970; 44,3% entre 1971 e 1980 (o grande número de sindicatos criados neste período ocorreu devido à criação do FUNRURAL, que passou para os sindicatos de trabalhadores rurais a responsabilidade pelos serviços de assistência médica e dentária). Antes de 1961 tinham sido criados apenas 0,6% dos sindicatos e na década de 80 foram criados 13,9% do total.

Em Ribeirão Preto, já na década de 50, foram observadas as primeiras manifestações dos trabalhadores agrícolas por melhores condições de vida e de trabalho.

Nesta luta destacou-se Nazareno Ciavata, servidor público municipal, que exercia a função de "matador de formigas", sendo também Presidente do Sindicato Agrícola. Nazareno Ciavata conduziu em 23 de março de 1955 a greve dos assalariados da Fazenda São Sebastião do Alto, em reivindicações pelo pagamento de salário mínimo, horas extras, repouso semanal remunerado e férias.

O sindicato dos trabalhadores rurais de Ribeirão Preto foi reconhecido oficialmente em 31/08/1968, mas foi somente a partir da Lei 5.584 de 26/07/1970 que os sindicatos foram autorizados a representar os trabalhadores agrícolas nas ações trabalhistas. Nos processos analisados, a partir de 1974, foram encontradas algumas reclamações representadas pelos advogados do sindicato dos trabalhadores rurais de Ribeirão Preto, e, em 1982, estas reclamações representavam a maioria das ações movidas pelos trabalhadores agrícolas. Dentre os municípios estudados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos mostrou-se o mais atuante. A abertura dos sindicatos rurais como canais de reivindicações foi muito importante para que os trabalhadores passassem a reclamar seus direitos.

As Reclamações Trabalhistas

Conforme já foi exposto nos capítulos anteriores, a agricultura e o trabalho agrícola sofreram grandes alterações no período estudado. Os trabalhadores sentiram diretamente os efeitos destas mudanças, principalmente com a intensificação do trabalho assalariado.

Apesar de no período estudado muitos dos direitos garantidos por lei aos demais trabalhadores não se aplicarem aos trabalhadores agrícolas as reclamações trabalhistas movidas por estes trabalhadores da agricultura já ocorriam com bastante freqüência desde o primeiro ano de coleta de dados. De acordo com Divo Marino:

> *Em todo o País, advogados desvinculavam-se dos interesses das classes hegemônicas e lutavam, junto à Justiça do Trabalho, pelos caminhos da jurisprudência, para caracterizar o assalariado do campo como um trabalhador também amparado, regido, analogicamente, pelas normas da CLT, e, de etapa em etapa, conquistaram espaços jurídicos que ampliaram os direitos daqueles trabalhadores* (1998, p. 26).

Os direitos dos trabalhadores agrícolas passaram a ser garantidos por Lei a partir de 02/03/1963, através da lei nº 4214 que criou o Estatuto do Trabalhador Rural.

Os gráficos IX e X, na página seguinte, apresentam o percentual dos processos trabalhistas movidos por trabalhadores agrícolas em relação ao total de processos e o número de processos referentes a trabalhadores agrícolas também em relação ao total de processos da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Analisando-se o número de processos trabalhistas movidos pelos trabalhadores agrícolas durante o período estudado nota-se que a proporção dos processos agrícolas em relação ao total geral de processos alterou-se; em 1958 24,00% dos processos referiam-se a trabalhadores agrícolas, subindo para 36,01% em 1963 e reduzindo-se a 7,03% em 1982 e 9,97% em 1985.

Observando-se a quantidade de processos, percebeu-se expressivo aumento no ano de 1963. Este número persiste maior que o de 1958, nos anos de 1966 e 1971, mas para os anos de 1974 e 1978, nota-se uma queda, voltando a crescer o número de processos nos anos de 1982 e 1985. É interessante observar a ocorrência destas oscilações no total geral de processos, ou seja, estes aumentos e quedas ocorreram em todos os setores e não somente no setor primário, o que talvez possa ser explicado pelas políticas adotadas no país no período em referência.

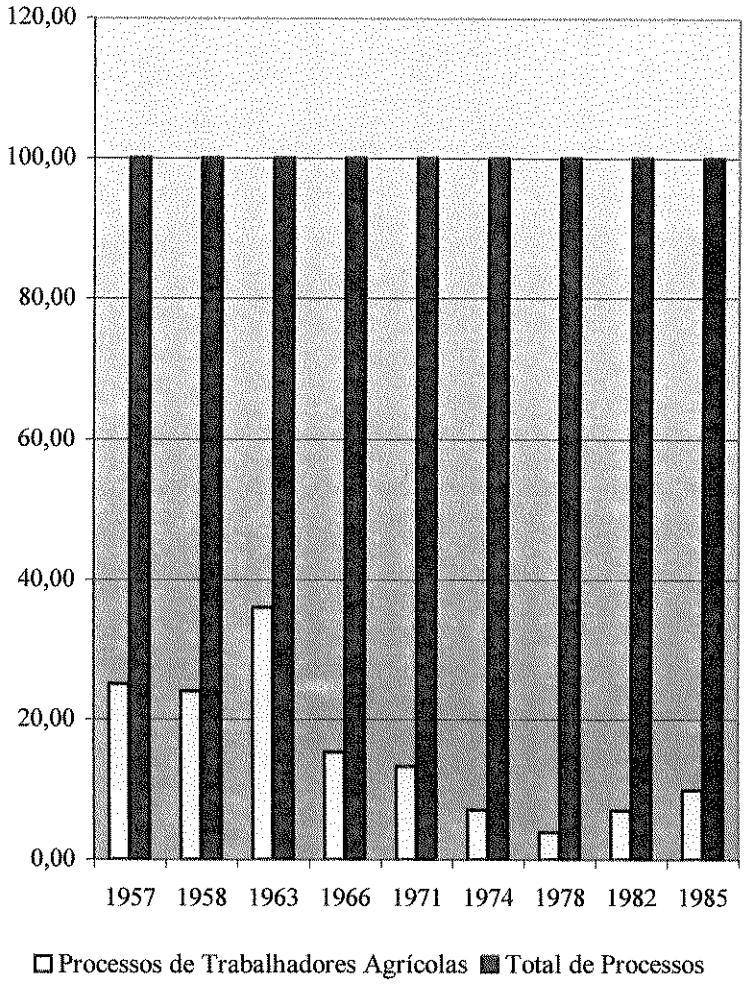
Em Ribeirão Preto, durante a análise dos processos trabalhistas, referente aos anos de 1957 e 1958, notou-se que quase a totalidade dos processos referentes a trabalhadores agrícolas era defendida pelo advogado Holando Noir Tavela que se destacou como pioneiro na defesa dos assalariados no campo.

Ainda de acordo com Divo Marino: "Quando a história do nosso tempo for contada, sem paixão, surgirá, no campo das lutas sociais o nome de um advogado - Dr. Tavela - como fundador dos primeiros sindicatos rurais do Estado de São Paulo" (1998, p. 27).

Em entrevista realizada com o Sr. Divo Marino, advogado e professor, que também defendeu os trabalhadores agrícolas frente a fazendeiros na Justiça do Trabalho[13], este salientou que os primeiros advogados que se propunham a defender os trabalhadores agrícolas eram "defamados", sofrendo preconceitos, sendo rotulados como "comunistas".

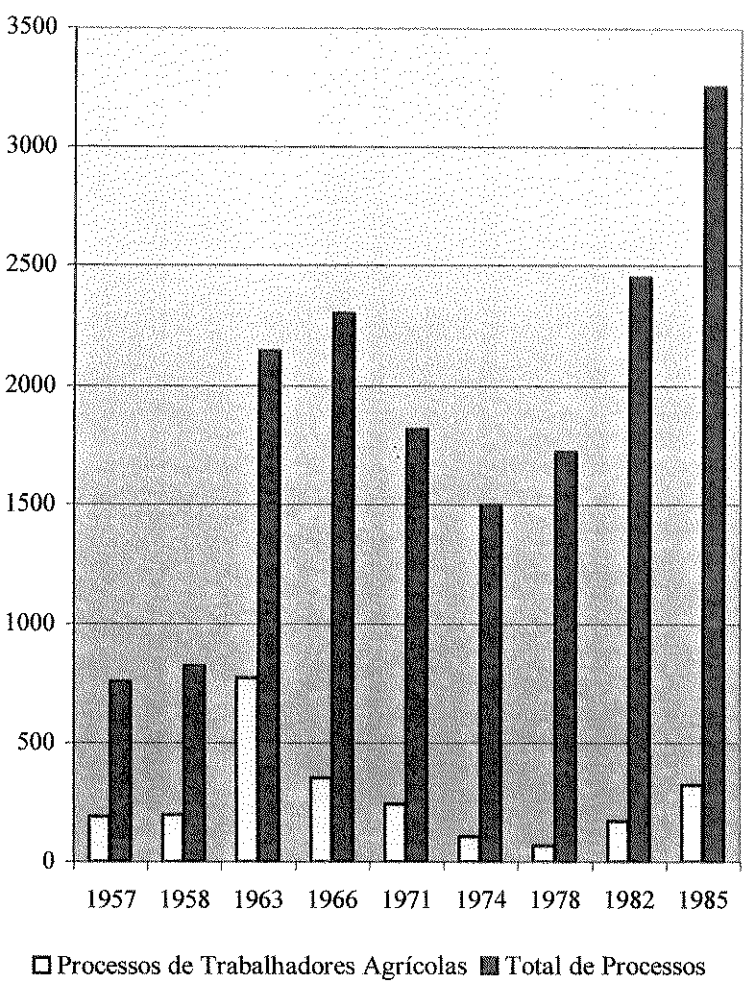
[13] Divo Marino foi advogado da Associação de Trabalhadores Rurais de Batatais, tendo realizado importantes defesas de trabalhadores das recém criadas associações de trabalhadores rurais. A descrição bem como a repercussão de um dos processos por ele conduzido aparece no livro de WILCH, Cliff, 1999, p. 311 e 312.

Gráfico IX: % de Processos Trabalhistas Movidos por Trabalhadores Agrícolas em Relação ao Total de Processos



Fonte: Processos Trabalhistas Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Rib. Preto

Gráfico X: Número de Processos Trabalhistas Movidos por Trabalhadores Agrícolas em Relação ao Total de Processos



Fonte: Processos Trabalhistas Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Rib. Preto

Destacou também a grande importância de Holando Noir Tavela que, apesar de muito criticado por possuir um "paqueiro" (funcionário que percorria as fazendas procurando trabalhadores dispostos a reclamar seus direitos), em sua opinião era um idealista, não se preocupando somente com o retorno financeiro.

As Principais Reivindicações

Em busca de melhores condições de vida e de trabalho os empregados agrícolas procuravam a justiça trabalhista tentando garantir seus direitos acordados com os empregadores ou garantidos por lei. Era comum o não cumprimento por parte dos fazendeiros ou usineiros dos contratos estabelecidos verbalmente ou mesmo por escrito.

A partir do ETR, os direitos dos trabalhadores agrícolas garantidos por lei foram ampliados, ou seja, estendeu-se aos trabalhadores da agricultura os direitos estabelecidos para os demais trabalhadores. Tornaram-se obrigatórios o registro do trabalhador rural em carteira profissional e a contribuição para a previdência social. Estabeleceu-se que nenhum trabalhador deveria receber remuneração inferior a um salário mínimo, que a jornada de trabalho não deveria ultrapassar oito horas diárias, o direito a férias remuneradas, o direito a repouso semanal remunerado, entre outros.

O quadro XIII, na página seguinte, apresenta as principais reivindicações dos empregados na agricultura de acordo com os processos da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, a qual abrangia várias cidades da região.

A principal reclamação dos trabalhadores agrícolas, nos três primeiros anos de coleta, era quanto ao salário; estes reclamavam as diferenças salariais para obtenção do mínimo vigente. Num percentual bem próximo a este se encontrava a reclamação quanto às férias, seguida pelas reclamações de repouso semanal remunerado e aviso prévio.

A partir de 1963, surge uma nova reclamação, a qual se referia ao décimo-terceiro mês, ocorrendo também o aumento das reclamações referentes a horas extras (que se justifica pela legalização destes direitos através da instituição do ETR). O pagamento do décimo terceiro salário alternou-se nos anos seguintes em primeiro e segundo lugar, dentre as principais reivindicações. As reclamações referentes a aviso prévio, férias e repouso semanal remunerado foram expressivas durante todo o período estudado e as referentes à

diferença salarial tiveram sua participação reduzida no total de reclamações apresentadas a partir de 1966. As reclamações quanto à indenização intensificaram-se a partir de 1966, inicialmente as indenizações em sua maior parte referiam-se à indenização por tempo de serviço, mas no ano de 1985, período de coleta em que esta reclamação atingiu o maior índice, 52,16% do total, estas se referiam em grande parte à indenização de safrista, ou seja, à indenização paga ao trabalhador contratado para trabalhar durante a safra e demitido antes do término desta.

Quadro XIII: **Principais Reclamações dos Trabalhadores Agrícolas %**

MOTIVO DA RECLAMAÇÃO	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Descanso semanal remunerado	25,40	33,50	27,98	21,69	44,86	28,30	41,79	47,67	30,25
Aviso prévio	16,40	47,72	60,10	74,08	62,14	51,89	59,70	79,65	76,85
Férias	65,61	57,87	43,91	49,01	79,42	75,47	82,09	93,60	91,67
Décimo-terceiro mês	0,00	0,00	64,12	79,44	79,01	76,42	83,58	91,28	91,67
Indenização	6,35	2,03	23,58	43,94	27,57	39,62	44,78	35,47	52,16
Horas extras	15,34	2,03	12,31	30,99	8,23	11,32	14,93	39,53	50,31
Diferença salarial	69,84	57,87	74,74	55,49	43,62	8,49	19,40	29,65	28,09
Saldo salarial	13,23	27,41	17,75	23,10	20,99	30,19	37,31	26,74	23,77
Desconto indevido	1,06	4,57	1,30	0,56	2,06	0,94	1,49	0,58	2,16
Pré-julgado 20/66	0,00	0,00	0,00	0,00	30,86	18,87	38,81	29,65	21,91
Outros	1,06	0,51	1,30	5,63	8,23	19,81	38,81	14,53	38,58
Anotação CTPS	0,00	0,00	0,00	0,00	5,35	6,60	23,88	19,77	26,85

Fonte: Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

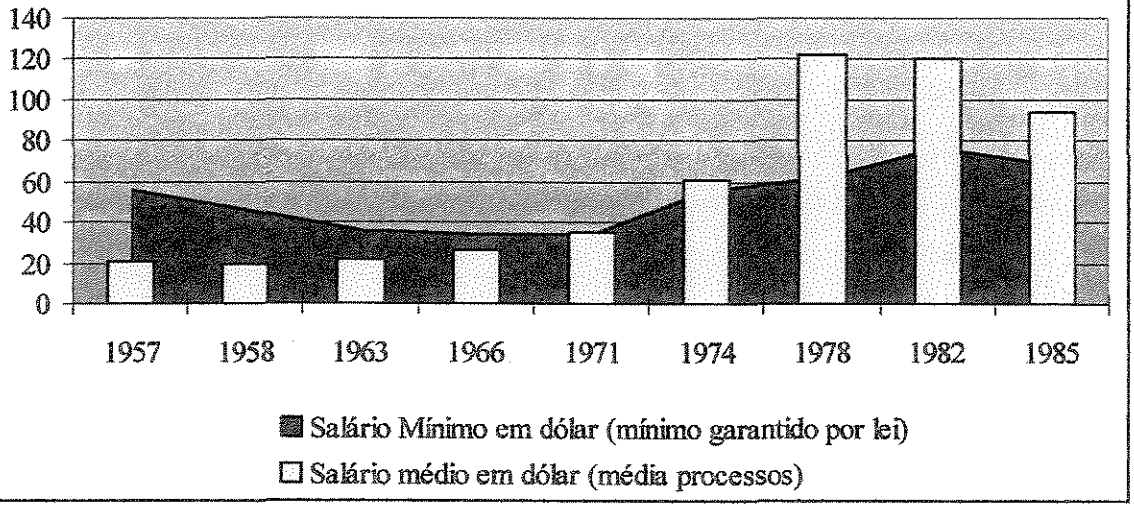
Observando-se o gráfico XI, na página seguinte, nota-se que o salário recebido pelos trabalhadores rurais permaneceu menor que o salário mínimo estabelecido por lei até 1971; a partir de 1974 ele passa a ser maior que o salário de lei. Os baixos salários nos anos iniciais da pesquisa podem ser parcialmente justificados pelo fato de que neste período ainda era grande o número de trabalhadores colonos. Como os colonos residiam nas fazendas, em casas de propriedade do fazendeiro e em muitos casos tinham direito à terra para plantio de alimentos de consumo, seja no quintal de sua casa, seja entre as plantações do fazendeiro, os valores referentes ao aluguel, lenha, água e aos alimentos colhidos deveriam ser somados ao valor do salário, o que elevaria o valor deste[14]. Para a análise foram considerados somente os salários monetários, porém, mesmo contabilizando-se as

[14] A lei permitia que o fazendeiro deduzisse até 30% do valor do salário como pagamento de moradia, porém, alguns proprietários não deduziam esta quantia dos salários de seus empregados.

rendas não-monetárias recebidas pelos assalariados rurais, o salário percebido continuaria sendo inferior ao salário mínimo.

Mesmo sendo o salário monetário recebido pelos trabalhadores que residiam nas cidades superior ao salário dos colonos, as condições de vida destes trabalhadores que se deslocaram para a área urbana tornaram-se mais difíceis. Pesquisa realizada pelo Fundo de Assistência Médico Laboratorial de Barrinha, na década de 1970, constatou que os percentuais de pacientes desnutridos e subnutridos assistidos por aquela instituição eram maiores para os trabalhadores residentes nas cidades que para os residentes nas colônias.

Gráfico XI:Salários Mínimos Garantidos por Lei e Salários Médios dos Processos (convertidos em dólar)



Fonte: Processos Trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal.

Como o direito ao salário mínimo foi estendido aos assalariados agrícolas, a partir do Estatuto do Trabalhador Rural, a diferença entre o salário médio recebido e o salário garantido por lei diminui nos anos de 1963, 1966 e 1971 e já em 1974 e anos seguintes aquele ultrapassa este.

Os salários dos anos de 1978 e 1982 de US$ 122,25 e US$ 120,03 dólares respectivamente são superiores ao atual salário de um cortador de cana estabelecido para a categoria, que em maio/2001 era de US$ 104,76 dólares. O salário médio recebido pelos

trabalhadores da área agrícola em 1985, de acordo com os dados coletados, foi de US$ 94,03 dólares.

O aumento do salário recebido pelos empregados agrícolas explica-se também pelo grande crescimento da agricultura regional com as culturas exportáveis, iniciado com a cultura de soja e seguido pela cana, que através dos incentivos do Pró-álcool, fez com que se aumentasse a área destinada à agricultura na zona em estudo.

A valorização das terras na região, que ocorreu principalmente pela ampliação das áreas destinadas à produção de culturas de grande valor comercial, o grande número de reclamações trabalhistas (até 1963 muitas delas sem fundamento legal e a partir do ETR garantidas por lei), além dos altos ganhos do setor agrícola no período, especialmente com os cultivos destinados à exportação, fizeram com que os fazendeiros e usineiros elevassem os salários pagos aos trabalhadores agrícolas.

O período estudado contempla, pois, uma mudança da própria posição da agricultura na economia regional. A agricultura, além de consumidor de insumos e produtos finais da indústria, tornou-se fornecedor de insumos industriais (cana, soja). Ao mesmo tempo, o trabalhador agrícola alcançou vários direitos concedidos anteriormente somente aos trabalhadores da indústria.

De certa forma a agricultura da região passou a exigir maior capital. Maiores direitos trabalhistas, terras mais valorizadas, máquinas e implementos agrícolas exigiam cada vez mais capital, foi neste contexto que se desenvolveu a agroindústria regional. Assim, na região, os pequenos produtores, que não podiam adquirir tratores e máquinas agrícolas, foram cedendo lugar às grandes empresas agrícolas que ampliavam suas áreas de cultivo através da aquisição ou arrendamento de terras localizadas nas proximidades das usinas.

Outra observação importante diz respeito ao aumento do número de empregos temporários e às diferenças de salários entre os trabalhadores efetivos e os trabalhadores temporários. Estudos demonstram que os trabalhadores efetivos normalmente recebiam salários inferiores aos salários pagos aos trabalhadores temporários. Nestes casos, para o trabalho temporário não era considerado o número de diárias. Como muitos dos trabalhadores temporários só eram empregados em épocas de maior necessidade de mão-

de-obra, como colheitas, por exemplo, a diferença de salário era uma forma de compensar o menor número de dias trabalhados.

Para a cana-de-açúcar, principal cultura da região, o período em que se empregava o maior número de trabalhadores e estes obtinham os melhores salários, era durante a safra, que se estendia, normalmente, de maio a novembro, com algumas variações de acordo com as condições climáticas e o tipo de cana cultivado.

Para que se possa entender as variações de utilização de mão-de-obra é necessário que se saiba o período em que eram realizadas as fases de cultivo, que podem ser observadas no quadro XIV:

Quadro XIV : **Cronograma para o Preparo do Solo, Plantio, Tratos Culturais e Colheita de Cana-de-açúcar**

Fases	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Preparo do Solo												
Plantio												
Tratos Culturais												
Colheita												

Fonte: BALBO, DERNEIKA e CANTIZANI FILHO, 1986, p. 4.

Além da colheita, que exigia maior número de trabalhadores, os tratos culturais também tinham grande importância na absorção de mão-de-obra, uma vez que eram realizados durante todo o ano. O plantio era realizado em curto período de tempo, não sendo tão representativo quanto a colheita, e o preparo do solo não necessitava de muitos trabalhadores para sua realização.

Quadro XV: **Empregados Temporários por Meses de Emprego do Pessoal da Categoria para a Micro-região de Ribeirão Preto**

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1975	3.658	5.061	5.319	4.562	4.405	5.519	5.208	5.208	5.067	6.434	5.025	6.731
1980	6.119	6.506	7.227	6.380	8.696	10.223	10.754	9.900	9.348	9.304	7.113	8.068
1985	1.320	6.485	8.567	9.287	7.186	10.584	18.025	14.827	16.932	8.597	6.172	6.135

Fonte: Censos Agropecuários, 1975 e 1980, IBGE.

De acordo com o quadro XV para o ano de 1975, o período de maior utilização de mão-de-obra foi de junho a dezembro, sendo dezembro o mês em que mais se utilizaram

empregados temporários, provavelmente como conseqüência do Pró-álcool, que incentivou o preparo do solo para ampliação da área cultivada.

Em 1980, o período de maior utilização de mão-de-obra também foi o período da safra de cana-de-açúcar (maio a outubro). O número de trabalhadores contratados durante todo o ano foi bem superior ao número de contratados em 1975. O mês que apresentou menor variação entre os anos de 1975 e 1980 foi o mês de dezembro. Em 1980 foram contratados 19,86% trabalhadores temporários a mais que em 1975. Em julho de 1975 foram empregados 5.208 trabalhadores e em julho de 1980 o número de trabalhadores temporários empregados na região foi 10.754, apresentando variação de 106,49%. Para o ano de 1985 observou-se que no período em que a colheita ocorria em ritmo acelerado, de julho a setembro, o número de trabalhadores ampliou-se em relação ao ano de 1980, já para os meses de janeiro, fevereiro, maio, outubro, novembro e dezembro, percebeu-se a redução do número de trabalhadores empregados comparando-se ao ano de 1980, conseqüência da mecanização e das novas técnicas de cultivo utilizadas na região. Durante o mês de julho/1985 foi empregado o maior número de trabalhadores temporários, que segundo o censo agropecuário foi de 18.025 trabalhadores.

Comparando-se os períodos coletados, observa-se que as maiores variações ocorreram no período da colheita, como já foi dito anteriormente, em conseqüência da criação do Programa Nacional do Álcool, principal responsável pela ampliação do cultivo de cana-de-açúcar na região.

Com a cana as necessidades de mão-de-obra, mesmo que temporárias, na região aumentaram, o que não significa que os trabalhadores agrícolas passaram a receber seus direitos ou tiveram suas condições de trabalho melhoradas.

A Greve de Guariba

A cidade de Guariba pertencia à DIRA de Ribeirão Preto e funcionava basicamente como cidade dormitório. Segundo Alves Costa (1991), Guariba era uma cidade-dormitório, com elevada concentração de trabalhadores assalariados, onde, além da Prefeitura, havia alguns estabelecimentos comerciais e a Igreja, constituindo o resto moradias de bóias-frias.

Apesar de a cidade de Guariba não fazer parte da zona pesquisada, a greve teve grande importância para os trabalhadores da área estudada, atingindo rapidamente as demais cidades da região. Além disso, por se tratar de uma típica cidade-dormitório, muitos de seus moradores trabalhavam em propriedades localizadas na micro-região de Ribeirão Preto.

A revolta dos trabalhadores rurais de Guariba, que se iniciou na segunda semana de maio de 1984, logo atingiu grandes proporções adquirindo repercussão nacional, tornando-se uma greve violenta, ocorrendo inclusive a morte de um morador da cidade e vários trabalhadores feridos pela polícia, que utilizava armas de fogo.

Considerando-se os antecedentes da greve de Guariba, Mello (1984), considera que as formas de lutas utilizadas em São Paulo ocorreram devido aos seguintes fatores: pelo agravamento da crise econômica brasileira, especialmente entre 1981 e 1984, que provocou maior competitividade por emprego entre os trabalhadores da região e os das demais regiões, que se deslocavam para a região devido à dificuldade de trabalho nas suas regiões de origem. Esta concorrência pelo emprego era exercida pelos trabalhadores trazidos pelos empreiteiros e usineiros, pelos que vinham por conta própria e ainda por aqueles que recorriam à agricultura em função do desemprego em outros setores que exigiam menor qualificação. Além disso, considerando-se a DIRA de Ribeirão Preto, esta se especializou em produtos demandantes de força de trabalho, especialmente a cana, a laranja e o café (na área estudada principalmente a cana), que exigiam grande número de trabalhadores em períodos específicos do processo produtivo. É preciso se considerar também que a região contava com muitos trabalhadores oriundos de outras regiões do país, que se deslocavam em busca de trabalho, e que, se estabelecendo definitivamente como assalariados agrícolas na região, passaram a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

Outro fator importante é que estes trabalhadores residiam juntos nas cidades-dormitório ou nas periferias das cidades, longe, portanto, do controle dos patrões, podendo assim trocar experiências, avaliar as dificuldades e buscar juntos as possibilidades para a superação de tais dificuldades.

Uma das causas imediatas da greve de Guariba foi a introdução do corte de sete ruas[15], a partir de 1983, pelos usineiros associados à Coopersúcar, visando à redução do custo de produção. As usinas que adotaram o sistema passaram a incentivar seus fornecedores de cana para que fizessem o mesmo. O sistema de sete ruas beneficiava as usinas tanto em termos de rendimento agrícola quanto industrial.

O sistema de sete ruas já havia provocado, em 1983, reações por parte dos trabalhadores com paradas ou greves localizadas exigindo a volta ao sistema de cinco ruas. As reivindicações dos trabalhadores foram atendidas pela maior parte dos fornecedores, porém, as usinas mantiveram o sistema de sete ruas durante a safra de 1983. Nas usinas, os trabalhadores tiveram que aceitar o sistema de sete ruas, porém havia entre eles um descontentamento generalizado e um nível elevado de tensão entre trabalhadores e fazendeiros ou usineiros.

No sistema de sete ruas, os cortadores de cana tinham que amontoar a cana na fileira do meio, que, com sete ruas, estava 3 metros mais distante que em 5 ruas, considerando-se o espaçamento de 1,5 metro. Antes do sistema de sete ruas, em várias usinas os trabalhadores não precisavam amontoar a cana, podendo deixá-la esteirada entre as linhas. O novo sistema provocava maior desgaste do trabalhador e menor produção ao final do dia, uma vez que aumentava a intensidade do trabalho. Como os salários dependiam da quantidade de cana cortada houve redução da remuneração.

A greve ocorreu no início da safra, em maio de 1984, com a revolta dos bóias-frias em Guariba, tendo dois fatores contribuído para o descontentamento dos trabalhadores. Os trabalhadores, durante a entressafra, ou estavam desempregados ou recebiam salários mais baixos, uma vez que a necessidade de mão-de-obra neste período era menor. A expectativa destes trabalhadores era que com a safra os salários melhorassem e o nível de desemprego fosse reduzido. O sistema de sete ruas dificultava estas expectativas já que provocava a redução da quantidade de cana cortada em virtude do tempo e esforço gastos fora do corte, provocando a redução dos salários.

---

[15] No corte de cana cada trabalhador colhia a cana de cinco ou sete ruas, ou seja, o trabalhador era responsável pelo corte de cinco ou sete ruas consecutivas da plantação canavieira. Com a mudança do sistema de cinco para sete ruas, a distância percorrida por cada trabalhador foi ampliada, exigindo mais tempo para realização da tarefa, visto que a cana colhida deveria ser amontoada na fileira do meio.

O segundo fator importante refere-se aos altos valores das contas de água cobradas pela SABESP, empresa estatal de fornecimento de água e esgoto, dos trabalhadores na cidade de Guariba. De acordo com Baccarin, "os valores das contas de água ultrapassavam 50% dos salários recebidos pelos trabalhadores agrícolas, o que fez com que a prefeitura tivesse que subsidiar o pagamento destas taxas para muitos trabalhadores" (1985, p. 139).

Logo que começou a safra de cana ocorreram paralisações espontâneas contra o sistema de sete ruas em algumas turmas isoladas. A greve teve início na Usina São Martinho, no município de Pradópolis, quando uma turma de bóias-frias parou o corte e incentivou outras turmas a fazerem o mesmo. Rapidamente toda a frente de trabalho, constituída pelos trabalhadores de Guariba, estava parada.

O movimento foi crescendo e no dia 14 de maio a greve atingiu dezesseis turmas de Guariba que trabalhavam para as Usinas São Martinho, São Luís e Santa Adélia, localizadas nas cidades de Pradópolis, Barrinha e Sertãozinho, respectivamente.

Na terça-feira, dia 15/05, a greve estendeu-se para as demais turmas de Guariba empregadas no corte em outras usinas da região. Foram montados piquetes impedindo que os caminhões levassem os trabalhadores para a colheita.

Os trabalhadores reuniram-se na praça principal da cidade, onde já estava a Polícia Militar mobilizada de outras cidades da região. O movimento tornou-se violento, com a destruição do prédio da SABESP, queima de papéis, contas e de um computador, que emitia as contas. Os trabalhadores atacaram também o maior supermercado da cidade, no qual compravam a prazo, para destruir as contas e os comprovantes de débito, saqueando o mesmo. A polícia reagiu com violência, ferindo vários trabalhadores, sendo um morador da cidade morto.

Ainda segundo Alves (1991), a partir de Guariba, o movimento estendeu-se rapidamente por outras cidades, atingindo já no dia seguinte Sertãozinho, Barrinha, Pontal, Santa Rosa, Cajuru, Serrana, Cravinhos, Araraquara, atingindo também outras regiões do Estado de São Paulo, além do Norte do Paraná, Sul de Minas Gerais e Norte do Rio de Janeiro. Só na DIRA de Ribeirão Preto, composta por oitenta cidades, cerca de 150.000 trabalhadores pararam num espaço de uma semana, sendo cerca de 110.000 da cana e 40.000 da laranja.

As usinas, já no dia 15/05, suspenderam o corte de sete ruas, porém os trabalhadores mantiveram a greve e, assessorados por representantes da FETAESP – Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, passaram a reivindicar outras melhorias, num total de dezenove reivindicações: volta ao sistema de corte em cinco ruas (já estabelecido em 15/05); recibo de comprovante de produção para que o trabalhador soubesse, ao final do dia, quanta cana cortou e quanto tinha a receber; aumento do preço da cana cortada; pagamento das horas extras gastas no transporte até o trabalho; fornecimento de ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPI); assistência médica paga pela empresa; pagamento dos dias parados em virtude de doenças ou por motivos alheios à vontade dos trabalhadores (mau tempo, inexistência de cana queimada, entre outros); melhoria das condições de transporte, objetivando redução de acidentes e conforto mínimo aos trabalhadores.

O acordo foi conseguido poucos dias após o início do movimento, tendo os trabalhadores atendidas treze das dezenove reivindicações apresentadas, entre elas: volta ao sistema de cinco ruas; aumento no preço da tonelada de cana cortada e maior controle sobre a produção; registro em carteira pelas usinas de todos os trabalhadores; repouso semanal remunerado; fornecimento gratuito de ferramentas e EPIs; pagamento dos dias em que o trabalhador estivesse afastado por motivo de doença ou por motivos alheios a estes; manutenção de remédios e equipamentos de primeiros socorros nas lavouras; condução gratuita e complementação de salário em caso de acidente de trabalho ou no transporte.

A negociação de Guariba foi marcada pela revolta violenta que atingiu os trabalhadores de várias cidades da região, sendo praticados inclusive atos de sabotagem como queimas de canaviais, por exemplo. A greve de Guariba deu início a um processo de negociação entre os trabalhadores e os fornecedores e usineiros, até então inédito na região, que atingiu proporções nacionais, tornando pública, através da imprensa, as péssimas condições de vida e de trabalho dos empregados agrícolas da região.

Ao se estudar os trabalhadores agrícolas da região, sua evolução e suas conquistas, deve-se, pois, fazer a distinção entre antes e depois da greve de Guariba.

Apesar das grandes conquistas trabalhistas dos empregados agrícolas obtidas a partir da greve de Guariba e dos direitos estabelecidos pela Constituição de 1988, que garantiu os direitos trabalhistas a todos os trabalhadores, inclusive os empregados que

trabalhavam há menos de um ano na propriedade, encontram-se ainda na região formas exploratórias de produção.

Recentemente, em maio/2001 foram divulgados nos jornais Verdade e O Estado de São Paulo (30/05/2001), além de grande repercussão na imprensa local, o caso de índios de tribo do Mato Grosso do Sul (cerca de trezentos índios) contratados por usina localizada na região para trabalharem no corte de cana. Os índios contratados pela usina através de intermediação da FUNAI estavam alojados em um antigo galpão destinado ao acondicionamento do bagaço de cana em uma usina desativada localizada em Ribeirão Preto. Grande parte dos índios não tinha registro em carteira de trabalho e não recebia luvas e botas (EPIs comuns aos trabalhadores da região). Todos utilizavam um único banheiro e não havia camas para todos os trabalhadores; segundo alguns índios eles trabalhavam por produção e estavam recebendo em média R$ 2,00 (dois reais) por dia de trabalho no corte de cana e alimentação. De acordo com o jornal Verdade de 30/05/2001, após visita ao alojamento de membros do Ministério do Trabalho e da Promotoria Pública, a usina foi autuada e os índios encaminhados para suas aldeias de origem e os responsáveis pela contratação responderão judicialmente pelos atos praticados.

No mês de agosto/2001, na cidade de Guariba, mais duas denúncias de trabalho em sistema de "quase escravidão" foram feitas pelo sindicato de trabalhadores rurais ao ministério do trabalho. Segundo a imprensa local, a empresa responsável pela contratação dos trabalhadores (empreiteira de mão-de-obra) foi obrigada a conduzir os trabalhadores à sua região de origem, o sul da Bahia.

CONCLUSÃO

A agricultura da região de Ribeirão Preto passou por profundas transformações ao longo do tempo. Nesta área as culturas de café e cana se destacaram perante as demais. A ocupação da região ocorreu por volta de 1811 e na década de 1870, Ribeirão Preto já atraía cafeicultores de outras regiões nas quais já se cultivava café.

A região tornou-se conhecida internacionalmente pela produção de café e nela se encontravam as duas maiores fazendas de café do mundo. Este foi um período de grande expansão. O capital proveniente do café era parcialmente reinvestido e o restante utilizado em outros setores como o de serviços por exemplo. Esta situação persistiu até a década de 1930, quando os problemas enfrentados pela cafeicultura se agravaram em conseqüência da crise de 1929.

Na cultura cafeeira inicialmente foi utilizado o trabalho escravo, logo substituído pelo colonato. Foi grande o número de imigrantes que se deslocaram para a região a fim de trabalhar nas lavouras de café. Estes residiam nas fazendas cuidando do café, especialmente durante a colheita e no restante do ano realizavam os demais afazeres exigidos pela cultura e ainda cultivavam produtos de subsistência.

Com a crise cafeeira a região diversificou a produção, cultivando produtos para o crescente mercado interno. Na década de 1940 a cana já apresentava na região crescimento em relação às demais culturas e em 1950 despontava entre os principais produtos agrícolas. O Engenho Central, construído em Sertãozinho em 1906, incentivou a cultura de cana, incentivando também, a partir de 1916, a criação de usinas de açúcar e de álcool, o que demonstra que, apesar da grande importância da cultura cafeeira na região, anteriormente à década de 1930 a cana já estava aparecendo como concorrente do café, ainda que como uma modesta concorrente.

O trabalho utilizado na lavoura canavieira a princípio seguia os mesmos moldes da cultura de café. Porém, o crescimento das lavouras e a conseqüente especialização da região, a valorização das terras, a modernização da agricultura e as leis trabalhistas, entre outros fatores, provocaram modificações nas relações de trabalho, diminuindo a utilização de colonos e ampliando o número de trabalhadores assalariados, especialmente assalariados temporários.

O grande crescimento da área cultivada com a cana provocou a valorização das terras, tornando antieconômica a concessão de terras para os colonos. Além disso, a utilização de máquinas agrícolas diminuía a necessidade de trabalhadores e impossibilitava o cultivo nas entrelinhas da cultura principal. Associado a isso havia disponibilidade de mão-de-obra, uma vez que os ex-colonos normalmente se estabeleciam nas periferias das cidades, e, sem instrução e qualificação, empregavam-se temporariamente em empregos urbanos, ou ficavam a espera da colheita, época de maior absorção de mão-de-obra pela lavoura canavieira.

Não é difícil concluir, após ter realizado o percurso trilhado pela região de Ribeirão Preto, que o que a caracteriza, de há muito, é ter-se situado na vanguarda das transformações econômicas.

Assim foi durante o período em que o café representava sua principal riqueza, utilizando-se do colonato, relação de trabalho duradoura e potencializadora dos investimentos em transportes e alimentos, que harmonizavam as zonas agrícola e urbana. Quando da penetração da soja, a região deu mostras mais uma vez de liderança econômica, já que aquele grão era o resultado das respostas aos incentivos à exportação, setor mais lucrativo então. Logo após o Pró-álcool, resposta à crise do petróleo, teve na região sua alavanca principal, o que certamente, mais uma vez, significava taxa de lucros excepcional.

Observou-se ainda que, as modificações que ocorreram na agricultura regional fizeram com que esta exigisse o emprego cada vez maior de capital. A terra, que se valorizou intensamente na região, a massa de salários, que se ampliou devido à obrigatoriedade de pagamento dos direitos trabalhistas, e as máquinas utilizadas na produção faziam parte do capital, assim somente o grande capital conseguiu manter-se na região. Isto provocou a redução do número de pequenos proprietários e a ampliação das terras pertencentes às usinas e às fazendas fornecedoras de cana-de-açúcar.

Tornou-se difícil para os pequenos proprietários utilizar as novas técnicas agrícolas usadas na região pelos detentores do capital. Sem estas novas técnicas, a produção destes pequenos proprietários era muito baixa e a custos elevados, o que dificultava a concorrência com os demais produtores.

Na área de Ribeirão Preto, mais do que em outras regiões, exceptuando-se a capital do Estado, ocorreu uma centralização do capital, nitidamente visível, como vimos, no setor

agrícola, onde a pequena propriedade desapareceu rapidamente. Ao mesmo tempo, esta concentração do capital, operada nas grandes propriedades, estabeleceu uma forte barreira à entrada de novos investimentos extensivos, onde a terra era essencial.

Neste contexto surgiram cidades como Barrinha, por exemplo, típica cidade-dormitório, que abrigava trabalhadores já estabelecidos na cidade, abrigando também, especialmente durante a safra, trabalhadores de outras regiões que se deslocavam à procura de empregos nas lavouras canavieiras. Muitos destes trabalhadores estabeleceram-se definitivamente na cidade. Os dados de população dos censos demográficos demonstram o grande crescimento populacional ocorrido em cidades dormitório, como era o caso de Barrinha.

Em contraponto ao município de Barrinha, aparece Pradópolis, município que no ano de 2000 apresentou a maior taxa de crescimento sócio-econômico do Brasil. Em Pradópolis está localizada a Usina São Martinho, segunda maior agroindústria açucareira do país.

As diferenças de renda *per capita* e desenvolvimento sócio-econômico entre estas duas cidades localizadas geograficamente muito próximas e dependentes da cana-de-açúcar, explica-se parcialmente pelo fato de que a primeira somente abriga os trabalhadores agrícolas e a segunda abriga as agroindústrias que empregam estes trabalhadores.

O aumento da população das cidades, além dos fatores já conhecidos como diminuição da taxa de mortalidade infantil, por exemplo, ocorreu devido aos fatores citados anteriormente, como o estabelecimento na região de trabalhadores que se deslocavam à procura de empregos e decidiram se fixar definitivamente na área, especialmente nas cidades-dormitório, e o deslocamento da população da área rural para a área urbana, que ocorreu pela expulsão dos trabalhadores do campo. Com os grandes lucros obtidos com a cultura de cana, para o fazendeiro tornou-se mais lucrativo pagar aos trabalhadores somente o salário monetário, mesmo que este fosse superior ao salário pago ao colono, uma vez que assim ele teria as terras utilizadas para cultivo de subsistência dos colonos liberadas para o cultivo da cana.

Além disso, a grande valorização das terras próximas às grandes usinas açucareiras fez com que pequenos proprietários vendessem suas terras ou as arrendassem às usinas. As usinas derrubavam as cercas, estendendo suas plantações e facilitando a utilização de

máquinas agrícolas. Este processo de valorização das terras provocou a formação de uma "nova classe média rural", composta por fornecedores de cana e por arrendatários de terras às usinas.

Durante o período estudado o número de trabalhadores empregados na agricultura reduziu-se, ao mesmo tempo em que o trabalhador assalariado substituiu o colono. Inicialmente os colonos tornaram-se assalariados mensais, mas a partir da década de 70 houve redução do número de assalariados mensais e aumento de outras categorias de trabalhadores, como diaristas, tarefeiros, empreiteiros e trabalhadores por produção. Estas formas de trabalho normalmente se associavam ao trabalho temporário.

A agricultura da micro-região de Ribeirão Preto, em conseqüência especialmente de políticas setoriais de incentivo, teve um desenvolvimento turbulento, sempre na direção do crescimento acelerado, e da rápida modernização das formas assumidas pelo capital empregado, particularmente na cana-de-açúcar e na sua agroindústria. Não é de se estranhar pois que as relações de trabalho denunciem essa alteração vertiginosa, que as relações trabalhistas se multipliquem e apresentem inovações em curto espaço de tempo, como as modalidades de trabalho temporário.

Com o deslocamento dos trabalhadores agrícolas para as cidades, grande parte destes passou a ser contratada por empreiteiros de mão-de-obra, liberando assim as usinas e fazendeiros de responsabilidades para com estes trabalhadores. Este tipo de agenciamento ampliou ainda mais o distanciamento entre empregado e empregador que teve início com o deslocamento dos trabalhadores das fazendas para as cidades.

Os processos trabalhistas demonstraram que, ao longo do tempo, as reivindicações dos trabalhadores da área agrícola foram praticamente as mesmas, com algumas oscilações entre os períodos. Os dados coletados demonstraram perfeitamente os reflexos da instituição do Estatuto do Trabalhador Rural sobre o trabalho agrícola. As reclamações referentes às diferenças salariais para obtenção de salário mínimo garantido por lei eram mais comuns anteriormente ao ETR; a partir de 1963, com a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo, esta que era a principal reclamação caiu para a sétima posição dentre as principais reivindicações. A partir de 1963, as reclamações referentes a férias tornaram-se mais comuns e surgiu uma nova reclamação: o pagamento do décimo terceiro mês (obrigatoriedade também instituída pelo ETR). As reclamações referentes a aviso prévio e

descanso semanal remunerado, apesar de terem seu número ampliado, no decorrer do tempo mantiveram a mesma classificação dentre as principais reivindicações, ocupando alternadamente terceiro e quarto lugares. Em 1985, a reclamação referente à indenização cresceu bastante, superando a reclamação de descanso semanal remunerado. As indenizações reclamadas pelos trabalhadores referiam-se ao tempo de serviço prestado, e, a partir de 1985, estas se referiam a quebra de contrato de safrista, ou seja, era um direito do trabalhador contratado para trabalhar na colheita e demitido antes do final desta, este direito foi estabelecido na Greve de Guariba.

O registro em carteira profissional estabelecido também em 1963, não era devidamente realizado. Apesar de que esta reclamação aparece em nono lugar, acredita-se que o número de trabalhadores sem registro em carteira fosse muito superior ao apresentado, tendo em vista que a própria intermediação de mão-de-obra e a utilização temporária desta colaboravam para que estes trabalhadores não tivessem registro na CTPS. As reclamações referentes à horas extras cresceram muito, especialmente a partir de 1982, em 1985 mais da metade das reclamações trabalhistas referiam-se a horas extras.

Através da pesquisa percebeu-se que a instabilidade de trabalho e a inexistência de vínculos formais de emprego eram dois fatores ligados entre si, ou seja, constatou-se que quanto menores eram os vínculos formais, maior era a instabilidade de emprego.

Considerando-se os salários médios dos trabalhadores agrícolas, estes aumentaram ao longo do tempo, o que não quer dizer que as condições de vida destes trabalhadores melhoraram. Inicialmente os empregados agrícolas residiam nas colônias, onde possuíam moradia, água, luz e cultivavam alimentos para consumo, além de salários monetários recebidos durante todo o ano. Com o deslocamento destes trabalhadores para as cidades os salários monetários recebidos tornaram-se superiores, porém todos aqueles outros itens não monetários, como moradia, água, luz e todos os alimentos por eles consumidos passaram a ser pagos com estes salários. Além disso, nem todos os trabalhadores conseguiam empregar-se durante todo o ano, muitos trabalhando somente nos períodos de safra. Como vimos, a pesquisa realizada em Barrinha constatou que na década de 70 o número de pessoas desnutridas e subnutridas dentre os trabalhadores que residiam nas cidades era muito superior ao número destes residentes nas colônias, ainda que as colônias já estivessem em fase de decadência.

As dificuldades enfrentadas nas cidades pelos trabalhadores temporários e as precárias condições de vida, além da exploração exercida sobre estes trabalhadores, seja através dos salários pagos, seja através das péssimas condições de trabalho, fizeram com que estes trabalhadores se mobilizassem, ainda que de forma não planejada, na Greve de Guariba. A greve de Guariba, apesar de pouco organizada e centralizada, atingiu grandes proporções e repercussão nacional abrangendo rapidamente toda a DIRA de Ribeirão Preto, além de demais regiões produtoras de açúcar do Estado de São Paulo e estados vizinhos. A partir da greve de Guariba as relações entre trabalhadores volantes e proprietários alteraram-se, os sindicatos e órgãos representativos fortaleceram-se e se generalizaram as negociações trabalhistas coletivas por parte dos bóias-frias.

Observou-se que durante o ano de 1985 o número de trabalhadores que recorriam à Justiça do Trabalho permaneceu alto, e até mesmo cresceu em relação ao ano de 1982, o que pode ser entendido como maior confiabilidade por parte dos trabalhadores agrícolas nos sindicatos que representam sua categoria e na aplicação correta das leis trabalhistas.

As modificações que ocorreram nas relações de trabalho agrícola e os direitos conquistados pelos trabalhadores da agricultura no período estudado não fizeram com que as condições de vida e de trabalho destes empregados melhorassem substantivamente, seja devido ao não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, seja devido às precárias situações social e financeira destes trabalhadores, que se viam obrigados a se submeter às condições de trabalho impostas pelos empregadores.

Apesar de ser um marco histórico para os trabalhadores volantes, devido às grandes conquistas realizadas por estes, a greve Guariba e as negociações e greves que ocorreram após esta, não foram suficientes para eliminar definitivamente da região a exploração destes empregados agrícolas. A exploração de trabalhadores agrícolas foi encontrada recentemente em usina da região, que contratava índios para o corte de cana sem ao menos oferecê-los condições de moradia dignas e salário mínimo estabelecido por lei.

Novos estudos poderão ser realizados, considerando-se as modificações que ocorreram nas relações de trabalho agrícola após a Greve de Guariba. Como visto, apesar de a categoria ter conquistado alguns direitos, as condições de vida e de trabalho dos empregados agrícolas, sejam bóias-frias ou permanentes, ainda encontram-se muito aquém do aceitável.

A representatividade da mão-de-obra empregada na agricultura também merece novos estudos, estes estudos poderão focalizar o crescimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, suas lutas e as dificuldades por estes enfrentadas na defesa dos empregados da área agrícola frente aos fazendeiros e usineiros.

As cidades da região têm se desenvolvido a taxas diferenciadas, fazendo-se necessários também novos estudos sobre as características destas cidades e as causas dos diferentes ritmos de desenvolvimento destas, destacando-se, por exemplo, cidades-dormitório em contraste com cidades nas quais as agroindústrias açucareiras se encontram instaladas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira. *Força de Trabalho e as Relações de Produção na Agricultura Canavieira do Estado de São Paulo: A Usina Junqueira.* Dissertação de Mestrado apresentada na faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Luta dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto.* Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 1991.

ALVIM, Zuleika M.F. *Brava Gente – Os Italianos em São Paulo 1870-1920.* São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1986.

BACCARIN, José Giacomo. *Trabalhadores Rurais Volantes da Região de Jaboticabal: Crescimento, Características e Aspectos Organizacionais.* Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1985.

BACELLAR, Carlos de A. Prado. Apogeu Cafeeiro na Alta Mojiana. In: BACELLAR, Carlos de A. Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (organizadores). *Na Estrada do Anhangüera-Uma Visão Regional da História Paulista.* São Paulo: Humanitas-Publicações FFCLU/USP, 1999.

BALBO, Clésio A., **DERNEIKA,** Osman e **CANTIZANI FILHO,** Antônio. *Utilização de Mão-de-obra na Agropecuária Paulista.* Ribeirão Preto, 1986.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos.* São Paulo: Pioneira, 1968.

BIAGI, Luiz Lacerda. *A Família Biagi. Os Primeiros Cem Anos 1888/1988.* São Paulo: Laserprint Editorial, 1987.

BRANDT, Vinícius C., *Do Colono ao Bóia-fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis.* Estudo CEBRAP, São Paulo: 1977.

BRIOSCHI, Lucila Reis. Caminhos do Ouro. In: BACELLAR, Carlos de A Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (organizadores). *Na Estrada do Anhangüera-Uma Visão Regional da História Paulista*. São Paulo: Humanitas-Publicações FFCLU/USP, 1999.

CACCIAMALI, Maria C. e **AGUIRRE**, Basília M.B., *Avaliação do Funcionamento de Cooperativas de Trabalhadores Agrícolas*. São Paulo, Ministério do Trabalho/FIPE, 1984.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4ª. edição, Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*. Tradução, prefácio e notas Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,1980.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 29ª. edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GNACCARINI, José César. *Latifúndio e Proletariado: Formação da Empresa e as Relações de Trabalho no Brasil Rural*. São Paulo: Polis, 1980.

GONZALEZ, Elbio N e **BASTOS** Maria I.. O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. In: ***SIMON***, Elias J. Et alii, *Mão-de-obra Volante na Agricultura*, São Paulo: Polis, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José e **GASQUES**, José Garcia . Diagnóstico Inicial do Volante em São Paulo. In: ***SIMON***, Elias J. Et alii, *Mão-de-obra Volante na Agricultura*, São Paulo: Polis, 1982.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Agricultura e Indústria: O Caso do Tomate em Taquaritinga, S.P.*, Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1977.

HASSE, Geraldo. *Filhos do Fogo – Memória Industrial de Sertãozinho 1896-1996*. Ribeirão Preto: Editora Céu e Terra, 1996.

IANNI, Octavio et alii. *Sertãozinho. Estudo de Caso: Dinâmica Populacional, Transformações Sócio-econômicas, Atuação das Instituições*. Estudos de População IV. CEBRAP, s.d..

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Econômico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços de São Paulo – Censo Agrícola 1920.*

___ *Censo Econômico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços de São Paulo – Censo Agrícola 1940.*

___ *Censo Agrícola de São Paulo 1950.*

___*Censo Agrícola de São Paulo 1960.*

___ *Censo Agropecuário de São Paulo 1970.*

___ *Censo Agropecuário de São Paulo 1975.*

___ *Censo Agropecuário de São Paulo 1980.*

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Recenseamento Geral do Brasil 1950. Estado de São Paulo-Censo Demográfico.*

___ *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1960.*

___ *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1970.*

___ *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1980.*

___ *Censo Demográfico 2000. Resultados Preliminares.*

KAGEYAMA, Ângela A. (coord.). *A Dinâmica da Agricultura Brasileira 1965/1985.* Campinas, s.d.

___e **GRAZIANO DA SILVA**, José. *Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70.* In: *Textos sobre economia Agrícola*, UNICAMP, Campinas, 1983.

MARINO, Divo . *Orquídeas para Lincoln Gordon – Depoimento Sobre o Golpe de 64.* Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda, 1998.

MARTINEZ-ALIER, V., As Mulheres no Caminhão de Turma. In PINSKY, J., org. *Capital e Trabalho no Campo.* São Paulo, Hucitec, 1977.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra.* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1982.

MELLO, Maria C. D., *O Bóia Fria: Acumulação e Miséria.* 4ª. edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

___ *O movimento de Guariba e o Papel Acelerador da Crise Econômica.* Política e Administração, *Rio de Janeiro: 1. jul/set, 1985.*

MELO, Fernando H. de, e **FONSECA,** Eduardo G. da, *Proálcool, Energia e Transportes.* Estudos Econômicos FIPE, São Paulo: Pioneira, 1982.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e Outros Ensaios.* São Paulo: Coleção Departamento da Cultura, 1939.

MINC, Carlos. *A Reconquista da Terra-Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Justiça Investiga Usina por Trabalho Indígena.* São Paulo, 30/05/2001. Disponível no site www.estado.estadao.com.br.

PAIVA, Rui M.; **SCHATTAN**, S.; **FREITAS**, C.F.T.. *Setor Agrícola do Brasil: Comportamento Econômico, Problemas e Possibilidades.* São Paulo: Forense-Universitária/USP, 1976.

PESSOA, Maria José Silveira. *Determinantes de Diferenciais de Salário e Produtividade no Corte de Cana-de-açúcar na Região de Ribeirão Preto.* Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa para obtenção de título de mestre, Viçosa, 1994.

PETRONE, *Maria Thereza S.*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, t.2, v.3

PRADO JR., Caio, *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

PIRES, Júlio Manuel. Crise e Recuperação: As Décadas de 1930 a 50. In: BACELLAR, Carlos de A. Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (organizadores). *Na Estrada do Anhangüera-Uma Visão Regional da História Paulista.* São Paulo: CERU/Humanitas-Publicações FFCLU/USP, 1999.

ROSSINI, Rosa Ester. Internacionalização e Modernização: Os Anos 60 a 80. In: BACELLAR, Carlos de A. Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (organizadores). *Na Estrada do Anhangüera-Uma Visão Regional da História Paulista.* São Paulo: CERU/Humanitas-Publicações FFCLU/USP, 1999.

SABÓIA, Lúcia Helena de. *O Mundo do Volante: Trabalhadores Rurais de Cravinhos.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1974.

SALLUM JúNIOR, Brasílio João. *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930.* São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, Plínio Travassos. História de Ribeirão Preto, *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, 1919.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Planejamento Regional. *Municípios e Distritos do Estado de São Paulo.* Instituto Geográfico e Cartográfico. São Paulo: IGC, 1995.

___ *Trabalho Volante na Agricultura Paulista.* São Paulo: 1978.

SILVA, J.G. e **RODRIGUES,** Vera L.G.S., *A Problemática do "Bóia-fria": uma Revisão Bibliográfica.* In: ***SIMON,*** Elias J. Et alii, *Mão-de-obra Volante na Agricultura,* São Paulo: Polis, 1982.

TOYAMA, Nelson Kazaki. *Crescimento Agrícola e Emprego: Caso da Região de Ribeirão Preto nos Anos 70.* Dissertação apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

VERDADE, *Índios Mantidos em Condições Subhumanas em Barracão de Usina.*Ribeirão Preto, 30/05/2001, pp. 8 e 9.

VILLELA, A. V. E **SUZIGAN,** W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945.* 2ª. edição, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

WALKER, Thomas W. O Surgimento do Populismo no Brasil: um Estudo do Município de Ribeirão Preto. *Revista de Ciência Política,* Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978, vol. 21 pp. 73-94.

WILCH, Cliff. The Seed was Planted The São Paulo Roots of Brazil's. Rural Labor Movement, 1924-1964. Published by the Pennsylvania State University Press. University Park, Pennsylvania, 1999.

ZAMBONI, Ernesta. *O Processo de Formação e Organização da Rede Fundiária da Área de Ribeirão Preto (1874 a 1900) - uma contribuição ao estudo de estrutura fundiária.* Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção de título de mestre. São Paulo, 1978.

___ *A Formação da Rede Fundiária na Área de Ribeirão Preto (1874 a 1900): as famílias Reis e Junqueira.* Texto para discussão no Seminário Permanente de Estudo da família e da População no Passado Brasileiro.

ANEXOS

Tabela I

MUNICÍPIOS PERTENCENTES À MICRO-REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Por ordem cronológica de criação

Município	Data de criação	Desmembrado de
São Simão	1865	Casa Branca
Ribeirão Preto	1871	São Simão
Santa Rita do Passa Quatro	1894	São Simão
Sertãozinho	1896	Ribeirão Preto
Cravinhos	1897	Ribeirão Preto
Jardinópolis	1898	Batatais
Santa Rosa do Viterbo	1910	São Simão
Serra Azul	1927	São Simão
Pontal	1935	Sertãozinho
Sales Oliveira	1944	Orlândia/Jardinópolis
Serrana	1948	Cravinhos
Barrinha	1953	Sertãozinho
Luís Antônio	1959	São Simão
Dumont	1964	Ribeirão Preto
Pradópolis	1964	Guariba

Fonte: Instituto Cartográfico e Geográfico, 1995

Tabela II

PRODUÇÃO DE CAFÉ - MICRO REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO E ESTADO

Município	Quantidade (t)							
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Barrinha	X	X	X	833	3	#	1	1
Cravinhos	4.161	3.446	2.100	4.136	1.044	1.822	3.170	3.557
Dumont	X	X	X	X	130	236	49	215
Jardinópolis	3.424	2.487	1.474	1.316	718	350	503	409
Luís Antônio	X	X	X	1.374	221	346	488	675
Pontal	X	116	54	8	2	0	#	2.111
Pradópolis	X	X	X	X	40	#	#	-
Ribeirão Preto	11.116	6.604	3.407	10.113	1.675	1.412	2.925	719
Sales Oliveira	X	X	1.427	3.492	265	305	2.152	-
Sta.Rita do P.Quatro	3.571	1.047	845	897	806	582	1.141	1.372
Sta.Rosa de Viterbo	1.148	218	261	386	71	177	260	440
São Simão	6.642	2.078	2.028	1.685	784	706	967	461
Serra Azul	X	734	524	771	109	202	924	647
Serrana	X	X	1.154	793	581	481	1.621	529
Sertãozinho	1.962	1.250	637	1.283	40	99	4	3
Total micro região	32.024	17.980	13.911	27.087	6.489	6.718	14.205	11.145
Estado	###	724.949	864.862	1.344.918	466.757	849.728	793.870	########

Fonte: Recenseamento do Brazil, 1920-Agricultura; Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comal. e dos Serviços 1940-Agrícola; Agrícolas 1950 e 60 e Agropecuários, 1970,75, 80 e 85, IBGE.

O dado de acordo com a declaração do informante não existe

Dado não coletado

0 o fenômeno existe, mas não atinge a unidade adotada na tabela

X - Não era considerado município, data de criação do muncípio posterior a 1920

Tabela III

RESUMO DOS PRINCIPAIS DADOS COLETADOS NOS PROCESSOS TRABALHISTAS DA PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE RIBEIRÃO PRETO

ANO	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
PROCESSOS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS	189	197	772	355	243	106	67	172	324
TOTAL DE PROCESSOS	756	821	2144	2298	1816	1499	1721	2446	3250
TIPO DE VÍNCULO	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Arrendatário	0	0	6	0	1	0	1	5	2
Proprietário	187	186	703	315	208	99	45	103	265
Empreiteiro	2	11	56	40	34	7	16	58	25
Ambos	0	0	7	0	0	0	5	6	32
RESIDÊNCIA	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Campo	159	148	510	204	94	45	18	26	48
Cidade	30	48	262	151	149	61	49	146	276
Sem Residência	0	1	0	0	0	0	0	0	0
FORMA DE PAGAMENTO	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Diária	54	95	343	176	79	36	20	70	97
Colono	94	47	75	6	13	5	2	4	3
Mensal	28	38	202	121	102	56	27	73	94
Tarefa e diária ou empreita	11	13	130	35	24	4	7	6	57
Produção	2	4	22	17	25	5	11	19	73
TEMPO DE SERVIÇO (MÉDIA EM MESES)	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
	38,31	38,50	38,76	35,67	48,89	87,32	60,81	36,39	24,97
SALÁRIO (MÉDIO EM DÓLAR)	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
	21	19,61	21,28	26,7	35	60,74	122,25	120,03	94,08
MOTIVO DA RECLAMAÇÃO	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Descanso Semanal Remunerado	48	66	216	77	109	30	28	82	98
Aviso Prévio	31	94	464	263	151	55	40	137	249
Férias	124	114	339	174	193	80	55	161	297
Décimo Terceiro Mês	0	0	495	282	192	81	56	157	297
Indenização	12	4	182	156	67	42	30	61	169
Horas Extras	29	4	95	110	20	12	10	68	163
Diferença Salarial	132	114	577	197	106	9	13	51	91
Saldo Salaria	25	54	137	82	51	32	25	46	77
Desconto Indevido	2	9	10	2	5	1	1	1	7
Pré-Julgado 20/66	0	0	0	0	75	20	26	51	71
Outros	2	1	10	20	20	21	26	25	125
Anotação CTPS	0	0	0	0	13	7	16	34	87

Tabela IV

PROCESSOS TRABALHISTAS ANO 1958 - TRABALHADORES RURAIS
PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE RIBEIRÃO PRETO

NUM PROC	DATA DO PROC.	RECLAMADO	ARREND (0) PROP (1) EMPREIT (2) AMBOS (3)	ATIVIDADES :CAFÉ (1) CANA (2) OUTRAS CULTURAS (3) PECUÁRIA (4) OUTROS (5)	PRIMEIRO RECLAMANTE	NÚM. RECLAMANTES	> 18 ANOS	RESIDÊNCIA	CAMPO (1) CIDADE (2) SEM RESIDÊNCIA (3)
1	08/01/58	Faz. Tamanduazinho	1	1	José Ferreira Marques	2	0	Faz. Santa Iria Rib. Preto	1
2	08/01/58	Faz. São José do Fernão	1	1	Gerônimo dos Santos	3	2	Faz. São Sebastião do Baixadão Rib. Preto	1
3	08/01/58	Faz. São Pedro	1	1	Porcina Rodrigues	4	2	Faz. São Pedro Serrana	1
4	08/01/58	Faz. Baixadão do Paiva	1	1	Sebastião Fernandes	1	0	Faz. Vila Maria Sertãozinho	1
5	08/01/58	Faz. Palmital	1	3	Luiz Braga	2	0	Batatais	2
6	08/01/58	Faz. São João	1	1	José Sipriano	3	1	Faz. Matão Rib. Preto	1
8	13/01/58	Faz. Figueira	1	2	Pedro Ignácio	1	0	Faz. Figueira Serrana	1
22	14/01/58	Faz. Santo André	1	3	Francisco Rizzi	1	0	Faz. Santo André Cravinhos	1
23	14/01/58	Faz. São Pedro	1	1	Salvador Pinhanelli	1	0	Faz. Maravilha Serrana	1
27	15/01/58	Santo Roncolato	1	1	Manoel Farias	5	2	Sítio Tamanduá Cravinhos	1
29	15/01/58	Faz. Bela Vista	1	1	Francisco Sebastião de Oliveira	2	0	Faz. Serra Rib. Preto	1
36	23/01/58	Faz. Santa Maria	1	1	Luiz Valentuci	4	2	Faz. Nova Junqueira Pradópolis	1
37	23/01/58	Faz. Lagoa da Serra	1	3	Angelo Campione	1	0	Faz. Lagoa da Serra Sertãozinho	1
38	23/01/58	Faz. Cachoeira	1	1	Jerônimo Pereira	3	0	Faz. Cachoeira Batatais	1
46	24/01/58	Abílio Miranda	2	2	Ana Folini Félix	1	0	Jardinópolis	2
48	24/01/58	Faz. Santa Terezinha	1	1	Benedito Barbosa	2	0	Faz. Santa Terezinha Rib. Preto	1
51	24/01/58	Faz. Porangaba	1	3	Geraldo Oliveira Santos	1	0	Faz. São Pedro Jardinópolis	1
52	24/01/58	Faz. Porangaba	1	3	Geraldo Oliveira Santos	1	0	Faz. São Pedro Jardinópolis	1
55	27/01/58	Faz. Paraízo	1	3	Paulo Kazumoto	1	0	Faz. Paraízo Serra Azul	1
57	27/01/58	Faz. São João	1	2	Manoel Faria	1	0	Faz. São João Cravinhos	1
65	30/01/58	Faz. São Pedro	1	1	Wilson Freiria	1	0	Faz. São Pedro Jardinópolis	1
66	30/01/58	Faz. Da Barra	1	1	Antônio Ferreira dos Santos	1	0	Faz. Da Barra Jardinópolis	1

LEGENDAS FORMA DE PAGAMENTO	LEGENDAS RECLAMAÇÕES :		LEGENDAS VEREDITO:
DIÁRIA (1)	REMUNERADO (a)	SALDO SALARIAL (h)	PROCEDENTE (1)
COLONO (2)	AVISO PRÉVIO (b)	DESCONTO INDEVIDO (i)	PROCED. EM PARTE (2)
MENSAL (3)	FÉRIAS (c)	PRÉ JULGADO 20/66 (j)	ARQUIV. POR DESIST.(3)
TAREFA E DIÁRIA OU EMPREITA (4)	DÉCIMO TERCEIRO MÊS (d)	OUTROS (k)	ARQUIVADO (4)
PRODUÇÃO (5)	INDENIZAÇÃO (e)	ANOTAÇÃO CTPS (L)	IMPROCEDENTE (5)
	HORAS EXTRAS (f)		6)
	DIFERENÇA SALARIAL (g)		CONCILIADO (7)

NÚM. PROCES	ADMISSÃO	DEMISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO (MESES)	SALÁRIO MENSAL (US$)	FORMA DE PAGTO	MOTIVO DA RECLAMAÇÃO												VEREDITO	VALOR RECLAMADO (US$)	VALOR FINAL (US$)	% RECEBIDO DO TOTAL RECLAMADO
						a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	L				
1	05/03/57	08/01/58	10,30	15,15	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	610,33	0,00	0,00%
2	19/08/56	19/09/57	13,20	22,22	2	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	869,63	0,00	0,00%
3	01/09/54	08/01/58	40,83	18,95	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	235,79	0,00	0,00%
4	01/08/54	30/12/55	17,20	44,12	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	97,06	0,00	0,00%
5	01/11/55	05/12/56	13,33	27,27	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	805,36	60,61	7,53%
6	01/10/54	30/08/56	23,30	23,68	2	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	130,07	24,47	18,82%
8	12/10/57	22/12/57	2,37	23,33	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	14,56	5,56	38,17%
22	01/11/46	30/07/56	118,63	18,52	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	395,19	61,73	15,62%
23	12/10/52	05/10/57	60,63	26,47	3	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	658,58	88,24	13,40%
27	01/11/57	15/01/58	2,50	22,11	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	52,63	21,05	40,00%
29	01/11/55	31/10/57	24,33	17,86	3	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	255,81	76,19	29,78%
36	10/11/30	13/03/56	308,50	47,95	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	361,64	0,00	0,00%
37	01/12/56	17/01/58	13,73	21,05	3	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	235,79	0,00	0,00%
38	01/10/56	18/10/57	12,73	17,86	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	1.083,10	35,71	3,30%
46	01/06/50	23/01/58	93,10	31,58	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	425,59	210,53	49,47%
48	20/09/57	13/01/58	3,83	18,95	3	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	4	175,39	0,00	0,00%
51	15/08/55	30/03/56	7,60	43,84	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	43,84	21,92	50,00%
52	20/08/57	21/01/58	5,13	26,32	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	87,59	21,05	24,04%
55	11/11/57	27/01/58	2,57	15,79	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	157,89	157,89	100,00%
57	07/01/58	18/01/58	0,37	25,26	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	11,50	5,26	45,77%
65	18/10/56	30/01/58	15,63	20,00	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	172,04	105,26	61,19%
66	01/01/56	30/01/58	25,33	18,95	3	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	371,42	210,53	56,68%

NUM PROC	DATA DO PROC.	RECLAMADO	ARREND (0) PROP (1) EMPREIT (2) AMBOS (3)	ATIVIDADES :CAFÉ (1) CANA (2) OUTRAS CULTURAS (3) PECUÁRIA (4) OUTROS (5)	PRIMEIRO RECLAMANTE	NÚM. RECL. AMANTES	> 18 ANOS	RESIDÊNCIA	CAMPO (1) CIDADE (2) SEM RESIDÊNCIA (3)
67	30/01/58	Faz. Lagoa da Serra	1	3	Armelindo da Cunha	2	0	Faz. Lagoa da Serra Sertãozinho	1
71	31/01/58	Faz. Bela Vista	1	1	Elvira Tolentino	1	0	Faz. Bela Vista Pontal	1
73	03/02/58	Faz. São Luis	1	1	José Inácio Lopes	1	0	Faz. Estrela Doeste São Simão	1
75	03/02/58	Faz. São Miguel	1	1	Messias Alves Pereira	1	0	Faz. São Miguel Sertãozinho	1
78	04/02/58	Faz. São Joaquim	1	1	Arlindo Defende	4	0	Faz. São Pedro Rib. Preto	1
79	04/02/58	Faz. Buenópolis	1	1	Arlindo Defende	6	0	Faz. São Pedro Rib. Preto	1
81	04/02/58	Faz. Sobrado	1	1	João Ferreira	3	0	Faz. Dobrado Dumont	1
84	06/02/58	Faz. São Pedro	1	1	Oscar Domingos	13	2	Jardinópolis	2
90	07/02/58	Wilson Lamonato	1	4	Gabriel Garcia Tostes	1	0	Jardinópolis	2
95	11/02/58	Faz. Santa Helena	1	1	Higini Povanez	2	0	Bonfim Paulista	2
98	11/02/58	Faz. São Miguel	1	1	Natalino Neves	4	0	Faz. São Miguel Sertãozinho	1
101	13/02/58	Faz. Santa Helena	1	1	José Lourenço	1	0	Bonfim Paulista	2
114	21/02/58	Ricardo Cantulino	2	2	José Mariano	1	0	Pitangueiras	2
119	25/02/58	Faz. Transwaal	1	1	João Batista de Paula	4	0	Faz. Transwaal Serrana	1
128	28/02/58	Faz. Santa Clara	1	1	José da Cruz	1	0	Faz. Santa Clara São Simão	1
131	28/02/58	Pedro Moreira	2	2	Antônio Jairo Pavelqueires	1	0	Rib. Preto	2
135	03/03/58	Faz. Lagoa da Serra	1	2	Mário Monteiro	1	0	Usina Santo Antônio Sertãozinho	1
141	04/03/58	Faz. São José do Fernão	1	1	Jerônimo dos Santos	3	2	Faz. Espraiado Serrana	1
142	04/03/58	Faz. Santa Adelaide	1	1	Sebastião Fernandes	1	0	Faz. Vila Maria Sertãozinho	1
152	11/03/58	Faz. Amália	1	2	Ricardo Milani	1	0	Tambaú	2
154	12/03/58	Faz. Santa Rita	1	4	Miguel Alexandre	1	0	Sítio Santa Helena Brodosqui	1
155	12/03/58	Faz. Santa Maria do Morro Selado	1	3	Amâncio Barbosa	1	0	Brodosqui	2
160	12/03/58	Atílio Balbo	1	2	José Monteito	2	0	Faz. Santa Cândida Sertãozinho	1
169	17/03/58	Antônio Dirineu	2	2	Benedito Roque	1	0	Sem residência	3
177	18/03/58	Faz. São Miguel	1	1	José Pedro Leme	2	0	Faz. São Miguel Sertãozinho	1
180	19/03/58	Faz. Santa Helena	1	1	José Lourenço	1	0	Bonfim Paulista	2
193	27/03/58	Faz. Invernada	1	1	Manoel Franco da Siilva	4	2	Faz. Santa Iria Rib. Preto	1
194	27/03/58	Faz. Contendas	1	2	José Euclides da Silva	2	0	Faz. Contendas Pontal	1
195	27/03/58	Faz. Da Barra	1	1	Pedro Pereira	1	0	Faz. Da Barra Jardinópolis	1
201	01/04/58	Faz. Chapadão	1	4	Vitalino José da Silva	1	0	Batatais	2

NÚM. PROCES	ADMISSÃO	DEMISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO (MESES)		FORMA DE PAGTO	MOTIVO DA RECLAMAÇÃO												VEREDITO	VALOR RECLAMADO (US$)	VALOR FINAL (US$)	% RECEBIDO DO TOTAL RECLAMADO
						a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	L				
67	01/05/55	30/01/58	33,50	25,26	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	350,18	0,00	0,00%
71	14/04/36	13/01/58	264,80	18,95	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	157,89	0,00	0,00%
73	20/06/55	07/09/57	27,00	24,69	3	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	317,82	49,38	15,54%
75	01/03/56	31/01/58	23,37	26,32	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	206,32	0,00	0,00%
78	01/10/55	04/11/56	13,33	26,47	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	48,53	0,00	0,00%
79	04/11/56	04/11/57	12,17	27,27	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	50,00	0,00	0,00%
81	25/06/57	03/02/58	7,43	18,18	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	252,53	35,35	14,00%
84	24/06/57	29/07/57	1,17	41,10	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	163,77	36,99	22,58%
90	01/10/57	30/10/57	0,97	24,76	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	24,76	11,90	48,08%
95	06/10/57	08/02/58	4,17	21,21	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	150,88	101,01	66,95%
98	01/10/43	11/02/58	174,90	21,21	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2.333,37	0,00	0,00%
101	06/10/57	08/02/58	4,17	21,21	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	67,58	0,00	0,00%
114	20/05/56	08/10/57	16,87	32,14	5	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	10,71	0,00	0,00%
119	06/07/56	25/02/58	19,97	18,18	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	796,51	0,00	0,00%
128	22/07/56	28/02/58	19,53	16,67	3	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	3	323,23	0,00	0,00%
131	22/11/57	28/02/58	3,27	36,36	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	6,34	6,34	100,00%
135	24/09/57	01/02/58	4,33	40,40	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	146,46	0,00	0,00%
141	01/10/56	30/10/57	13,13	23,81	3	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	910,45	0,00	0,00%
142	01/10/55	30/09/56	12,17	16,90	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	191,68	0,00	0,00%
152	01/09/42	01/11/57	184,67	39,56	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5	1.226,37	0,00	0,00%
154	13/10/55	01/10/57	23,97	19,64	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	347,86	107,14	30,80%
155	01/02/56	20/09/57	19,90	27,78	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	489,46	86,42	17,66%
160	13/11/57	24/02/58	3,43	24,24	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	101,01	20,20	20,00%
169	03/01/58	25/01/58	0,73	31,58	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	16,05	0,00	0,00%
177	05/03/58	06/03/58	0,03	19,81	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	60,38	0,00	0,00%
180	10/10/57	08/02/58	4,03	21,21	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	90,51	20,20	22,32%
193	28/08/55	15/10/56	13,80	26,47	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	1.142,01	0,00	0,00%
194	01/05/55	01/01/58	32,53	15,79	4	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	607,38	0,00	0,00%
195	02/10/54	27/03/58	42,40	16,98	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	94,34	94,34	100,00%
201	21/02/57	01/04/58	13,47	15,25	3	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	239,73	0,00	0,00%

NUM PROC	DATA DO PROC.	RECLAMADO	ARREND (0) PROP (1) EMPREIT (2) AMBOS (3)	ATIVIDADES :CAFÉ (1) CANA (2) OUTRAS CULTURAS (3) PECUÁRIA (4) OUTROS (5)	PRIMEIRO RECLAMANTE	NÚM. RECL. AMANTES	> 18 ANOS	RESIDÊNCIA	CAMPO (1) CIDADE (2) SEM RESIDÊNCIA (3)
206	07/04/58	Faz. SãoJoaquim	1	1	Sebastião Braz da Silva	1	0	Faz. São Joaquim Luiz Antônio	1
207	07/04/58	Sítio Santo Antônio	1	3	Paulino Gaspar	1	0	Cravinhos	2
208	07/04/58	Sítio Santo Antônio	1	3	Antônio Benjamim Madureiro	1	0	Cravinhos	2
211	08/04/58	Faz. Boa Vista	1	5	Alberto Rocha	1	0	Faz. Boa Vista Rib. Preto	1
218	09/04/58	Faz. Da Barra	1	1	José Maria Pereira	1	0	Jardinópolis	2
220	10/04/58	Faz. Antonina	1	1	José Nicolau	4	0	Faz. Santa Adelaide Rib. Preto	1
221	10/04/58	Faz. Santana	1	1	José Nicolau	4	0	Faz. Santa Adelaide Rib. Preto	1
228	14/04/58	Faz. Porangaba	1	1	Geraldo Silva	3	0	Faz. Bom Jesus Jardinópolis	1
231	15/04/58	Faz. São Pedro	1	1	Primo Pegorano	1	0	Faz. São Pedro Sertãozinho	1
234	15/04/58	Faz. Estrela Doeste	1	1	Sebastião Santos	1	0	Faz. Estrela Doeste São Simão	1
239	16/04/58	Faz. Iguapé	1	1	Manoel Vicente Ferreira	4	2	Faz. Brejinho Bonfim Paulista	1
252	22/04/58	Clemente Fernandes	2	3	Antônio Fagundes Gouveia	6	0	Jardinópolis	2
255	23/04/58	Chác. Parque Santo Antônio	1	5	Joaquim Alves Pitangui	1	0	Ribeirão Preto	2
263	28/04/58	Francisco Gabba	2	2	Wilson Freiria	1	0	Jardinópolis	2
264	28/04/58	Faz. São Claudio	1	1	José Moreira Borges	2	0	Faz. Da Barra Jardinópolis	1
266	29/04/58	Faz. São Pedro	1	1	Nelson Soares	1	0	Faz. São Pedro Sertãozinho	1
268	30/04/58	Faz. Transwaal	1	1	João Ulian	1	0	São Simão	2
273	05/05/58	Faz. Vila Maria	1	1	Sebastião Fernandes	1	0	Faz. Vila Maria Sertãozinho	1
275	06/05/58	Faz. São Pedro	1	1	Pedro Tomaella	1	0	Faz. São Pedro Sertãozinho	1
281	07/05/58	Faz. São Geraldo	1	2	Antônio Conde	1	0	Faz. São Geraldo Sertãozinho	1
283	08/05/58	Faz. Boa Vista	1	3	Joaquim Teodoro	1	0	Faz. Algodoal Dumont	1
284	08/05/58	Faz. Nova Junqueira	1	3	Geraldo Paiva da Silva	1	0	Rib. Preto	2
296	13/05/58	Faz. Da Barra	1	1	Delmiro Alves da Silva	1	0	Faz. Campo Alegre Jardinópolis	1
302	16/05/58	Angelo Pascoal	2	1	Teotônio Pedro Leme	1	0	Jardinópolis	2
309	19/05/58	Faz. Da Barra	1	1	Alvino Alves da Silva	4	1	Faz. Campo Alegre Jardinópolis	1
310	20/05/58	Faz. São Pedro	1	1	Nelson Soares	1	0	Faz. Boa Fé Sertãozinho	1
319	23/05/58	Faz. São Pedro	1	1	Sebastião Cardosos	1	0	Faz. Guerra Dumont	1
321	23/05/58	Faz. Lage	1	4	Anésio Bardella	1	0	Brodosqui	2
330	27/05/58	Agro Indal. Amália S/A	1	2	Vicente Domingos de Almeida	1	0	Faz. Amália Santa Rosa de Viterbo	1

NÚM. PROCES	ADMISSÃO	DEMISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO (MESES)	SALÁRIO MENSAL (US$)	FORMA DE PAGTO	MOTIVO DA RECLAMAÇÃO												VEREDITO	VALOR RECLAMADO (US$)	VALOR FINAL (US$)	% RECEBIDO DO TOTAL RECLAMADO
						a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	L				
206	14/11/57	07/04/58	4,80	6,78	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	7	84,75	12,71	15,00%
207	01/02/58	01/03/58	0,93	28,30	3	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	38,68	9,43	24,39%
208	15/01/58	02/04/58	2,57	42,37	3	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	127,12	12,71	10,00%
211	01/06/57	01/10/57	4,07	22,02	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	88,45	0,00	0,00%
218	24/02/58	01/04/58	1,20	25,71	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4	7,63	0,00	0,00%
220	01/09/56	30/10/57	14,13	21,43	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	1.347,14	23,81	1,77%
221	01/11/55	01/10/56	11,17	26,47	3	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	435,29	29,41	6,76%
228	20/08/54	05/07/56	22,83	22,22	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	187,96	18,52	9,85%
231	01/08/53	01/04/58	56,80	12,71	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	7	152,54	33,90	22,22%
234	02/07/56	05/04/58	21,40	12,71	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	50,85	49,66	97,67%
239	01/09/55	01/10/56	13,20	26,47	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	897,69	32,35	3,60%
252	13/03/58	17/04/58	1,17	25,42	5	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	97,75	97,75	100,00%
255	05/07/56	17/04/58	21,70	21,19	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	56,21	18,64	33,17%
263	21/02/58	27/04/58	2,17	17,80	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	4	42,31	0,00	0,00%
264	01/09/55	06/10/56	13,37	26,47	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	502,10	102,94	20,50%
266	01/10/49	29/04/58	104,40	17,80	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	140,96	0,00	0,00%
268	01/04/57	02/04/58	12,20	18,31	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	97,60	0,00	0,00%
273	01/09/57	28/04/58	7,97	17,80	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	49,49	0,00	0,00%
275	01/09/55	06/05/58	32,60	15,91	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	48,48	0,00	0,00%
281	01/10/55	02/05/58	31,47	22,73	4	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	228,98	0,00	0,00%
283	01/03/58	14/04/58	1,47	12,71	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	9,84	0,00	0,00%
284	10/11/57	14/12/57	1,13	27,78	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11,11	11,11	100,00%
296	01/11/56	01/11/57	12,17	19,78	2	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	251,74	164,84	65,48%
302	01/10/57	16/05/58	7,57	25,00	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	2,86	2,86	100,00%
309	01/11/56	30/10/57	12,10	21,43	2	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	2.306,55	32,93	1,43%
310	01/11/49	17/05/58	103,97	15,91	3	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	36,17	0,00	0,00%
319	11/10/56	01/04/58	17,90	15,25	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	1.067,06	0,00	0,00%
321	20/12/56	22/05/58	17,27	20,45	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	7	89,69	22,73	25,34%
330	02/05/55	09/05/58	36,77	26,52	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	7	113,89	26,52	23,28%

NUM PROC	DATA DO PROC.	RECLAMADO	ARREND (0) PROP (1) EMPREIT (2) AMBOS (3)	ATIVIDADES :CAFÉ (1) CANA (2) OUTRAS CULTURAS (3) PECUÁRIA (4) OUTROS (5)	PRIMEIRO RECLAMANTE	NÚM. RECL AMAN TES	> 18 ANOS	RESIDÊNCIA	CAMPO (1) CIDADE (2) SEM RESIDÊNCI A (3)
333	28/05/58	Sítio Bela Vista	1	3	Antônio Rodrigues de Lima	1	0	Sítio Bela Vista Jardinópolis	1
337	29/05/58	Faz. Contendas	1	3	Francisco Gonzaga da Cruz	3	0	Faz. Contendas Batatais	1
339	30/05/58	Domingos Borsato	1	5	Dulciso Gomes de Lima	1	0	Jardinópolis	2
347	02/06/58	Usina Amália	1	2	José Ramos de Azevedo	1	0	Faz. Fonseca São Simão	1
351	04/06/58	Faz. Amália	1	2	Valzira Angélica Areias	1	0	Faz. Amália Santa Rosa de Viterbo	1
357	09/06/58	Faz. Barreiro	1	1	Oscarina Vitória Crispim	1	0	Faz. Barreiro São Simão	1
362	11/06/58	Faz. Santa Maria	1	1	José Rodrigues Costa	1	0	Sítio Monte Belo Brodosqui	1
365	12/06/58	Faz. Boa Vista	1	1	Joaquim José Magalhães	3	2	Faz. Aurora Bonfim Paulista	1
372	16/06/58	Faz. Baixadão do Paiva	1	1	Benedito José de Souza	3	1	Rib. Preto	2
373	17/06/58	Faz. Olhos D'Agua	1	1	José Carlos	2	0	Faz. Santa Luiza Sertãozinho	1
375	17/06/58	Faz. Cravinhos	1	1	Paulo de Lima	1	0	Faz. Cravinhos Cravinhos	1
378	18/06/58	Faz. Desengano	1	2	Luiz Senhorini	1	0	Faz. Desengano Pontal	1
382	20/06/58	Manoel Ramos	1	3	Antônio Paulino	1	0	Faz. Capão da Cruz Guatapará	1
389	24/06/58	Agro Indal. Amália S/A	1	2	Sudário da Silva	1	0	Faz. Amália Santa Rosa de Viterbo	1
391	24/06/58	Faz. Da Serra	1	1	João Antônio Jordão	3	1	Jardinópolis	2
392	24/06/58	Faz. Santa Maria	1	1	Sebastião Peres	1	0	Brodosqui	2
398	27/06/58	Faz. Goiabal	1	4	Sebastião Flausino	1	0	Jardinópolis	2
399	27/06/58	Faz. Campo Alegre	1	1	José Marcelino Vieira	1	0	Cravinhos	2
401	30/06/58	Oscar de Moura Lacerda	1	3	João Manoel Brasil	1	0	Rib. Preto	2
402	01/07/58	Faz. Santa Adelaide	1	1	José Nicolau	4	0	Faz. Santa Adelaide Rib. Preto	1
407	02/07/58	Faz. Alto Alegre	1	1	Waldomiro Rodrigues	1	0	Faz. Barra Funda Brodosqui	1
408	02/07/58	Faz. São Carlos	1	1	Benedito Rodrigues da Silva	4	2	Faz. Barra Funda Brodosqui	1
411	04/07/58	Faz. Aliança	1	1	Joaquim Ferreira dos Santos	2	0	Faz. Cachoeira Batatais	1
423	07/07/58	Faz. Santa Luiza	1	2	Francisco Barchiglia	1	0	Jardinópolis	2
433	14/07/58	Faz. Palmital	1	1	Júlio Pereira	1	0	Faz. Palmital Sertãozinho	1
439	16/07/58	Sítio Morumbi	1	3	José Ventreschi	3	1	Sítio Morumbi Bonfim Paulista	1
446	18/07/58	Faz. Do Alho	1	1	Geraldo Barreiro	1	0	Batatais	2
451	24/07/58	Faz. Esperança	1	1	Osvaldo Vitorino	1	0	Brodosqui	2

NÚM. PROCES	ADMISSÃO	DEMISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO (MESES)		FORMA DE PAGTO	MOTIVO DA RECLAMAÇÃO												VEREDITO	VALOR RECLAMADO (US$)	VALOR FINAL (US$)	% RECEBIDO DO TOTAL RECLAMADO
						a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	L				
333	01/06/54	28/05/58	48,57	15,91	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	264,65	189,39	71,56%
337	01/03/54	20/05/58	51,37	11,36	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	394,75	75,76	19,19%
339	01/12/57	05/01/58	1,17	22,11	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	33,68	0,00	0,00%
347	22/06/57	14/05/58	10,87	19,55	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	59,78	0,00	0,00%
351	05/05/57	14/05/58	12,47	13,64	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	71,67	18,94	26,42%
357	13/12/55	14/03/58	27,40	18,87	3	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	203,77	47,17	23,15%
362	08/09/53	10/08/57	47,73	21,43	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	681,46	259,74	38,12%
365	30/09/54	01/11/57	37,60	20,88	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	210,99	0,00	0,00%
372	06/06/50	17/09/57	88,67	22,22	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	178,02	37,04	20,80%
373	01/09/52	31/10/57	62,87	23,81	2	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	640,24	238,10	37,19%
375	13/10/57	13/06/58	8,10	14,93	2	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	74,63	0,00	0,00%
378	28/02/47	16/06/58	137,53	15,67	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	74,63	44,78	60,00%
382	02/03/58	20/05/58	2,63	22,73	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	11,36	3,26	28,67%
389	04/08/42	31/08/57	183,53	38,96	4	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	129,87	90,91	70,00%
391	23/05/55	24/06/58	37,60	14,93	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	59,70	29,85	50,00%
392	20/05/55	30/06/57	25,73	22,30	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	296,11	67,57	22,82%
398	21/04/58	23/06/58	2,10	11,94	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	28,97	14,93	51,52%
399	10/01/58	31/05/58	4,70	18,18	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	55,53	0,00	0,00%
401	28/09/57	01/11/57	1,13	16,48	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	54,95	10,99	20,00%
402	01/11/57	25/06/58	7,87	13,43	2	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	6	849,12	0,00	0,00%
407	15/04/56	01/05/57	12,70	25,00	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	255,12	69,44	27,22%
408	01/09/57	10/07/58	10,40	8,89	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	597,90	0,00	0,00%
411	04/10/57	10/05/58	7,27	11,36	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	75,76	75,76	100,00%
423	01/10/52	31/10/56	49,70	27,94	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	125,13	32,35	25,86%
433	15/08/57	04/07/58	10,77	11,85	2	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	4	203,02	0,00	0,00%
439	03/08/54	14/07/58	48,03	14,81	3	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	441,79	0,00	0,00%
446	01/09/55	01/09/57	24,37	19,75	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	889,67	89,50	10,06%
451	15/09/57	28/06/58	9,53	11,94	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	170,93	74,63	43,66%

NUM PROC	DATA DO PROC.	RECLAMADO	ARREND (0) PROP (1) EMPREIT (2) AMBOS (3)	ATIVIDADES :CAFÉ (1) CANA (2) OUTRAS CULTURAS (3) PECUÁRIA (4) OUTROS (5)	PRIMEIRO RECLAMANTE	NÚM. RECL AMAN TES	> 18 ANOS	RESIDÊNCIA	CAMPO (1) CIDADE (2) SEM RESIDÊNCI A (3)
456	24/07/58	Faz. São Pedro	1	1	Luiz Peter	1	0	Sítio Santa Maria Sertãozinho	1
457	24/07/58	Faz. Santo André	1	1	Avelino Baschesqui	1	0	Faz. Santo André Cravinhos	1
468	29/07/58	João Pigoralli	1	1	Antônio Alves Pereira	1	0	Sítio Santa Maria Jardinópolis	1
471	30/07/58	Faz. Morada do Prata	1	1	Joaquim Garcia	1	0	Faz. Província Batatais	1
472	30/07/58	Faz. Ribeira	1	3	Joaquim Miguel de Souza	3	2	Faz. Ribeira Luiz Antônio	1
473	31/07/58	Faz. Santa Lúcia	1	4	Valdemar Viale	1	0	Faz. Itambé Brodosqui	1
474	31/07/58	Sítio São Benedito	1	2	Augusto Boldrini	4	1	Sítio São Benedito Brodosqui	1
475	01/08/58	Usina Nossa Senhora Aparecida	1	2	José Euclides da Silva	1	0	Pontal	2
476	04/08/58	Sítio Limeira	1	2	Milton Borges	3	0	Jardinópolis	2
477	04/08/58	Faz. Alta Alegre	1	1	Elio Miguel	1	0	Faz. Alta Alegre Brodosqui	1
478	05/08/58	Faz. Figueira	1	1	Pedro Grisoti	1	0	Faz. Figueira Serrana	1
479	05/08/58	Faz. Bela Vista	1	1	João Vieira Faria Primo	2	0	Faz. Água Branca Jardinópolis	1
484	08/08/58	Usina Barbacena	1	2	Manoel Ribeiro	1	0	Usina Barbacena Pontal	1
489	11/08/58	Manoel Rodrigues Alves	2	2	Wilson Freiria	1	0	Jardinópolis	2
490	11/08/58	Faz. Capoeira Grande	1	1	José Vieira Arantes	3	2	Faz. Água Branca Jardinópolis	1
497	13/08/58	Faz. Santa Rita	1	1	Nazareno Hipólito	7	3	Sítio Bela Vista Jardinópolis	1
498	13/08/58	Faz. Da Prata	1	4	José Benedito Ferreira	1	0	Mata do Alto Brodosqui	1
503	13/08/58	Faz. São Pedro	1	1	Sebastião Dias	2	1	Faz. São Pedro Serrana	1
505	13/08/58	Faz. Ressaca	1	1	João Lucas de Araújo	1	0	Faz. Ressaca Altinópolis	1
506	13/08/58	Pedro Nardelli	1	3	Gerônimo Bermudes	1	0	Sítio Pedro Nardelli	1
510	14/08/58	Augusto Luiz de Oliveira	2	2	Augusto Morizini	1	0	Rib. Preto	2
512	18/08/58	Faz. Barreiro	1	1	Manoel de Souza Ramos	2	0	Faz. Barreiro Guatapará	1
515	18/08/58	Faz. Santa Catarina	1	1	José Antônio de Oliveira	1	0	Faz. Santa Catarina Jardinópolis	1
516	19/08/58	Faz. Santa Luiza	1	1	Tomaz Baschiglia	2	1	Faz. Santa Luiza Rib. Preto	1
524	22/08/58	Sítio Morumbi	1	3	Tsugio Shiotsuki	1	0	Rib. Preto	2
525	22/08/58	Sítio Bela Vista	1	3	Antônio Rodrigues de Lima	1	0	Sítio Bela Vista Jardinópolis	1
530	25/08/58	Faz. Boa Vista	1	1	Joaquim José de Magalhães	1	0	Faz. Bela Aurora Bonfim Paulista	1
532	25/08/58	Faz. Campo Alegre	1	1	Antônio Francisco de Sousa	1	0	Faz. São carlos Brodosqui	1
538	27/08/58	Faz. Morada do Prata	1	4	Vitz Sabino	2	0	Faz. Santa Rosa Brodosqui	1

NÚM. PROCES	ADMISSÃO	DEMISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO (MESES)		FORMA DE PAGTO	MOTIVO DA RECLAMAÇÃO												VEREDITO	VALOR RECLAMADO (US$)	VALOR FINAL (US$)	% RECEBIDO DO TOTAL RECLAMADO
						a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	L				
456	24/10/57	02/06/58	7,37	13,43	4	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	4	12,18	0,00	0,00%
457	01/11/51	24/07/58	81,90	13,33	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	293,30	293,30	100,00%
468	20/09/57	29/07/58	10,40	14,07	3	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	7	181,04	44,44	24,55%
471	10/02/57	10/06/58	16,17	14,55	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	212,78	11,19	5,26%
472	08/10/57	30/07/58	9,83	13,33	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	200,15	7,41	3,70%
473	01/08/55	30/10/56	15,20	26,47	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	108,76	36,76	33,80%
474	14/07/58	28/07/58	0,47	15,56	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	49,78	7,41	14,88%
475	01/05/55	01/08/58	39,60	12,68	4	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	26,48	22,54	85,11%
476	01/03/53	02/08/58	66,00	13,38	5	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	26,85	0,00	0,00%
477	01/03/57	10/08/58	17,57	14,79	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	183,75	35,21	19,16%
478	01/10/45	05/08/58	156,37	12,68	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	346,38	0,00	0,00%
479	01/10/55	30/09/56	12,17	22,54	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	90,14	21,13	23,44%
484	01/06/39	02/07/58	232,37	16,00	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	7	971,85	140,74	14,48%
489	21/07/58	02/08/58	0,40	22,54	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	23,10	23,10	100,00%
490	01/10/56	30/09/57	12,13	25,93	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	622,83	26,33	4,23%
497	05/09/56	17/10/57	13,57	23,81	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	1.722,68	23,81	1,38%
498	17/10/56	29/07/58	21,67	15,56	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7	78,67	32,15	40,87%
503	28/07/56	22/07/57	11,97	10,00	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	74,07	14,81	20,00%
505	26/05/19	01/03/58	471,97	22,64	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	141,51	0,00	0,00%
506	17/07/58	11/08/58	0,83	16,90	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	25,35	22,54	88,89%
510	22/10/57	14/08/58	9,87	10,56	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	10,56	10,56	100,00%
512	01/11/57	18/08/58	9,67	12,68	2	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	7	307,07	35,21	11,47%
515	02/04/58	15/08/58	4,50	13,73	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	72,34	28,17	38,94%
516	01/10/53	19/08/58	59,43	14,08	2	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	7	881,15	20,14	2,29%
524	01/03/55	20/06/58	40,23	19,40	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	298,51	0,00	0,00%
525	01/07/48	01/08/58	122,77	16,90	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	63,10	0,00	0,00%
530	01/09/54	01/10/57	37,53	22,62	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	76,19	76,19	100,00%
532	13/10/55	18/10/57	24,53	21,43	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	303,83	59,52	19,59%
538	15/11/53	27/08/58	58,20	12,68	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	523,40	4,33	0,83%

NUM PROC	DATA DO PROC.	RECLAMADO	ARREND (0) PROP (1) EMPREIT (2) AMBOS (3)	ATIVIDADES :CAFÉ (1) CANA (2) OUTRAS CULTURAS (3) PECUÁRIA (4) OUTROS (5)	PRIMEIRO RECLAMANTE	NÚM. RECL AMAN TES	> 18 ANOS	RESIDÊNCIA	CAMPO (1) CIDADE (2) SEM RESIDÊNCI A (3)
546	30/08/58	Faz. Santa Helena	1	1	Renato Resende	1	0	Bonfim Paulista	2
548	02/09/58	Faz. Capoeira Grande	1	1	Geraldo Fonzai	1	0	Faz. Santa Maria Brodosqui	1
549	02/09/58	Faz. Lage	1	1	José Alves	1	0	Brodosqui	2
551	02/09/58	Faz. Ribeira	1	1	Sebastião Ferreira da Silva	2	0	Faz. Pulados São Simão	1
559	05/09/58	Faz. Da Barra	1	1	Antônio Siena	1	0	Faz. Da Barra Jardinópolis	1
562	08/09/58	Usina Barbacena	1	2	Francisco Clementino	6	2	Usina Barbacena Pontal	1
573	09/09/58	Faz. São Pedro	1	1	Geminiano Barbosa	1	0	Serrana	2
574	09/09/58	Faz. São Pedro	1	1	Bruno de Souza Carvalho	1	0	Serrana	2
581	11/09/58	Faz. Ribeira	1	1	João Maria	3	1	Faz. Ribeira São Simão	1
583	11/09/58	Faz. São José	1	1	Antônio Vialli	5	2	Faz. Itambé Brodosqui	1
592	15/09/58	Faz. Santa Helena	1	1	Joaquim Crescêncio	1	0	Rib. Preto	2
599	16/09/58	Faz. Esperança	1	1	Joaquim Palharess de Oliveira	1	0	Chác. Staibano Jardinópolis	1
601	16/09/58	Sítio Santa Terezinha	1	3	Orlando Martins	1	0	Sítio Santa Terezinha	1
602	16/09/58	Faz. Palestina	1	1	João Lúcio	1	0	Santa Rita do Passa Quatro	1
604	17/09/58	Faz. Bela Vista	1	2	Afonso Costa Leite	1	0	Faz. Bela Vista Pontal	1
609	17/09/58	Faz. Santa Maria	1	2	Cirilo Geraldo Ortolan	1	0	Faz. Santa Maria Bonfim Paulista	1
617	19/09/58	Honório Gravatão	1	1	Manoel Ferreira da Silva	1	0	Faz. Lagoa dos Bichos	1
622	22/09/58	Faz. São José	1	1	Valdomiro Romano Viale	1	0	Faz. Barrinha Brodosqui	1
621	22/09/58	Faz. Ribeira	1	1	João Maria	1	0	Faz. Ribeira Luiz Antônio	1
623	22/09/58	Faz. Bela Vista	1	1	Vicente Saltarelli	4	2	Faz. Bela Vista Batatais	1
631	29/09/58	Luiz Dregotti	2	2	Sebastião Alves de Oliveira	1	0	Sítio Manduri Sertãozinho	1
645	07/10/58	Faz. Santo Antônio da Lagoa	1	2	Ary Izaias	1	0	Faz. Santo Antônio da Lagoa Sertãozinho	1
648	08/10/58	Faz. Partinha	1	1	Evaristo Marcelino da Silva	2	0	Brodosqui	2
649	08/10/58	Faz. Palmital	1	1	Joaquim Coutinho	4	2	Faz. São Pedro Sertãozinho	1
651	09/10/58	Faz. Primor	1	4	José Teodoro da Silva	2	0	Faz. São Joaquim Luiz Antônio	1
654	10/10/58	Faz. Boa Vista	1	1	Ilitiano Marques	1	0	Faz. Boa Vista Batatais	1
655	10/10/58	Faz. Recreio São Miguel	1	1	Alberto Pedro Leme	1	0	Faz. Recreio São Miguel Jardinópolis	1

NÚM. PROCES	ADMISSÃO	DEMISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO (MESES)		FORMA DE PAGTO	MOTIVO DA RECLAMAÇÃO												VEREDITO	VALOR RECLAMADO (US$)	VALOR FINAL (US$)	% RECEBIDO DO TOTAL RECLAMADO
						a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	L				
546	12/10/57	06/02/58	3,90	21,82	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	92,31	20,20	21,89%
548	01/10/56	06/06/58	20,43	13,43	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	316,43	149,25	47,17%
549	14/10/56	02/09/58	22,93	12,42	3	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	173,91	39,75	22,86%
551	01/10/57	03/06/58	8,17	11,19	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	351,87	0,00	0,00%
559	16/07/55	05/09/58	38,23	11,18	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	28,09	0,00	0,00%
562	04/06/58	02/09/58	3,00	14,29	4	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	169,57	0,00	0,00%
573	05/03/41	09/09/58	213,23	8,39	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	93,17	0,00	0,00%
574	11/09/49	11/09/58	109,57	8,39	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	93,17	0,00	0,00%
581	11/09/54	11/09/58	48,70	11,18	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	739,83	24,84	3,36%
583	01/10/56	12/10/57	12,53	22,62	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1.576,51	119,05	7,55%
592	05/08/58	29/08/58	0,80	21,13	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	80,23	3,17	3,95%
599	01/09/56	30/08/58	24,27	21,13	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	56,34	16,55	29,38%
601	01/09/56	01/08/58	23,30	14,79	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	61,72	0,00	0,00%
602	01/06/55	01/07/58	37,53	2,96	3	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	111,11	22,22	20,00%
604	01/06/54	17/09/58	52,30	9,32	3	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	4	124,22	0,00	0,00%
609	01/10/36	27/08/58	266,67	8,56	3	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	126,76	105,63	83,33%
617	11/05/58	15/09/58	4,23	14,91	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	62,11	0,00	0,00%
622	01/10/56	30/10/57	13,13	29,76	3	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	86,90	59,52	68,49%
621	01/06/54	01/09/58	51,77	22,22	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	59,26	0,00	0,00%
623	01/09/52	22/09/58	73,73	9,32	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	2.118,30	0,00	0,00%
631	01/08/58	15/09/58	1,50	43,48	5	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7	93,17	12,42	13,33%
645	01/09/36	27/09/58	268,70	11,18	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	93,17	21,74	23,33%
648	07/09/57	01/08/58	10,93	14,79	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	280,54	21,13	7,53%
649	01/10/56	30/09/57	12,13	22,22	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	6.260,62	186,25	2,97%
651	01/10/57	30/09/58	12,13	11,18	3	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	357,76	62,11	17,36%
654	01/10/57	20/08/58	10,77	10,56	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	105,63	3,52	3,33%
655	16/08/57	06/10/58	13,87	20,13	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	125,14	13,42	10,73%

NUM PROC	DATA DO PROC.	RECLAMADO	ARREND (0) PROP (1) EMPREIT (2) AMBOS (3)	ATIVIDADES :CAFÉ (1) CANA (2) OUTRAS CULTURAS (3) PECUÁRIA (4) OUTROS (5)	PRIMEIRO RECLAMANTE	NÚM. RECL AMAN TES	> 18 ANOS	RESIDÊNCIA	CAMPO (1) CIDADE (2) SEM RESIDÊNCI A (3)
658	13/10/58	Faz. Campo Alegre	1	1	José de Souza	3	1	Faz. Campo Alegre Jardinópolis	1
582	13/10/58	Faz. Santa Rosa	1	1	João Francisco dos Reis	7	4	Faz. Santa Rosa Brodosqui	1
659	13/10/58	Faz. Santa Rosa	1	1	João Francisco dos Reis	7	4	Faz. Santa Rosa Brodosqui	1
669	13/10/58	Faz. Recreio São Miguel	1	1	Teotônio Pedro Leme	1	0	Faz. Recreio São Miguel Jardinópolis	1
671	17/10/58	Faz. Palmital	1	1	Vicente de Oliveira	2	0	Faz. Palmital Sertãozinho	1
675	18/10/58	Faz. Máquina do Alto	1	4	José Rodrigues	1	0	Faz. Máquina do Alto Brodosqui	1
678	20/10/58	Faz. Santa Margarida	1	1	Orozimbo de Melo	1	0	Guatapará	2
681	20/10/58	Faz. Palmital	1	1	Antônio Cristino da Silva	2	1	Faz. Santo Antônio da Lagoa Sertãozinho	1
691	21/10/58	Faz. Da Serra	1	1	Francisco Bianchi	1	0	Chác. São José Rib. Preto	1
695	27/10/58	Faz. São João	1	1	Roberto Caetano	1	0	Faz. São João Jardinópolis	1
669	27/10/58	Faz. Itambé	1	1	Honorato Nunes	3	2	Faz. Da Barra Jardinópolis	1
704	29/10/58	Faz. São Francisco	1	2	Pedro Pires Bueno	2	0	Faz. São Francisco Cravinhos	1
705	03/11/58	Faz. Das Cruzes	1	3	Antônio Alves de Lima	1	0	Rib. Preto	2
708	03/11/58	Faz. Bela Vista	1	2	Afonso Costa Leite	1	0	Faz. Bela Vista Pontal	1
721	05/11/58	Faz. Da Barra	1	1	Epaminondas Custódio Arruda	4	3	Faz. Melado Sales Oliveira	1
722	08/11/58	Faz. Salto do Veado	1	4	Benjamim Marçal	1	0	Faz. Macaúbas Batatais	1
725	10/11/58	Faz. Palmital	1	1	José Menegão Netto	1	0	Faz. Palmital Sertãozinho	1
735	12/11/58	Faz. Bela Vista	1	2	Elvira Tolentino	1	0	Faz. Bela Vista Pontal	1
739	20/11/58	Faz. Palmital	1	1	João Amâncio	4	3	Faz. Palmital Sertãozinho	1
740	21/11/58	Faz. Palmital	1	1	Jovelino Pereira	3	1	Faz. Palmital Sertãozinho	1
750	21/11/58	Faz Palmital	1	1	Custódio Cruz	2	0	Faz. Palmital Sertãozinho	1
758	29/11/58	Cia Agrícola Santa Adelaide	1	1	Antônio Gulla	1	0	Rib. Preto	2
783	15/12/58	Faz. São Marino	1	2	José Mendes da Silva	1	0	Faz. São Marino Pontal	1
785	15/12/58	Faz. Desengano	1	1	Pedro Fernandes de Oliveira	1	0	Pontal	2
786	15/12/58	Cesarino Cita	2	2	Wilson Freiria	2	0	Jardinópolis	2
787	15/12/58	Faz. Santana	1	1	João Belan	3	0	Faz. Santana Sertãozinho	1
788	15/12/58	Faz. Guerra	1	1	João Lima	2	1	Faz. Santo Antônio da Lagoa Sertãozinho	1
793	17/12/58	Faz. Da Barra	1	1	Honorato Nunes	1	0	Faz. Melado Sales Oliveira	1
796	18/12/58	Mário J. Moreira	1	3	Batista Montanhari	1	0	Sítio Santo Antônio São Simão	1

NÚM. PROCES	ADMISSÃO	DEMISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO (MESES)		FORMA DE PAGTO	MOTIVO DA RECLAMAÇÃO												VEREDITO	VALOR RECLAMADO (US$)	VALOR FINAL (US$)	% RECEBIDO DO TOTAL RECLAMADO
						a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	L				
658	01/10/57	02/10/58	12,20	12,75	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	503,81	7,45	1,48%
582	01/03/57	30/10/58	20,27	12,75	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1			
659	01/03/57	30/10/58	20,27	12,75	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	140,01	140,01	100,00%
669	01/07/58	13/10/58	3,47	20,13	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	40,94	9,40	22,95%
671	02/10/57	18/10/58	12,70	14,09	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	271,93	6,71	2,47%
675	19/06/57	23/10/58	16,37	13,42	3	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	7	67,11	6,71	10,00%
678	03/12/56	20/10/58	22,87	20,13	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	67,11	6,71	10,00%
681	14/10/56	01/10/58	23,90	10,07	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	7	565,86	46,98	8,30%
691	10/02/49	03/10/58	117,40	14,90	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	14,77	0,00	0,00%
695	14/06/57	27/10/58	16,67	10,07	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	389,93	0,00	0,00%
669	01/10/57	10/10/58	12,47	10,07	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	548,42	0,00	0,00%
704	07/07/58	30/10/58	3,83	18,79	3	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	5	80,54	0,00	0,00%
705	01/10/58	24/10/58	0,77	9,06	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	13,87	0,00	0,00%
708	01/06/54	05/11/58	53,93	21,28	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	212,77	60,75	28,55%
721	19/10/57	20/10/58	12,20	12,08	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	197,16	134,23	68,08%
722	01/07/57	01/10/58	15,23	17,11	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	118,18	33,56	28,39%
725	28/08/57	12/11/58	14,70	15,96	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	56,57	7,09	12,54%
735	01/08/48	06/01/58	114,83	15,79	4	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	7	157,89	84,21	53,33%
739	01/11/56	21/11/58	25,00	10,64	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1.064,75	35,46	3,33%
740	01/06/54	21/11/58	54,47	14,89	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	696,58	46,81	6,72%
750	01/03/53	01/03/57	48,70	31,82	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	621,99	151,52	24,36%
758	01/10/30	01/09/58	339,90	18,63	2	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	93,17	86,96	93,33%
783	04/08/58	10/12/58	4,27	28,26	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	55,87	0,00	0,00%
785	24/11/49	12/11/57	97,00	19,78	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	109,89	0,00	0,00%
786	18/11/58	08/12/58	0,67	26,09	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	19,57	7,25	37,04%
787	01/06/50	01/11/58	102,50	14,89	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	674,04	0,00	0,00%
788	01/10/57	30/10/58	13,13	12,75	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	164,56	6,71	4,08%
793	15/10/58	15/11/58	1,03	24,82	2	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	77,23	9,14	11,84%
796	01/06/53	01/12/58	66,97	18,12	3	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	224,64	100,47	44,73%

NUM PROC	DATA DO PROC.	RECLAMADO	ARREND (0) PROP (1) EMPREIT (2) AMBOS (3)	ATIVIDADES :CAFÉ (1) CANA (2) OUTRAS CULTURAS (3) PECUÁRIA (4) OUTROS (5)	PRIMEIRO RECLAMANTE	NÚM. RECL AMAN TES	> 18 ANOS	RESIDÊNCIA	CAMPO (1) CIDADE (2) SEM RESIDÊNCI A (3)
798	19/12/58	Faz. Palmital	1	1	Caetano Ferreira	1	0	Faz. Palmital Sertãozinho	1
799	19/12/58	Faz. Palmital	1	1	Júlio Pereira	1	0	Faz. Palmital Sertãozinho	1
800	19/12/58	Faz. Palmital	1	1	Sebastião Bento	2	0	Faz. Santo Antônio da Lagoa Sertãozinho	1
						366	64		

		Arrendatário (0) =	0	Café (1) =	124		Campo (1) =	148
total	197	Proprietário (1) =	186	Cana (2) =	34		Cidade (2) =	48
geral	821	Empreiteiro (2) =	11	Outras culturas (3) =	25		Sem residência (3)	1
		Ambos (3) =	0	Pecuária (4) =	11			197
				Outros (5) =	3			
					197			

Observações sobre as planilhas:

Quando no processo conta somente mês e ano de admissão ou demissão, considerou-se dia primeiro para efeito de cálculo;
Os pagamentos dos colonos eram normalmente mensais ou bimensais;
No campo forma de pagamento foi considerada somente a ultima forma de remuneração.
Quanto aos salários foi considerado o último salário do trabalhador, normalmente o mais alto.
Quando o reclamante ainda trabalhava para o reclamado a data de demissão foi considerada a data de entrada do processo

NÚM. PROCES	ADMISSÃO	DEMISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO (MESES)		FORMA DE PAGTO	MOTIVO DA RECLAMAÇÃO												VEREDITO	VALOR RECLAMADO (US$)	VALOR FINAL (US$)	% RECEBIDO DO TOTAL RECLAMADO
						a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	L				
798	27/07/57	18/12/58	16,97	15,22	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	96,55	28,99	30,02%
799	15/08/57	04/07/58	10,77	10,26	3	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	5	188,94	0,00	0,00%
800	01/10/56	07/10/57	12,37	17,86	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	522,78	238,10	45,54%
			7584,17	3.845,00		66	94	114	0	4	4	114	54	9	0	1	0		63.702,03	6.981,20	10,96%
			38,50	19,52															174,05	19,07	10,96%

Diária (1) =	95	Procedente (1) =	18
Colono* (2) =	47	Procedente em parte (2) =	37
Mensal (3) =	38	Arquivado por desistência (3) =	6
Tarefa e diária, ou		Arquivado (4) =	38
empreita(4) =	13	Improcedente (5) =	23
Produção (5)	4	Carecedor de ação (6) =	4
	197	Conciliado(7) =	71
			197